

LAUDO PERICIAL

EMBARCOS DE TERCEIRO POSSUIDOR PROC. 640/82

MANUTENÇÃO DE POSSE PROC. 692/82

Desidério Aytai

Prof. DR. DESIDÉRIO AYTAI
Perito do Juiz

Regina Müller

De acordo: Prof.^a REGINA APARECIDA POLO MULLER
Assistente Técnica da FUNAI

Maria Cecília Wey de Brito

De acordo: Eng.^a MARIA CECÍLIA WEY DE BRITO
Assistente Técnica da Autora

A presente perícia é baseada em vistorias locais execu-
tadas pelo perito judicial e pelos assistentes técnicos
da FUNAI e da Autora.

O assistente técnico dos réus não participou destas vis-
torias conforme anexo 1.

W. Am. L. S.

LAUDO PERICIAL

QUESITOS DA COMUNIDADE DOS ÍNDIOS GUARANI DO RIO SILVEI-

RA

Res
JR

QUESITO 01. - A comunidade indígena habita a área em questão? Usufrui permanentemente das riquezas naturais da área, seus membros caçam animais silvestres, colhem plantas e frutos nativos, retiram medicamentos da mata e matéria prima para confecção de artesanato?

QUESITO 03. - Descreva fisicamente assinalando os limites da área habitada pela comunidade indígena demonstrando a relação entre as necessidades econômicas e sócio-culturais da comunidade indígena com os recursos naturais e características geográficas da área.

RESPOSTA. - (Quesito 1 e 3) - A comunidade Indígena Guarani habita a área em questão. Seus membros usufruem permanentemente das riquezas naturais da área, caçam animais silvestres, colhem plantas e frutos nativos, retiram medicamentos da mata e matéria prima para confecção de artesanato.

A ocupação da Comunidade se dá no total da área assinalada no anexo 2.

LOCALIZAÇÃO E ACESSO - A área indígena do Rio Silveira localiza-se no Município de São Sebastião, possuindo aproximadamente 831 hectares entre lavoura, moradias e mata nativa, de ocupação exclusiva e indiscutível dos índios. Se considerada também a área conflituosa (anexo 2) o total será de 909 ha.

A partir da Vila de Barra do Una, distante cerca de 43 km a Oeste de São Sebastião, toma-se uma estrada rumo N-NW, caminhando aproximadamente 4 km, quando segue-se por uma trilha à esquerda, em meio a um pasto, por cerca de 1600 m, até atingir a divisa da área indígena.

A referência planialtimétrica é a carta "Santalópolis", preparada pelo Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo (IGC - SP) Edição 1971, na escala

14
SIL

1:50.000.

A área abrangida pela aldeia ou território indígena está compreendida entre os paralelos 23°42'31" e 23°44'33" e meridianos 45°46'30" e 45°49'20".

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO DA ÁREA INDÍGENA

A presente descrição foi elaborada usando como referências as cartas, abaixo relacionadas, do Sistema Cartográfico Metropolitano da Grande São Paulo - EMPLASA, escala 1:10.000, de 1974:

- Morro do Silveira - São Sebastião - SP
- Faz. Água do Bento - São Sebastião - SP
- Morro dos Bichos - Santos - SP
- Ribeirão da Fornoalha - Santos - SP

Saindo da Vila da Barra do Una por uma estrada de rodagem, direção geral N-NW, toma-se uma trilha à esquerda, antes de alcançar o início dos morros da Serra do Mar. Tanto a estrada de rodagem como a trilha são usadas pelos índios desde longa data, e a partir do encontro dessa trilha indígena que dá acesso à aldeia Guarani, com o rio Silveira, apontado na Planta de localização da Área Indígena como ponto 1 (vide anexo 2), dá-se o início da descrição do perímetro, objetivo deste memorial. Do ponto 1, segue-se à montante do Rio Silveira por 200m, rumo NW até o ponto 2, próximo ao início das encostas da Serra do Mar.

Do ponto 2 até o ponto 3 caminha-se pela crista ascendente de um morro até a curva de nível dos 400m, pelo rumo geral N-NE, por cerca de 2250m. A partir do ponto 3, seguindo a referida curva de nível para W por aproximadamente 3500m, passando por dois pequenos vales, chega-se ao alto do divisor do Morro do Cedro, próximo à divisa intermunicipal São Sebastião/Santos, ponto esse indicado na Planta de Localização pelo número 4. Daí percorre-se 2050m pelo divisor com rumo Sudoeste, até atingir a curva de nível de 225m, no ponto 5. Desse ponto toma-se o azimute N 193° e percorre-se

Am 01 JSC

2060m, passando pela encosta descendente do Morro do Cedro, e pela várzea do Rio Vermelho, até encontrar este, no ponto 6.

Desse ponto segue-se a juzante do referido rio, rumo geral E-NE por 4350m até o ponto 7, onde as águas do Ribeirão Vermelho se juntam às águas do Rio Silveira.

Desse local retorna-se ao ponto original, caminhando a montante do Rio Silveira, rumo N-NW por 860m, completando assim o perímetro da área indígena Guarani.

As confrontações da Aldeia Guarani do Rio Silveira são: à Este o Espólio de José Gomes Rivero e outros, ao Sul e Oeste com sucessores de Domenico Ricciardi Maricondi e José Bastos, e ao Norte com terras do Parque Estadual da Serra do Mar.

A área requerida pela comunidade indígenas insere-se no talude da Serra do Mar e estende-se rumo a costa. Sua cobertura vegetal é Mata Tropical Atlântica e localmente há uma transição entre a mata da Serra e da Várzea com Restinga. Esta área envolve dois tipos bem contrastados de terrenos:

1. Um setor da Planície Aluvial de Piemonte da Serra do Mar a partir da base do Morro do Cedro até um esporão equivalente situado a mais ou menos 3 km para leste;

2. As encostas basais da Serra do Mar a partir do fundo da planície representada por esporões curtos de meia serra baixa (Morro do Cedro e esporão do Silveira de baixo)

Enquanto a planície situada entre a base da serra e o Ribeirão Vermelho é muito rasa e parcialmente alagável, o setor serrano correspondente a base da Serra do Mar, na região dos morros do Cedro e Morro Silveira de baixo, atinge cotas situadas entre 286 e 339m. Entre os dois morros nascem vários braços formadores dos rios da planície (Ribeirão Vermelho e Rio Silveira). O

A
A

Rio Silveira é o único que possui suas cabeceiras implantadas na testada superior da Serra do Mar, entrando na gleba da Comunidade Indígena Guarani, a cota dos 400m, através dos seus dois braços.

A Floresta Atlântica em suas facies de encostas e de planícies de piemonte recobre o espaço total da gleba desde a margem do Ribeirão Vermelho até muito além dos limites superiores da gleba. Na Floresta Atlântica dos vertentes da Serra do Mar predominam os aspectos mais habituais das Matas Tropicais muito densas e sempre verdes, ombrófitas, extensivas a todas as escarpas da Serra do Mar e seus esporões no Estado de São Paulo. Neste sentido trata-se de uma floresta que possui vínculos muito íntimos com a preservação dos solos, das encostas, dos patamares e escapamentos da própria serra, não sendo toleradas quaisquer ações predatórias de qualquer ordem de grandeza nas aludidas vertentes.

A Floresta de Planície de piemonte se constitui em uma projeção seletiva das florestas da encosta da Serra do Mar, incluindo condições ecológicas gerais similares ao par com algumas limitações para o desenvolvimento de árvores de grande porte. Ela é facilmente reconhecida pela presença de duas espécies muito frequentes em sua vegetação que são a Figueira e dois ou três tipos de Palmáceas, entre elas o Palmito.

A descrição física da área da Comunidade indígena e seu perímetro, referem-se apenas à área de ocupação exclusiva e indiscutível dos índios.

A descrição da área total é a mesma apresentada nos anexos 9 e 10.

ACESSOS, CAMINHOS, TRILHAS:

Há um acesso principal que leva diretamente ao núcleo habitacional próximo a uma fonte de abastecimento de água (próprio Rio Silveira). (anexo 3-trilha 1)

DF
P.11
J.V.

Um outro acesso, em cota mais alta (alternativo durante enchentes) atravessa um outro núcleo habitacional indígena antigo, conhecido por "Bambú", também próximo a dois pequenos cursos d'água. (anexo 3-Trilha 2).

Dos acessos principais ramificam-se diversos caminhos (trilhas) relacionados com as atividades de subsistência. Estes caminhos têm seus rumos traçados objetivando uma ou mais atividades, sendo interrelacionados, formando uma rede extensa de trilhas. Além das trilhas bem marcadas como picadas abertas, os Guarani se deslocam sob o extrato arbóreo, onde o estrato arbustivo é mais ralo, percorrendo todo seu território, em trilhas de perambulações (vide anexo 3)

No anexo 3 as trilhas assinaladas com os números 1 e 2 são as principais de acesso ao núcleo habitacional, e ponto de irradiação das demais. A de número 3, rumo sul, corresponde à divisa com a Fazenda Água do Bento, e leva a vários locais de pesca. A de número 4 é a mais antiga para a pesca. As de números 5, 6 e 7 são para atingir locais de pesca e ao longo do seu percurso é feita a coleta e a caça. A de número 8 leva à área de caça e coleta, sendo que o local por ela atingido teve sua exploração temporariamente interrompida para a recuperação da fauna e da flora. A de número 9 é de uso variado e atravessa todo o território, margeando a cota mínima da Serra do Mar, de onde irradiam-se inumeráveis trilhas, com rumos diversos. A de número 10 estende-se ao longo do Ribeirão Vermelho, ligando os vários pontos de pesca e coleta. A de número 11 leva ao cemitério.

Assinalamos também uma outra forma de caminhos que os Guarani percorrem em sua área, que são as trilhas de perambulação, com ocorrência esparsa em todo o território.

ATIVIDADES ECONÔMICAS DE SUBSISTÊNCIA

De acordo com as vistorias realizadas, pode

Per
L

mos estabelecer as seguintes áreas de atividades econômicas de subsistência: Área de Pesca, Área de Caça, Área de Coleta e Cultivo (vide anexo 4).

CAÇA, COLETA E PESCA

Por suas atividades de caça, coleta e pesca os índios têm conhecimento e domínio total de seu território. Há uma distribuição objetiva de trilhas, sendo que algumas das principais foram levantadas topograficamente na perícia. O levantamento concentrou-se na parte plana da área, pois os Guarani exploram destacadamente esta região e secundariamente, os limites da Serra do Mar (vide anexos 2 e 3).

Percorridas as áreas de caça e caça-coleta, encontramos várias armadilhas utilizadas pelos membros da Comunidade na captura dos animais ainda existentes na região. Dentre os animais mais caçados, podemos citar os mamíferos: Cotia, Paca, Veado, Anta, Macaco e Quati e as aves: Macuco, Jacu e Inhambu. A variação no deslocamento e habitat mais favorável encontrado pela caça, determina a perambulação dos indivíduos em seu território na busca destas espécies. Além dos animais rotineiramente caçados, outros são conhecidos pelos integrantes da Comunidade e são esporadicamente abatidos (Vide anexo 5). As armadilhas encontradas compõem-se de mundéus e laços de tamanhos diversos. Outras práticas de caça também são utilizadas. (1)

A pesca é realizada ao longo dos dois rios principais (Rio Silveira e Ribeirão Vermelho). Para sua execução os Guarani utilizam redes, covos ou anzóis, pescando preferencialmente à noite conforme as espécies desejadas. (2) (Vide anexo 4)

Afim de identificarmos algumas plantas de uso Guarani, coletamos uma mostra limitada de espécies que foram classificadas no Instituto de Biociências. De-

Ru
of. H.

partamento de Botânica da Universidade de São Paulo .
Nesta classificação relacionamos os nomes Guarani, o nome vulgar e científico, os usos e fotografias das plantas. (3) (Vide anexo 6)

ARTESANTO

Foi possível no levantamento pericial identificar nitidamente as áreas de coleta de material para a confecção de utensílios, adornos, artesanatos, material de cunho religioso, de utilização medicinal e de alimentos e constatar áreas de extração para o comércio. (4)

"As peças são confeccionadas sempre na Aldeia, em casa. Algumas peças são feitas pelos homens, como a maioria das cestas, as zarabatanas, as espadas, os machadinhos, os arcos-flechas, enquanto as mulheres se ocupam dos colares, pulseiras, maracás. Embora ainda vigore uma visível divisão entre masculino e feminino, na feitura do artesanato religioso, e de uso pessoal e doméstico, várias peças do artesanato comercial são feitas por todos, mesmo pelas crianças". (LADEIRA, M. Ines Martins, "Aldeias livres Guarani do Litoral de São Paulo e da Periferia da Capital", in: Índios no Estado de São Paulo. Resistência e Transfiguração, Editora Yanakatu, 1984, p.142)

AGRICULTURA

Os produtos, que na época da perícia faziam parte da lavoura eram: Culturas permanentes - Contas (lágrima de jó), Cana, Urucum, Cabaças; Culturas anuais - Abóbora, Mandioca, Milho, Feijão, Batata-doce, Gengibre, Inhame; Frutíferas - Coco, Goiaba, Jabuticaba, Jaca, Laranja, Limão, Lima, Mamão, Manga, Mexericá (vide anexo 14)

As áreas de agricultura localizam-se em torno dos núcleos habitacionais. Rigorosamente falando, devemos chama-la horticultura, em antropologia, denota a

Am
Dy J.L

plantação feita unicamente com o trabalho do homem, sem usar animais, nem máquinas.

O solo da mata tropical e subtropical geralmente é fértil, mas esta fertilidade, uma vez cortada a mata, desaparece em relativamente curto espaço de tempo devido a dois motivos: a rápida destruição da camada de húmus pelo sol, e, em terreno montanhoso, pela erosão que, sem a proteção do solo pelas árvores, durante cada chuva maior perde camadas de terra que podem alcançar vários centímetros.

Como o índio não conhece o adubo e não possui esterco, a única maneira para assegurar boas colheitas é usar a área plantada enquanto esta ainda possui materiais nutritivos (húmus) para a plantação, e que, conforme a qualidade da terra, o clima e a topografia, corresponde a 2-4 anos. Após este período, o índio procura outra área, possivelmente perto das habitações e deixa a área exausta em repouso que pode durar 10-20 anos. É por isso que os índios necessitam de muito mais terra para suas plantações do que o agricultor moderno.

Para quantificar o sistema indígena de horticultura, suponhamos que a área necessária para a subsistência de uma família seja A. Suponhamos que, dada a fertilidade da terra, a topografia e o clima, seja possível usar uma área durante 2 anos. Após este período, a roça tem que descansar durante 20 anos. Se quisermos calcular a área necessária para uma família durante 20 anos, devemos redigir uma tabela incluindo a área ocupada desde o primeiro ano:

ÁREA UTILIZADA PARA A PLANTAÇÃO DURANTE 20 ANOS

| No | 1º ano | a | área utilizada | é | A ha |
|----|--------|---|----------------|---|--------|
| " | 2º " | " | " | " | A ha |
| " | 3º " | " | " | " | 2 A ha |
| " | 4º " | " | " | " | 2 A ha |
| " | 5º " | " | " | " | 3 A ha |

UP Bu
9/17

| No | 6º | Ano | a | area utilizada | é | 3 A ha |
|----|-----|-----|---|----------------|---|---------|
| " | 7º | " | " | " | " | 4 A ha |
| " | 8º | " | " | " | " | 4 A ha |
| " | 9º | " | " | " | " | 5 A ha |
| " | 10º | " | " | " | " | 5 A ha |
| " | 11º | " | " | " | " | 6 A ha |
| " | 12º | " | " | " | " | 6 A ha |
| " | 13º | " | " | " | " | 7 A ha |
| " | 14º | " | " | " | " | 7 A ha |
| " | 15º | " | " | " | " | 8 A ha |
| " | 16º | " | " | " | " | 8 A ha |
| " | 17º | " | " | " | " | 9 A ha |
| " | 18º | " | " | " | " | 9 A ha |
| " | 19º | " | " | " | " | 10 A ha |
| " | 20º | " | " | " | " | 10 A ha |

Se uma família precisar, por exemplo, de 10 ha para sua subsistência, nas condições citadas - que de maneira alguma são excepcionais ou exageradas - ela, em 20 anos, deve ter usado nada menos que 100 ha e após 20 anos, continuará usando 100 ha porque ocupará sempre a área que, ano por ano, se torna fértil de novo.

Sem querermos ser dogmáticos e atribuir infalibilidade ao cálculo acima esboçado, somos obrigados a admitir que a área utilizada por índios para a horticultura é incomparavelmente maior do que no caso da lavoura com técnica moderna.

A necessidade de uma área tão grande e a procura de terras para o plantio o mais próximo possível das habitações, são o principal motivo de serem as casas dos Guarani tão distanciadas, umas das outras.

RELAÇÕES ENTRE AS NECESSIDADES ECONÔMICAS E SOCIO-CULTURAIS DA COMUNIDADE INDÍGENA E OS RECURSOS NATURAIS E CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DA ÁREA.

No todo da floresta há uma estreita e frágil interdependência entre as espécies vegetais e ani-

Handwritten signature

mais e os habitantes Guarani.

As atividades econômicas de subsistência destes indígenas guardam íntimas relações com os recursos naturais, encontráveis nos ecossistemas.

Estas relações devem ser abordadas levando-se em consideração aspectos peculiares, como questões de produtividade, de dinâmica de população e de diversidade genética, de territorialidade animal e de composição florística.

Os homens são sem dúvida como os grandes carnívoros e aves de rapina, parte do último elo natural na cadeia alimentar, que se chamam níveis tróficos. Os indígenas, integrados ao meio, interrelacionados com a fauna e a flora, possuem certas peculiaridades: como omnívoros não investem como predadores de uma única espécie, não vindo a ser fator de desequilíbrio ambiental. Como horticultores, substituem parte da cobertura vegetal original e introduzem espécies novas.

Observamos que o usufruto que os Guarani fazem do seu território de caça vem ao encontro de conceitos científicos ecológicos modernos, que afirmam ser estes territórios tanto ou mais produtivos que áreas de criação e pastagem.

"Até épocas muito recentes, considerou-se que a única maneira de converter a cobertura vegetal em proteínas animais consistia em apascentar gado doméstico, explorando-o segundo os costumes multisseculares dos pastores. Atualmente está se constatando que os grandes mamíferos selvagens também constituem uma excelente forma de aproveitamento da vegetação, pois, frequentemente, revelam-se transformadores de energia mais eficazes do que o gado doméstico. Deste modo, é lícito pensar-se que em certos casos, é mais racional explorar a fauna selvagem do que eliminá-la substituindo-a por animais domésticos." (Dorst, Jean- Aproveitamento racional da terra", in: Antes que a Natureza Morra - Editora

94.
44

BR
JF

Edgard Blücher Ltda., S.Paulo, 1973, p.348)

A caça é muito importante em sua contribuição para a dieta Guarani. É portanto vital que seja respeitado integralmente o território indígena de caça (vide anexo 4), que compreende uma área que deve abranger toda extensão dos diferentes territórios das caças. Os animais têm hábitos que os levam a percorrer grandes extensões, sejam aves ou mamíferos sendo assim determinado seu espaço vital. Se os animais são confinados em áreas menores definham ou não sobrevivem e ao longo do tempo suas populações deixam de possuir diversidade genética mínima indispensável para a perpetuação das espécies e sua evolução.

"Deve-se preservar a diversidade taxonômica do conjunto das espécies selvagens, assim como a sua diversidade gênica, protegendo populações inteiras e não alguns indivíduos.

"Pensa-se atualmente na utilidade da constituição de bancos de gens (grifos do autor), aos quais se poderá recorrer para a constituição de novas combinações hereditárias. Porém é preciso, sobretudo, conservar vastas amostragens dos mais diversos meios, pois só aí podem ser preservadas populações inteiras com toda a sua variedade genética original." (Dorst, op.cit., p. 344)

Exemplificando a territorialidade podemos citar o trabalho desenvolvido por Peter G. Crawshaw e Howard B. Quigley (ainda não publicado) com a onça pintada (Panthera onca) na região do pantanal no Estado do Mato Grosso e o trabalho desenvolvido por Anthony Brome Rylands com o mico-leão (Leontopithecus dirysoneus) primata ameaçado de extinção que ocorre somente na Reserva Ecológica de Una, no Estado da Bahia. Do primeiro, verifica-se que uma onça adulta chega a ocupar uma área de 109 a 168 km² em média durante mais ou menos 16 meses e do segundo verifica-se que um grupo de micos-leão com 5 a 10 indivíduos ocupa uma área de 15 ha, ambos

Ru
of Jc

mostrando que os animais têm um território definido e amplo e que perambulam através deste (vide anexo 7)

O que vale para os mamíferos em geral vale para os homens também, mas as interdependências entre ele e os animais e vegetais é muito mais complexa devido a prevalência de fatores culturais, no caso do homem.

O homem está ligado a seu habitat (meio-ambiente) pelo delicado equilíbrio ecológico existente entre as espécies que estão em permanente luta pela existência e, simultaneamente, em relação simbiótica, parasitária e saprofítica. A interdependência entre as espécies cria situações tão delicadas, e os fatores biológicos e ambientais (clima, solo, espaço disponível) tão múltiplos que as consequências de um desequilíbrio são incalculáveis. Entretanto, no caso do homem, a cultura, a tradição socialmente transmitida, possibilita uma acomodação a condições desfavoráveis que para um ser menos inteligente-animal ou até vegetal- seriam proibitivas ou letais.

Esta adaptação, porém, tem suas exigências. A tradição que não calcula as consequências desastrosas dos abusos contra o meio-ambiente, pode levar o grupo ao desastre. Como dizem alguns povos primitivos, o caçador tem que ter buracos nas palmas da mão onde pelo menos parte dos animais caçados possam escapar.

Os Guarani conseguiram adaptar-se a seu meio-ambiente, criando hábitos que permitem a satisfação de suas necessidades básicas sem esgotar os recursos naturais. Um desequilíbrio no habitat, por exemplo uma redução da área ocupada, poderia levar a situações catastróficas.

Os Guarani da área do Rio Silveira tem sobrevivido a custa da coleta não predatória de espécies comestíveis das matas da planície de piemonte e de algumas outras menos frequentes na vegetação da encosta da Serra do Mar. Identicamente tem sido a pesca no longo

G. An
L. S.

do baixo rio Silveira e ribeirão Vermelho um complemento importante para a sua alimentação.

A longa duração da ocupação das matas e beira-rios regionais pelos indígenas nesta área, sem que tenham ocorrido devastações agressivas, espelha a forte adaptação dos gêneros de vida indígena a esta área da base da Serra do Mar. Trata-se de uma longa adaptação passiva às condições florestais em que comprovadamente não houve ultrapassagem dos limites mínimos necessários para continuidade da vida, da flora e da fauna regionais.

QUESITO 02. - A posse da Comunidade indígena, tem 20 anos ou mais, tempo este suficiente para gerar a usucapião?

RESPOSTA. - Sim

Pela própria observação dos autos do Processo 692/82, constata-se a existência dos índios no local a aproximadamente 40 anos, de acordo com o depoimento prestado as fls. 44.

Além deste, no processo nº 665/63 e, inclusive, nas matérias de jornal publicadas e incluídas como documentos deste processo, fica claro que os índios ocupam a área em litígio desde muito antes do ano de 1960. Tanto isto é verdade que o MM Juiz de Direito a fls. 47, de tal processo, pertinentemente deixou de conceder liminar de reintegração de posse aos autores da referida Ação, em 1964, porque "provado ficou a presença de índios naquelas terras. Apesar de logo depois ter reconsiderado seu despacho e ter concedido a liminar aos autores, ainda assim deixou de cumprir a reintegração por várias razões entre as quais "conforme notícia prestada pelos Srs. Oficiais de Justiça, é a presença de vários grupos indígenas", fls.95. Conforme se depre-

19
Rui
V.P.

preende ainda do mesmo processo, em 1980 foi afinal expedido novo mandado de reintegração de posse a favor dos autores, fls. 543, que no entanto mais uma vez deixou de ser cumprido em razão da oposição feita pelos índios ao oficial de justiça, conforme certidão do mesmo a fls. 544, onde diz "... e depois de tres horas e meia, chegamos à aldeia dos índios, e aí sendo deixamos de reintegrar o autor acima referido na posse do imóvel descrito na petição inicial, em virtude dos índios compostos de trinta ter-se oposto, ordenando por intermédio de seu cacique para que nos retirasse da área sob pena de ser prezo pelos mesmos, ameaçando-nos constantemente, e ainda alegando que indo com força policial os mesmos iriam resisitir até o último homem, motivo este que deixamos de dar cumprimento ao mandado expedido por V.Exa."

Assim, pela simples análise da própria disputa judicial (note-se que antes do supra referido processo de reintegração de posse em 1963, os autores já haviam proposto outro contra o mesmo réu na década de 50) fica inconteste que os únicos reais ocupantes da área há mais de 20 anos têm sido os índios da Comunidade Guarani.

Afora isso, a perícia, através das diligências que fez na área, pode pessoalmente constatar que a área indicada no anexo 2, como área de ocupação indígena, vem sendo ocupada e explorada unica e exclusivamente pelos membros da Comunidade Guarani, não havendo qualquer vestígio de ocupação por parte dos réus da Ação de Embargos de Terceiro Possuidor nº 640/82, ou ainda do réu da Ação de Manutenção de Posse Proc. nº 692/82 na área referida, a não ser na parte onde se localizam os canos d'agua conforme se demonstra graficamente nos anexos 2 e 8. Além disto, o fato do Cacique Miguel estar enterrado no Cemitério da Aldeia e ter sido o líder na década de 40, prova uma ocupação de seguramente mais de 35 anos.

ful
g Jc

QUESITO 3.- Descreva fisicamente assinalando os limites da área habitada pela Comunidade indígena demonstrando a relação entre as necessidades econômicas e sócio-culturais da comunidade indígena com os recursos naturais e características geográficas da área.

RESPOSTA.- Vide resposta em conjunto ao quesito 1 da Autora.

QUESITO 4.- Entre as décadas de 50 e 80 quem efetivamente ocupa a área objeto do litígio?

RESPOSTA.- Durante as décadas de 50 e 80 somente os índios ocupavam efetivamente a área em litígio. Isto pode ser comprovado pelo que foi apresentado como resposta ao quesito 2 da Autora.

QUESITO 5.- Existe algum tipo de posse dos réus dentro da área efetivamente habitada pela Comunidade Indígena, excetuadas as picadas que deram origem às ações propostas pela comunidade indígena? Em caso afirmativo, demonstrar a idade das eventuais construções, plantações e outras benfeitorias e suas características.

RESPOSTA.- Conforme observado na perícia e o demonstrado na resposta ao quesito 2 da Autora, não existe qualquer benfeitoria dos réus, dentro dos limites da área ocupada pela Comunidade Guarani, a não ser canos que levam água para um loteamento localizado na praia de Borocéia, o que já constituiu uma invasão no território indígena.

Entretanto, talvez por considerar que a simples existência de canos não perturba a caça nem afeta a vegetação circunvizinha, os índios nunca se opuseram à existência desta canalização na área. Para evitar poq

per
de

síveis conflitos, poderia, talvez, ser reconhecida a existência de uma servidão ou poderia mesmo ser excluída essa pequena área do território indígena, sendo provável que os próprios índios concordem com esta solução, que não lhes trará prejuízo de monta.

No mapa geral da área (anexo 2) foi feito destaque da parte de ocupação pacífica pelos índios e da quela que pode ser considerada conflituosa, que é onde se acha a canalização.

Nos demais mapas não foi incluída a área conflituosa, porque o trabalho se fixou na identificação da área que é de ocupação exclusiva e indiscutível dos índios.

QUESITO 6. - A área reivindicada pela Comunidade Indígena é reconhecida por algum órgão governamental? Em caso afirmativo responder se tal reconhecimento coincide com a área definida pelos índios nos presentes processos judiciais.

RESPOSTA. - A área reivindicada é reconhecida pela FUNAI de acordo com seu mapa datado de 16/08/83 constante do processo nº 0531/83 e pela Secretaria do Interior através da SUDELPA (vide anexo 9 e anexo 10), e coincide com a área definida pelos índios nos presentes autos judiciais.

"O índio Guarani. O Secretário da Justiça de São Paulo, José Carlos Dias, encarregou o titular da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do Estado, José Milton Garcia, do encaminhamento das medidas visando a solucionar os problemas pendentes de posse e demarcação das terras onde vivem às comunidades de índios Guarani remanescentes do litoral Paulista. Na ocasião o Secretário recebeu uma comissão integrada por dez representantes destas comunidades". (Jornal de Brasileira, 09 de set. de 1983)".

M
2/6

"Sete Caçiques com Montoro.

... A informação foi prestada ontem no Palácio dos Bandeirantes pelo Secretário Chopin Tavares de Lima, do Interior, após apresentar ao governador relatório sobre o trabalho de demarcação de terras indígenas que vem sendo realizado pela Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista - SUDELPA" (Folha de São Paulo, 27/04/84.

"FUNAI reage contra denúncias e demite seu delegado Paulista. ... O presidente assinalou que não haverá tempo hábil para demarcar as 24 áreas aprovadas durante os dois meses de sua administração, adiantando que vai assinar um convênio com a SUDELPA para que este trabalho seja feito nas áreas Guarani em São Paulo" (O Estado de São Paulo 06/07/84).

QUESITO 7.- A área efetivamente habitada pela Comunidade Indígena, considerando-se inclusive a projeção demográfica, é suficiente para a sobrevivência da Comunidade Indígena como meio de subsistência e vivência sócio-cultural e por quanto tempo?

RESPOSTA.- Com a difusão da cultura do branco, as condições da caça sofreram profundas modificações. Os animais de maior porte fogem da vizinhança das casas, estradas, plantações. É difícil estimar a zona, ao longo das divisas das áreas de caça que, mesmo respeitando as divisas das áreas "civilizadas" perdem sua população animal, mas certamente teríamos que calcular uma faixa de várias centenas de metros de largura onde o caçador não encontra animais. Entretanto, as divisas não são respeitadas e os animais fogem da presença do homem, mesmo se a penetração em seu habitat não tiver a finalidade de matar ou capturá-los e a presença física do homem branco, com sua poluição sonora é suficiente para assustar e afugentar a caça.

PM
VJ JF

Nestas condições, não devemos estar longe da verdade com nossa estimativa se dissermos que para um grupo de mais ou menos 50 índios, a área para eles reservada é suficiente para a sobrevivência baseada em caça, pesca, horticultura, mas de maneira alguma deve ser considerada grande.

Referente ao futuro, é mais difícil fazer estimativas mas é claro que supondo um crescimento populacional gradativo, a área será suficiente para as próximas décadas, mas no caso de uma explosão demográfica, similar à dos Xavantes ou Xikrim, por exemplo, a área logo tornar-se-á insuficiente.

QUESITO 8.- A implantação do projeto agropecuário e imobiliário pretendido pelos réus, na área em questão, trará consequências para os indígenas e para o ecossistema regional? Demonstre.

RESPOSTA.- Para os indígenas, as consequências seriam desastrosas pelos seguintes motivos:

- a) Desapareceriam os animais de caça;
- b) A reserva, considerada área relativamente pequena, seria permanentemente invadida por turistas e outros;
- c) Teria repercussões gerais altamente desfavoráveis na opinião pública por ser considerada mais uma invasão de terras dos índios, e exporia o País a mais críticas tanto internas, quanto no exterior;
- d) Os índios não poderiam continuar seus costumes principais que definem sua cultura, e o colapso social e moral, devido a penetração física e moral de nossa civilização, tornar-se-ia rápido e total.

"Qualquer diminuição no território de uma sociedade indígena implica mudanças na sua cultura e, na grande maioria dos casos, produz uma deterioração na

per
JA

na qualidade de vida - trabalho, alimentação e saúde. Se desejamos ser mais justos no tratamento concedido a estas comunidades será necessário prestar mais atenção à questão da terra e às suas implicações para a vida dos indígenas". "... devemos tentar assegurar que suas condições básicas de vida não sejam prejudicadas". ("Terra de Índio", Dennis Werner, na Revista Ciência Hoje, Vol. 3 nº 14, setembro/outubro de 1984, SBPC, São Paulo, p. 32)

e) as reservas das riquezas naturais da mata seriam devastadas;

f) A implantação de qualquer projeto agropecuário ou imobiliário, trará consequências danosas ao meio ambiente, que é formado por uma mata de transição delicada e biologicamente rica, abrindo um flanco no Parque da Serra do Mar, causando a redução do número dos indivíduos e de espécies animais, alterando drasticamente a composição florística, degradando o solo e assoreando os rios.

QUESITO 9. - A área em questão tem alguma outra importância além de servir como território indígena? Descrever.

RESPOSTA. - Grande parte da área indígena se encontra no Parque da Serra do Mar, que ainda não está demarcada (vide anexo 17) e por isto mesmo sofre as mais diversas formas de agressão e é hoje centro de preocupação de organismos estaduais como o CONSEMA - Conselho do Meio Ambiente e do CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Turístico, de entidades ambientalistas civis, de organismos federais como o IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, de entidades internacionais como o

RH
VJ
JK

IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, a WWF - World Wildlife Fund, a FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação e a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação e Ciência e a Cultura.

A Serra do Mar é considerada pela IUCN e WWF como uma das áreas prioritárias em termos mundiais. A Mata Atlântica sofreu drástica redução, ocupando hoje menos de 5% de sua ocorrência primitiva. Devido ao grande número de variações na mata, sabe-se que 53% das espécies de árvores e 80% dos primatas, são endêmicos, ou seja, somente ocorrem ali..

A Mata Atlântica está protegida pela legislação na delimitação do Parque, e assim mesmo é dilapidada em toda a sua extensão. O restante da área guarani não coincidente com a área do parque e formado por uma cobertura delicada, de transição desta Mata Atlântica, carece igualmente de uma proteção legal e mais efetiva. O reconhecimento da área com território indígena garantiria em parte esta proteção.

"... esses territórios constituem reservatórios onde são preservados, em suas condições naturais primitivas, determinados habitats, na sua totalidade. Os museus, guardam preciosamente as espécies de animais ou de plantas que serviram para a descrição de novas espécies, denominados tipos, são conservados de certa forma como padrões da espécie, e constituem uma referencia indispensável para os estudos de sistemática. O mesmo acontece com a coleção de tipos de habitats, escolhidos de forma a representarem todos os meios primitivos, desde a floresta higrófila ao deserto e a tundra ártica. É altamente recomendável que vários tipos de habitats estejam representados na mesma reserva, o que permite conservar as zonas de transição, de grande utilidade para o biólogo." (DORST, op. cit. p. 342).

AM
Df
9/12

"As matas tropicais constituem um importante recurso renovável que age como reserva de diversidade genética, proporciona um suprimento constante de produtos florestais, se for manejada de maneira criteriosa, contribui para regenerar os solos e protegê-los contra a erosão, protege as zonas situadas rio abaixo das inundações e do assoreamento, amortece as flutuações climáticas e provê os elementos necessários para a recreação e o turismo. Se for levada a efeito, a exploração das matas tropicais - como geralmente ocorre - sem se ter em conta suas características ecológicas, esse recurso não mais poderá se renovar. Enquanto as matas das zonas temperadas parece ter chegado a um estado de equilíbrio, as matas tropicais vão se reduzindo rapidamente, devido a expansão da agricultura migratória, aos assentamentos humanos espontâneos, a colonização planejada, ao desmatamento para o cultivo e pecuária, ao corte para combustível e à exploração florestal em geral". (União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais - IUCN, Cap. 16, Matas Tropicais e Zonas Áridas in Estratégia Mundial para a Conservação, Tradução CESP, São Paulo, 1984).

Identificamos uma série de animais conhecidos pelos indígenas (Vide anexo 5). Verificamos que a fauna deve estar sofrendo o impacto pela proximidade das atividades urbanizadoras da nossa sociedade, como o ruído do núcleo urbano, das estradas e das pedreiras. Alguns destes animais são ameaçados de extinção, o que reforça a idéia de proteção a esta área.

"A Floresta Atlântica ocupa hoje menos de 1% de sua área original; com isso não só o mono-carvoeiro, mas também outras espécies de primatas estão seriamente ameaçados de extinção..." (De "Descoberto Novo Grupo de Monos-Carvoeiros", citação de Maria Cristina Alves, Revista Ciência Hoje, vol. 3 nº 13, julho/agosto de 1984, SBPC, São Paulo, p. 116).

pu
JP

No mundo inteiro há grande preocupação pelo problema de fornecimento de oxigênio para a atmosfera e retirada, pelo mundo vegetal do dióxido de carbono do ar, que por seu aumento assustador está ameaçando a habitabilidade de grandes áreas da terra. Parece provável que o esforço extraordinário feito pelo Governo, de preservar as áreas de matas é o reconhecimento do perigo acima aludido. A área de floresta existente no estado de São Paulo é 5% do total e destes, 4% localizam-se na Serra do Mar, onde está a área Indígena em questão.

Já faz parte hoje da consciência da humanidade a necessidade de se conservarem os ambientes primitivos, por não serem estes ainda de todo conhecidos, por abrigarem inúmeras espécies e por regularem condições climáticas regionais; a área em questão onde os guarani estão inseridos como habitantes naturais, é exemplo do que deve ser preservado integralmente.

QUESITO 10. - Existem outras comunidades indígenas ou elementos índios que moram em outras aldeias que se sirvam da área em questão e dela dependam?

RESPCSTA. - Sim, a área indígena do Silveira juntamente com as áreas de Itariri, Rio Branco, Bananal e Ubatuba compreendem o território que fornece a base de subsistência e diríamos mais amplamente da sobrevivência cultural dos grupos Guarani do Litoral e da periferia de São Paulo. Tratando-se de uma economia de subsistência, a utilização da terra pelos Guarani não é predatória e os grupos de São Paulo tem consciência de que "a sobrevivência da sociedade Guarani como um todo" depende, portanto, das terras junto à Serra do Mar, da qual utilizam os recursos ao mesmo tempo que o preservam, pois sabem que a Natureza é a sua garantia de vida e de seu modo de ser. Assim, os sinais guarani de ocupação anti-

RF-21
21

ga como os de ocupação recente são bem distintos dos sinais de ocupação do branco, pois visam antes de tudo a preservação das matas. Para o Guarani, a vida, e tudo o que está diretamente relacionado a ela, é sagrado: o alimento, as plantas, o trabalho, a terra. A religiosidade que norteia toda a visão de mundo Guarani não permite que eles destruam ou retirem da Natureza mais do que o essencial, que plantem além do necessário para o consumo ou comercializem o excedente, que lutem ou usem de força, a não ser a espiritual, para defender suas terras, embora saibam que delas dependem para viver. Entre os Guarani não existe o conceito de propriedade em relação às Terras, ao espaço para se viver. As terras que abrigam muitas ou mesmo poucas famílias são consideradas território Guarani, que todos têm direito de usufruir. Segundo D. Maria, líder espiritual da aldeia Boa Esperança (ES), a "terra é um bem divino a que todo o vivente tem direito". Pensamento compartilhado por todos e confirmado pelas palavras de Honório, da aldeia da Barragem: "não existe dono da terra, o único dono é Deus. A Terra foi feita para todos viverem: índios, brancos, animais e plantas" (LADEIRA, op. cit., p. 133)

Para o indígena o conceito de posse significa a utilização da terra para sua sobrevivência e implica na noção de domínio territorial que o identifica étnica e culturalmente. Para os Guarani, cuja organização social se caracteriza por intensa mobilidade entre as aldeias, o território extrapola os limites da área de suas aldeias. Segundo Ladeira, no Estado de São Paulo: "Com a abertura de estradas e com o crescente desmatamento junto à serra do Mar para fins imobiliários, os Guarani vem desviando seu trajeto, embora ainda identifiquem, com precisão e à distância, onde se situavam, e ainda se situam nas regiões não-desmatadas, as trilhas de acesso aos locais de coleta, caça, pesca, extração de matéria prima para o artesanato e às aldeias (1984, pg. 133).

PM
Q de

Ainda confirmando a existência de um terri-
tório Guarani do qual todos os índios têm o direito do usufruto e por onde todos podem perambular temos o depoimento prestado no processo 692/82 - (Manutenção de Posse, Comunidade dos Índios Guarani X Armando Peralta) pela etnóloga Thekla Olga Hartmann do Museu Paulista da U.S.P. onde se lê: "recorda-se que em 1969 quando estive naquela área, lá chegou guiada pelo índio Guarani de nome Ari, filho do capitão Joaquim que mora até a presente data, junto ao Parque Estadual do Jaraguá, em São Paulo, que veio até o local para orientar a depoente para chegar naquela área e também para buscar "cipó embé", matéria prima para seu artesanato, "fls. 39"

O exíguo espaço a que foram confinadas as aldeias Guarani do planalto, transformou em vitalmente importantes as aldeias do litoral. Além do conceito de território e toda sua importância no modo de vida Guarani, são estas as áreas que provêm a nação Guarani de materiais para o artesanato e outros que constituem-se nas únicas atividades econômicas geradoras de dinheiro capazes de proporcionar a aquisição de gêneros hoje indispensáveis às comunidades e não produzidos por elas, assim como, espaço físico para a constituição, via mutirão, de roças que têm a finalidade de suprir essas mesmas aldeias, em gêneros alimentícios, e ainda onde uma expansão demográfica se torna possível e o seu modo de vida característico pode ser mantido.

QUESITO 11.-Qual é a história da ocupação da Serra do Mar pelos Guarani e a importância atual da área Guarani do Rio Silveira para o conjunto da nação Guarani?

RESPOSTA.- Os Guarani já viviam no litoral paulista desde antes do século XVI quando aqui chegaram os primeiros europeus. (John Monteiro -"Vida e Morte do Índio São Paulo Colonial", in Índios no Estado de São Paulo: re

RH
LJP

sistência e transfiguração, p. 22, Editora Yankatu 1984):

No decorrer do período colonial, durante a escravidão indígena este grupo étnico foi preferido aos demais da costa, para os trabalhos forçados da agricultura, em vista do seu maior dom e conhecimento para esta atividade. Originariamente concentrados na costa Sul do atual Estado de São Paulo foram disseminados pelo restante do território do Estado através da escravidão. (ibis iden).

No início do século passado novas migrações espontâneas de outros subgrupos Guarani vindas do sul do Mato Grosso do Sul dirigiram outros contingentes populacionais para a Costa do Estado de São Paulo e foram registradas pela historiografia ocidental. (Nimuendaju, —op. cit., 1978).

A ocupação Guarani desta região e periferia de São Paulo (a qual poderíamos chamar de região da Serra do Mar) está relacionada a um aspecto característico da organização social do grupo étnico que é a formação de aldeias de tamanho médio e pequeno, identificadas com o líder de uma família extensa. Estas aldeias, as quais "apesar de terem certa autonomia política (já que cada núcleo tem seu próprio dirigente religioso e a coexistência de dois líderes de grupos familiares diferentes numa mesma aldeia é inviável) estão interligadas por uma rede de relações de parentesco, de casamentos e econômicas" (LADEIRA, op. cit., p. 132). Este interrelacionamento entre as diferentes aldeias (Barragem, Cucutu, Jaraguá; M'Boi Mirim, Itariri, Rio Branco, Bananal, Silveira, Ubatuba) atesta que se trata de um mesmo sistema do qual estas aldeias são unidades sócio-econômico-políticas que trocam bens, parentes e serviços religiosos. Neste circuito participam também outras unidades cuja localização se estende desde o sul do país até o litoral fluminense e do Espírito Santo. Entre estas

MU 08 24

aldeias se busca casamento, se estabelecem e se reafirmam, através de visitas constantes, as relações de parentesco, base da organização social tradicional. Os movimentos migratórios dos Guarani nestas regiões datam de séculos, sendo que atualmente tem ocorrido uma nova modalidade de migração, a de famílias ou indivíduos que vêm para o "litoral" à procura de parentes, ou acompanhando parentes que foram visitá-los ou buscá-los, observando-se também o inverso e alguns acabam por voltar ao sul. A estratégia de ocupação nas atuais áreas indígenas da região da Serra do Mar permite:

1. a sobrevivência da sociedade indígena enquanto tal junto aos grandes centros urbanos da sociedade nacional; as áreas indígenas da Serra do Mar acima mencionadas permitem tanto a proximidade física quanto o isolamento (reservas) em relação a estes centros dos quais dependem de um lado, mas são autônomos, de outro. Dependem sobretudo, devido ao contato de longos anos, através do qual novas necessidades foram criadas e pressões externas se intensificaram, durante um grande período de espoliação de seus próprios recursos e preservam sua autonomia porque, apesar desse contato, secular, continuam constituindo uma sociedade indígena com suas características político-ideológicas e sócio-culturais próprias.
2. a permanência de pontos de migração entre o sul do país e leste paraguaio e argentino para o leste brasileiro, ainda intenso nos dias de hoje, é próprio da dinâmica social e territorial guarani, isto é, os Guarani que vêm das regiões citadas nem sempre sabem exatamente que aldeia ou pessoas encontrarão ao migrarem para o leste brasileiro, mas sabem que encontrarão um território de ocupação tradicional e a continuidade de sua sociedade; a escolha de procurar parentes e/ou estabelecer relações de parentesco com outro indivíduos nestas aldeias, por parte dos que

m of de

vêm do sul por exemplo, não é aleatória nem tem causas exteriores mas se trata de busca e reconhecimento de seu território tradicional e antigo, o qual se estende por toda a faixa aqui considerada.

De acordo com informação pessoal da antropóloga Lilia Valle, em entrevista que lhe concedeu D. Aurora da aldeia do Espírito Santo em 1982, esta afirmou que sua mãe, D. Maria Carvalho, líder religiosa e esposa de Miguel, antigo cacique da Aldeia Silveira, reconhece o território desta aldeia como "terra santa", "terra de Guarani". Por este motivo se fixaram no local na década de 40. Os movimentos migratórios atuais visam por outro lado, garantir esta mesma ocupação.

AN 08 072

QUESITOS DA AUTORA

NOTAS:

(1) "A caça e a captura de animais fazem parte das atividades cotidianas dos Guarani. Tive ocasião de observar a sua importância principalmente entre os Mbuá do Rio Branco. Todas as manhãs, grande parte dos homens sai de casa, embrenhando-se pelo mato "para ver mundéus". Cada homem tem no mato quatro, cinco ou mais mundéus de jiçara e laços" (SCHADEN, Egon, Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani - Editora Pedagógica e Universitária Ltda. - E.P.U., e Editora da Universidade de São Paulo - E.D.U.S.P., São Paulo, 1974 - p. 46).

"Com laços de varas elásticas pegam-se "pela mão" (isto é, pela pata dianteira) porcos, veados, antas, etc. Os laços para antas são de corda muito grossa. Para macucos e outras aves armam-se laços pequenos, "ño ã", que prendem a ave pela perna." (SCHADEN, op. cit., p.46).

(2) "A semelhança do que se dá com muitos outros aspectos da cultura Guarani, a importância da pesca no conjunto das atividades econômicas varia, como é natural, de acordo com as possibilidades e condições ambientais. Disseminadas por uma área imensa as aldeias ora se encontram à beira de cursos fluviais, piscosos, ora em regiões que oferecem peixe em pequena quantidade, o que evidentemente condiciona em larga escala o interesse dispensado a essa fonte de alimento. (SCHADEN, op. cit., pg. 47).

(3) "Ao lado da extração de plantas de uso terapêutico, que são numerosas, e outras, de aproveitamento industrial, o Guarani explora de maneira extensiva, mas

RM UF etc

não intensiva, os recursos vegetais de seu ambiente no que se refere à alimentação" (SCHADEN, op. cit. p.45).

(4) "Portadores de cultura característica de região florestal, em que as atividades de subsistência incluem as lides da caça em combinação com o amanho da terra, os Guarani se estabelecem, sempre que possível, no seio da mata, evitando a paisagem aberta dos campos. As suas aldeias, longe de constituírem conglomerados compactos de habitações, consistem em casas isoladas, mais ou menos distantes umas das outras, espalhando-se pelas clareiras abertas na florestas. (SCHADEN, op. cit. p. 25 - Grifo nosso).

(5) A Região da Serra do Mar

"Acompanhando a linha da costa leste brasileira, desde o nordeste do Rio Grande do Sul até as proximidades do sul do estado da Bahia, estende-se uma das mais importantes cadeias de montanhas do Brasil. Esta é conhecida como Serra do Mar em São Paulo, tendo outras designações nos demais estados. Esta Serra não tem picos elevados, estando sua altitude média ao redor de 900 m, em curtos trechos como nos estados do Paraná e Santa Catarina é bastante larga, enquanto que em outros é quase uma só escarpa; também é variável sua distância em relação ao mar, ora está próxima ora muito afastada e neste caso dá origem a extensa planície costeira como ocorre no sudeste do estado de São Paulo e no litoral do estado do Paraná. A existência de uma verdadeira muralha, impedindo o acesso livre, ao interior do continente, os alísios provenientes do mar, obrigando-os a se elevarem, cria condições climatológicas ímpares que por sua vez possibilitam o desenvolvimento de um tipo de vegetação especial, a mata atlântica... A abundância

RM
113
746

de água aliada às temperaturas que não atingem extremos que poderiam ser prejudiciais, possibilitam a existência de um tipo especial de vegetação conhecida como mata atlântica.

O solo na parte montanhosa é bastante superficial, não passa de poucos cm de espessura e está representado essencialmente pelo húmus proveniente da decomposição de restos vegetais. Abaixo existe areia e caibro, resultantes da alteração da rocha original, em geral granítica ou gnaissica. Esta em certos trechos aflora, em outros está metros abaixo da superfície. Nas planícies litorâneas, em geral o solo é caracteristicamente de aluvião, representado pela deposição de material carreado da serra pelos rios que drenam a região. A existência de pontos rochosos isolados próximos à escarpa favoreceu em muitos pontos a acumulação de material, tendo assim se formado a planície. Em outros pontos a serra termina abruptamente, sem contrafortes, às vezes quase mergulhada no mar.

Nesta planície litorânea encontramos também muitas das principais associações vegetais que estão em parte representadas na vegetação da escarpa propriamente dita.

A Vegetação

As condições climatológicas especiais, onde a frequência das chuvas faz da região uma das de maior pluviosidade do Brasil... possibilitam a existência de um grande número de plantas, especialmente dentre os chamados vegetais inferiores (musgos e samambaias) que somente aí encontram condições de sobrevivência. Estas plantas crescem em sua maior parte como epífitas revestindo os troncos e galhos das árvores, sempre à sombra protetora da mata; mesmo as folhas maiores de arbustos e ervas gigantes acham-se por incrível que pareça também cobertas por delicados musgos. Não há substrato sólido

AM Q J

115
H

que não esteja totalmente ocupado; cada espaço, cada cm dos troncos está tomado por uma ou mais plantas. Talvez não haja outra associação vegetal onde tão bem possa se evidenciar de maneira tão dramática luta pela sobrevivência em função de espaço disponível.

Como traços marcantes desta vegetação devemos destacar ainda a presença de grande número de árvores com raízes tabulares e outras com raízes escoras, ambas servindo à função de fixação, pelo aumento da superfície de apoio, no solo raso, quase não existente. Em verdade cada árvore apoia-se nas vizinhas e é apoiada pelas que estão em volta. O conjunto mantém-se enquanto existir continuidade da cobertura arbórea. A queda eventual de uma árvore no meio das outras, às vezes arrancada por fortes ventos ou por enxurradas desproporcionais, de um modo geral provoca a formação de pequena clareira. Esta poderá ser rapidamente ocupada pelo desenvolvimento acelerado de plantas jovens, de tal sorte que, em tempo relativamente curto a cicatriz é fechada e a mata volta ao equilíbrio" (JOLY, Aylthon Brandão, Conheça a Vegetação Brasileira, Editora da Universidade de São Paulo, Editora Polígono, São Paulo, 1970, p. 49, 40 e 51).

ru
P. H.

QUESITOS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Res
P. de

QUESITO 1. - Descrever a área habitada pela comunidade indígena Guarani do Rio Silveira, justificadamente.

QUESITO 6. - Qual a área delimitada pelos silvícolas como de sua ocupação. Justifique.

RESPOSTA. - (QUESITOS 1 e 6) - Trata-se da área descrita nos quesitos 1 e 3 da Autora.

A área atual ocupada pelos Guarani do Rio Silveira se encontra em região tradicional de ocupação Guarani e cuja extensão foi reduzida no decorrer dos anos por pressões externas como a formação de fazendas e o confinamento obrigatório a que se viram submetidos os índios Guarani. Na década de 40, por exemplo, a aldeia se localizava também na área atual da Fazenda Água do Bento ou Fazenda Abra, conforme depoimento dos próprios índios, a qual teve que ser abandonada quando da venda da mesma a José Rivero e outros, esposo de Adelaide Rivero, atual proprietária. Além disso, conforme se observa no anexo 3, as trilhas 1 e 2 ultrapassam os limites da área indígena. Assim estes dados comprovam que a área atualmente habitada e delimitada é resultado de uma redução na área ocupada tradicionalmente e reconhecida pelos Guarani de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo como terra de usufruto dos Guarani do Estado de São Paulo e de migração, tanto antiga quanto recente, dos Guarani enquanto Nação. A delimitação atual compreende portanto fatores históricos, culturais, necessidades atuais de sobrevivência, isto é, regiões de caça, pesca, agricultura e coleta, atividades básicas da economia do grupo local e de outras aldeias de São Paulo, bem como e fundamentalmente a delimitação feita pelos próprios índios. Estes reconhecem os limites que lhes foram impostos, a leste, pela Fazenda Água do Bento, mas por outro lado, não pretendem abrir mão dos limites à oeste, ameaçados por invasores a partir da década

pu
of VE

de 80. Para delimitar sua área; os índios se utilizam de limites naturais como o rio Silvéria, o ribeirão Vermelho e o Morro do Cedro, limites estes que atestam seu conhecimento profundo da região e sua ocupação efetiva e tradicional, ao contrário de linhas secas e paralelos imaginários, artificialmente estabelecidos nas delimitações de terras particulares.

QUESITO 2. - Esclarecer o modo e a forma de utilização das terras pela comunidade indígena.

RESPOSTA. - A economia Guarani é de subsistência, baseada na família nuclear cujas principais atividades são a horticultura, a pesca e a caça (Vide anexo 4). A prestação de serviços, venda de palmito silvestre e de artesanato vêm suprir as necessidades mínimas de consumo de bens industrializados e de alimentos fabricados pela sociedade envolvente, sendo que a venda de artesanato para o branco tornou-se importante no contexto atual do contato. Estas atividades servem também para financiar deslocamentos (viagens para visitar parentes ou para tratamento de saúde, aquisição de roupa) e sua frequência está, portanto, subordinada às necessidades imediatas. A comercialização do artesanato não visa lucro ou acúmulo de capital e "não há interesse, por parte destes indígenas, nem transformarem-se no "homo economicus", porque isto não existe em seu mundo cultural, "como observou Cherobim (CHEROBIM, Mauro - Os Guarani do Estado de São Paulo - Estudo antropológico de uma situação de contato, dissertação de mestrado, USP, 1981).

Além disso, segundo este autor "... como a confecção de peças é uma atividade cultural, por se fazer uso da tecnologia tribal, ela se torna portadora de rótulo identificador de sua origem indígena, mais especificamente, guarani. Reside aí, a razão de as peças ar

PM
11

tesanais representarem um núcleo de persistência cultural "Comparando-se os Guarani aos Maimandê, que Aspelin estudou (ASPELIN, Paul Leslie, External articulation and domestic production: the artifact trade of the Maimandê of Northwestern Mato Grosso, Brasil, A thesis presented to the Faculty of the Graduate School of Cornell University for the degree of Doctor of Philosophy. June 1975), este autor afirma que os maimandê escolheram, entre outras possibilidades, a produção de seus próprios artefatos para serem vendidos para o turismo, porque esta modalidade lhes parecia mais adequada para manter a coesão do grupo e seus costumes. (1975: 8,9). A horticultura compreende roças de milho, mandioca, batata-doce, feijão e o pomar (vide anexo 14), e é exercida pelos habitantes da aldeia e eventualmente, em forma de mutirão, por habitantes de outras aldeias, enquanto que as outras atividades compreendem sistematicamente a subsistência dos habitantes das outras aldeias Guarani que não possuem áreas suficientes ou adequadas para desenvolvê-las.

"A Aldeia do Rio Silveira é considerada por muitos Guarani de São Paulo como a que apresenta, condições físicas mais apropriadas ao seu modo de vida. A terra é de boa qualidade para a agricultura, prevalece na região a mata nativa, existindo árvores de porte e palmito silvestre. Segundo os Guarani da Barragem e de Ubatuba, essa é a região do litoral onde existia mais caça" (LADEIRA, op. cit. p.130) (Vide anexo 5). E mais adiante afirma que "Os cipós, as penas, taquaras e paus usados na confecção do artesanato, a caça miúda encontrada na Serra do Mar não são propriedade apenas da comunidade que habita a região. Mesmo as roças, feitas em mutirão nas aldeias onde há mais espaço, provêm o sustento de todos que as visitam. Sem os recursos das aldeias da Serra do Mar, as aldeias da periferia de São Paulo, sucumbiriam pois as 50 famílias que dividem"

cjb

um espaço inferior a 20 alqueires não teriam condições de sobrevivência, apesar das doações paliativas das associações beneficentes que fervilham na capital "(1984 : 132,133). Além da Matéria-prima para a confecção do artesanato, a mata fornece inúmeras plantas medicinais utilizadas pelo Guarani das quais reuniu-se uma amostragem, por ocasião das vistorias realizadas (vide anexo 6)

QUESITO 3. - Descrever as características da ocupação Guarani na região e suas especificidades.

RESPOSTA. - Vide resposta ao quesito II da Autora.

QUESITO 4. - Desde quando o litoral paulista é território de ocupação Guarani e qual a dinâmica de migração e fixação de aldeias.

RESPOSTA. - No século passado Nimuendaju registrou migrações de grupos Guarani para o leste brasileiro (NIMUENAJU, Curt, "Los Mitos de Creación y de destrucción del mundo, Editor Juergen Reister G. - Peru - Centro Amazonico de Antropologia y aplicación práctica, 1978, Série Antropológica I) Estas migrações entretanto, já vinham ocorrendo séculos antes (MÉTRAUX, Alfred, "Migrations Historiques des Tupi - Guarani" Littéraire orientales et américaine, Maisonneuve Frères, e diteurs, 1927, France), sendo que no século XVI, os Guarani já viviam no litoral paulista (vide quesito II da Autora). A formação de aldeias no litoral paulista, registrada no século passado, se dá portanto, em território que já era de ocupação Guarani. A formação das aldeias de Itariri e Rio Branco das quais temos registro (Schaden, op. cit. e NIMUENAJU, op. cit) não coincide portanto com o início da ocupação Guarani mas foram simplesmente as registradas e algumas das que ainda existem. É na época de

Q. AM
JR

sua formação, também, que os índios são obrigados a estabelecer os limites de suas áreas, devido às pressões externas exercidas pela ocupação do branco. A aldeia do Silveira de que temos registro por sua vez, também se estabeleceu em território tradicional de ocupação Guaraní sendo que as primeiras notícias a seu respeito datam dos anos 40 do presente século (folhas 692/82 - p. 44 dos autos). Nesta época, a aldeia do Silveira era formada pelos Guaraní que vieram do sul do país a partir da década de 20 num movimento caracterizado pela literatura etnográfica como a migração dos Mbyá, um dos bandos Guaraní assim classificados (Valle, 1983). O percurso que os grupos Guaraní do sul realizam historicamente "não é aleatório pois vários pontos do litoral são tidos como território onde viveram seus antepassados e a perambulação e procura de fixação sempre ocorrem nestes mesmos locais" (LADEIRA, 1980 - op. cit. 132). "A simples disponibilidade de terras, entretanto, é insuficiente para fixar os guarani, que podem por vezes abandonar uma determinada área devido ao peso de certas mortes ou às vezes, por casos de epidemias que interpretam como feitiçaria. No entanto, o que se tem observado é a reocupação destas áreas por outros grupos familiares Guaraní" (Valle - op. cit., 1983). Na aldeia do Silveira, encontram-se enterrados três caciques (Miguel, Pedro e Gumerindo) os quais correspondem a dois momentos de ocupação por grupos familiares, sendo que dois pertencem ao mesmo grupo (são pai e filho). Atualmente, a aldeia do Silveira é liderada por outra família, cujo chefe é o cacique Samuel. A partir da década de 40, através de depoimentos e dados de levantamentos (anexo 11), podemos traçar um perfil da população Guaraní do Silveira o qual comprova a ocupação permanente desta área por diferentes grupos familiares demonstrando se tratar de território tradicional ocupado sucessivamente por estes grupos, mantendo-se local estratégico de ocupação (Vide

RM
of

resposta ao quesito 11 da Autora) e de ponto de passagem obrigatório das famílias que formariam outras aldeias como Barragem, Nboi-Mirim e Ubatuba.

PERFIL DA POPULAÇÃO GUARANI DO RIO SILVEIRA
DE 1940 à 1984

| DATA | FONTE | POPULAÇÃO | LIDER |
|-----------------------|--|---|-----------------|
| 1940, aproximadamente | Processo 692/82, fls. 44 e informantes indios: João Carvalho e D. Aurora | + 15 pessoas | Miguel Pedro |
| 1960, aproximadamente | LADEIRA, op.cit., p. 138 | - | Gumercindo |
| 1963 | Processo 316/68, fls. 44 | 22 | Gumercindo |
| 1969 | <u>HARTMANN</u> , Thekla e <u>Novaes</u> Sylvia Caiuby, Estórias de bicho contadas por um Guarani Publicações do Museu Municipal de Paulínia, nº 20, maio 1982 | 13 famílias, 40 pessoas aproximadamente | Gumercindo |
| 1971 | Idem | 4 famílias | Gumercindo |
| 1981 | Levantamento CTI (Centro de Trabalho Indigenista) | 31 pessoas | Samuel |
| 1982 | Levantamento CTI | 19 pessoas | Samuel |
| 1983 | Levantamento CTI | 31 pessoas | Samuel |
| 1984/Fev. | Levantamento CTI | 30 pessoas | Samuel |
| 1984/jul. | Levantamento CTI | 42 pessoas | Samuel |
| 1984/ago. | Perícia | 47 pessoas | Samuel |

RJ
9/8/84

Como se pode observar pelos dados do quadro acima, a composição da aldeia se altera, às vezes significadamente, mas são nítidos os períodos em que permanece sempre uma família extensa cujo líder é o cacique da aldeia e o qual garante a ocupação, mesmo que a população atinja um mínimo de membros. Trata-se do caso da família do cacique Miguel, do cacique Pedro e de seu filho Gumercindo, e do cacique Samuel.

QUESITO 5. - Esclarecer o modo como os Guarani têm assegurado seu território.

RESPOSTA. - Uma das características dos aldeamentos do litoral de São Paulo é sua existência independente, em relação à assistência e tutela da FUNAI ou do antigo SPI - Serviço de Proteção ao Índio.

De acordo com Ladeira (op. cit., p. 123) "Sua formação contraria fundamentalmente a origem dos Postos Indígenas no Interior e do Posto indígena de Peruíbe, para onde a maioria dos índios foi levada artificialmente. "As aldeias Guarani não assistidas pela FUNAI foram formadas ou preservadas pela vontade própria das famílias indígenas, segundo sua específica mobilidade social..."

Os Guarani têm resistido às pressões de todos aqueles que se dizem proprietários das áreas por eles habitadas querem tirá-los das mesmas ou até considerá-los como seus "prepostos". Apesar disso têm assegurado suas áreas através de diferentes meios, entre eles o apoio oficial do governo estadual, de entidades civis de apoio aos índios, da Igreja e de particulares.

Antes de tudo entretanto, têm assegurado seu território devido à própria coesão de sociedade Guarani.

Ar
L.S.

QUESITO 6.- Qual a área delimitada pelos silvícolas, como de sua ocupação. Justifique.

RESPOSTA.- Vide resposta em conjunto ao quesito 1 da FUNAI.

QUESITO 7.- Existem trilhas, locais de caça, cemitério outras formas caracterizadoras da posse dos índios sobre essa área?

RESPOSTA.- Vide respostas aos quesitos 1 e 3, e 2 da Autora.

QUESITO 8.- Podem o Sr. Perito do Juiz e os assistentes técnicos das partes informar sobre o conceito indígena da posse em confronto com o conceito usual da sociedade envolvente.

RESPOSTA.- Vide resposta ao quesito 10 da Autora.

QUESITO 9.- Os índios da Comunidade Indígena Rio Silveira possuem qualificação profissional, possibilidade e aspiração de buscar a subsistência do grupo fora da área onde habitam?

RESPOSTA.- "Em séculos de contato, os Guarani ainda preservam sua economia de subsistência e como observamos na resposta ao quesito 2 da FUNAI, não têm interesse em tornar-se homo economicus, porque isto não existe em seu mundo cultural", segundo Cherobin. Afirma ainda este autor que "O guarani não é socializado para ser artesão ou comerciante de produtos artesanais, ele é preparado, simplesmente, para ser Guarani" (op. cit. pg.101)

DM
CF

Eventualmente, os Guarani se empregam como diaristas nas chácaras vizinhas, mas trata-se quase sempre" daqueles que não fazem parte da população fixa da aldeia e que acham ser esta uma forma imediata de conseguir dinheiro para prosseguir viagem, ou retornar à sua aldeia" (LADEIRA, op. cit., pag. 126). Assim, os Guarani se recusam a participar do mercado de trabalho da sociedade nacional, a não ser esporadicamente e para suprir necessidades imediatas, como já nos referimos anteriormente (quesito 2 da FUNAI). Ser Guarani significa pertencer a uma cultura e a uma sociedade baseada em valores próprios e cuja relação com a terra é fundamental, tanto do ponto de vista da economia de subsistência, quanto do ponto de vista político e ideológico.

Além disso, a própria sociedade nacional não oferece condições ao índio de participar simetricamente das relações econômicas e sociais, ou seja, a antropologia tem demonstrado, que não há possibilidade de integração simétrica na vida econômica da sociedade nacional, sem pôr em perigo a autonomia cultural do índio.

M. J. K.

QUESITOS DO SR. JOAQUIM FELICIANO DA SILVA NETTO E OUTROS

João
da Silva

QUESITO A. - Podem os Srs. Peritos indicar em mapa da região, oficial, a exata localização da Gleba de Terras pertencentes aos ora arguintes Joaquim Feliciano da Silva Netto com base nas matrículas existentes no Registro de Imóveis de São Sebastião, e, nesse mesmo mapa indicar qual a área exata, na sua dimensão e perímetro, ocupada efetivamente pelos membros da denominada Comunidade dos Índios Guarani?

RESPOSTA. - Com base nos levantamentos topográficos realizados na perícia podemos localizar a área exata ocupada pelos membros de comunidade dos Índios Guarani na sua dimensão e perímetro (Vide em anexos 2 e 12).

A expressão do quesito acima "ocupada efetivamente" parece aludir ao fato do aproveitamento da gleba em maior ou menor grau de utilização da área pelos índios Guarani. Nos chamados "povos naturais" em geral, e entre os índios Guarani especificamente, a medida ou intensidade da ocupação sempre refere-se a diferentes zonas do território que, - desprezando o caso dos povos "coletores, caçadores, pescadores não horticulturistas" que não se refere aos Guarani pois praticam e sempre praticaram a horticultura também - são os seguintes:

- a) Área da aldeia, isto é, a área limitada pelas cabanas, incluindo não só o pátio, mas uma faixa de 20 - 30 m de largura em volta da mesma;
- b) As roças que, conforme o caso, podem incluir a área plantada e também roças abandonadas, após alguns anos de plantio e mais tarde reaproveitadas;
- c) O território tribal que, em termos práticos, inclui a área usada para a caça, pesca, extração de matéria prima para os artesanatos, cabanas, lenha e produtos vegetais, e, em termos ideológicos do grupo, aquela área que o grupo considera sua própria, na qual não tolera penetração de outros grupos nem o aproveitamento de seus recursos por outros.

127
JA

No caso em questão, a zona a) corresponde ao grupo de cabanas hoje e anteriormente habitadas, a zona b) às roças existentes e em recuperação, a zona c) à área definida pelos membros da comunidade para suas atividades econômicas de subsistência. (Vide anexo 13).

Para esclarecer eventuais dúvidas referentes à zona acima denominada com a letra c) convém afirmar que esta, no caso em discussão, longe de ser maior do que o necessário, é relativamente pequena. Tomando em consideração as médias do país inteiro, a área per capita é de 312 ha. (João Pacheco de Oliveira Filho, Terras indígenas no Brasil: uma tentativa de abordagem sociológica. América Indígena, México Vol. XLIII nº 3 Julho - Septiembre - 1983 pp. 655 a 682). A avaliação, naturalmente não deve partir de um cálculo de área per capita ou por aldeia dos grupos de índios que foram despejados de seu espaço vital e que para sua mera sobrevivência física - não cultural - são forçados a se contentarem com algumas centenas de metros quadrados por família, como é o caso da aldeia "Morro da Saudade" onde, em 8 alqueires, moram nada menos que 35 famílias (LADEIRA, op. cit. 125). Temos que, pelo contrário, tomar por base a situação de índios que vivem livres de pressões da civilização, e que, economicamente falando, são comparáveis aos Guarani, isto é, baseiam sua existência na horticultura, caça, pesca e coleta.

O perito judicial estudou vários grupos dos índios Nambiquara que podem servir de base de comparação. Entre estes grupos existem dois que foram também estudados por uma cientista recentemente, à base de análise quantitativa e cujas conclusões corroboram suas próprias (SETZ, Eleonore Zulnara Freire, Ecologia alimentar em um grupo indígena: comparação entre aldeias Nambiquara de floresta e de cerrado. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 1983 (mimeografada).

per
TJL

Para maior segurança, examinaremos estes dois casos confirmados por dois pesquisadores (Setz e Aytai). Trata-se dos grupos:

1. Alândésú (em forma simplificada: Alântesu ou Galera)
2. Halótesu (ou Juina)

Discussão

1. Alântesu

Ambiente: floresta sub-tropical

Área (a "zona c" acima referida): 278,6 km² = 27.860 ha.

População: 50 (com menores variações ocasionais)

Área per capita: 557,2 ha.

2. Halótesu

Ambiente: cerrado com matas de galeria

Área: 1229,8km² = 122,980 ha.

População: 38

Área per capita: 3.236 ha/capita

3. Guarani do Ribeirão Silveira

Ambiente -- Mata sub tropical e campo

Área (baseado no levantamento): 813 ha.

População: 50

Área per capita: 16,26 ha.

Os índios Alântesu e Halótesu, até os últimos 10-15 anos não sofreram pressões da parte dos civilizados na questão da ocupação de suas terras. As áreas per capita acima calculadas são, portanto, os ideais que correspondem ao livre desenvolvimento e manutenção de sua cultura, de acordo com os usos, costumes e tradições tribais ("A posse das terras habitadas pelos índios é outro direito que o art. 198 da Constituição lhes reconhece... Essa idéia é consagrada no art. 23 do estatuto do índio (Lei 6.001/73) quando considera posse do índio a ocupação efetiva da terra que ele detém de acor

per
JK

do com os usos, costumes e tradições, e não de acordo com a lei civil - José Afonso da Silva: Auto - aplicabilidade do Artigo 198 da Constituição Federal. Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados. Seção de Doutrina. Palestra proferida na Sala dos Estudantes da FADUSP em 18/10/1983. Pgs. 6 e 7). Este livre desenvolvimento da cultura dos índios sofreu e está sofrendo pressões constantes da civilização envolvente o que faz com que as áreas das reservas onde hoje habitam os índios dos estados do Sul sejam menores do que no caso de índios ainda livres de pressões. Não será inútil, portanto, analisarmos alguns casos concretos de reservas cujas áreas e população são conhecidas. As informações provêm da obra Ligia T.L. Simonian: (Visualização: Estado Expropria e Domina Povo Guarani e Kaingang. FIDENE - Coordenadoria de Pesquisa e Documentação. Caderno do Museu Antropológico, "Diretor Pestana", nº 9, maio de 1980.)

Na Reserva Indígena de Caseros (RS), em 1003 ha. de terra vivem 100 índios Kaingang, sendo a área per capita 10,03 ha. (pgs. 8-9).

Na Reserva Indígena Guarani (RS), em 741 ha. de terra, vivem 40 índios Guarani (informação do ano de 1927), sendo a área per capita 18,52 ha. (pgs. 22-23).

Na Reserva Indígena Carreteiro ou Água Santa (RS) em 601 ha. de terra vivem 80 índios Kaingang, sendo a área per capita 7,51 ha. (pgs. 26-28).

Na Reserva Indígena Ligeiro (RS), em 4.552 ha de terra vivem 500 índios Kaingang, sendo a área per capita 9,10 ha. (pgs. 29-31).

Em outra fonte (Ocoí, em Luta Indígena nº 19 Xanxerê SC, junho de 1983, pags. 25-28) encontramos as seguintes informações:

Os Guarani de Avá (Xiripá) do Rio Ocoí - Jacutinga, no Município de Foz do Iguaçu (PR), 5 famílias possuíam 1.500 ha. Supondo, em média, 6 almas por família, isto é, o total de 30 índios, a área per capita é

Op. M. L.

50 ha. "Apesar de muita luta, ... impuseram que os Guaraní aceitassem apenas 253 ha. de terra, em S. Miguel do Iguçu (PR). Mesmo assim, a área per capita é 8,43 ha.

Resumindo esses dados, a tabela abaixo mostra a seguinte situação:

TABELA COMPARATIVA DA ÁREA PER CAPITA DE VÁRIAS COMUNIDADES DE ÍNDIOS

| | |
|--------------------------------|-------------|
| Alântasu (Nambiquara) | 557,20 ha |
| Halótesu (Nambiquara) | 3.236,00 ha |
| Kaingang, Reserva Caseros | 10,03 ha |
| Guarani, Reserva Guarani | 18,52 ha |
| Kaingang, Reserva Carreteiro | 7,51 ha |
| Kaingang, Reserva Ligeiro | 9,10 ha |
| Guarani (original), Avá | 50,00 ha |
| Guarani (reduzida), São Miguel | 8,43 ha |
| Guarani do Rio Silveira | 16,26 ha |

Mesmo excluindo as primeiras duas áreas de índios vivendo longe da civilização, os 16,26 ha per capita ocupam uma posição média nas reservas.

Não queremos ser dogmáticos comparando as áreas per capita diretamente porque fatores ambientais influem na área necessária para cada grupo, mas o fato de possuírem os Alântasu uma área de cerca de 34 vezes maior do que os Guarani, e os Halótesu quase 200 vezes maior, parece-nos suficiente garantia para ver que, se houver erro de estimativa da área necessária para a sobrevivência de um grupo, mantendo sua identidade cultural, este erro é contra os Guarani que deveriam possuir uma área muito maior de mato do que aquela que estão reivindicando.

Com base nos mapas oficiais que mostram a área em questão e que são: o do IGC 1:50.000 e o da Emplasa 1:10.000, não é possível indicar a exata localiza

18/11
2/11

ção da gleba de terras inscrita no registro de imóveis em nome do Sr. Joaquim Feliciano da Silva Netto de acordo com a certidão imobiliária (anexo 18). Isto porque nesta certidão não há precisão na descrição e os rumos não estão assinalados, como é usual e necessário numa indicação de divisas ou como deveria ser em medição com memorial descritivo.

Nos referidos mapas existe o morro da Juréia mas não a "prainha" citada na referida certidão imobiliária, sendo que não seria possível na presente perícia investigar a existência do marco de pedra e procurar localizá-lo bem como a referida prainha, mesmo porque o presente quesito tão somente solicita a localização da gleba de terras de Joaquim Feliciano da Silva Netto no mapa oficial e com base nas matrículas existentes no registro de imóveis. Assim as informações subsequentes da mesma certidão também não permitem qualquer precisão quanto aos demais pontos ali indicados. Não consta por exemplo nos referidos mapas oficiais a cachoeira do Bento indicada na certidão imobiliária.

QUESITO B. - Podem os Srs. peritos, em diligência junto à Secretaria da Agricultura e outros órgãos públicos (Serviço Florestal etc.) obter fotografias aéreas recentes, plantas ou outros elementos de convicção, relativos à área de propriedade dos Arguintes e pelas quais podem os Srs. peritos proceder análise da ocupação pretendida pela COMUNIDADE?

RESPOSTA. - A ocupação da área da Comunidade Indígena, como já dissemos em questões anteriores - Resposta aos Quesitos 1 e 3 da Autora e resposta ao Quesito A de Joaquim Feliciano da Silva Netto - difere da ocupação normalmente dada a áreas semelhantes a esta, por populações rurais, com cultura diversa da cultura indígena.

6/1 AM
g.f.

A natureza, como foi referido na resposta ao quesito 10 da autora "é a sua garantia de vida e de seu modo de ser". A utilização da mata visa a satisfação e suas necessidades através das suas atividades de caça, coleta, extração de matéria prima para artesanato e a pesca (Vide anexo 4).

É imediatamente óbvio que nenhuma destas atividades pode ser documentada em fotografias porque não deixam sinais permanentes na mata. Os Guarani não caçam e nunca caçaram com a utilização de fogo como fazem alguns grupos Jê (Xavante). Mesmo se tratassem de grandes caçadas comunais, o máximo que poderia ser constatado imediatamente após a caçada seriam alguns galhos quebrados e capim pisoteado, o mesmo vale para a coleta e extração de matéria prima.

—Mesmo as trilhas marcadas ou as de perambulação, (Vide anexo 2 e 3) são sob o extrato arbóreo e só podem ser localizadas se percorrermos a mata juntamente aos membros da comunidade.

QUESITO C. - Em diligência no próprio local da ocupação, indicar na planta ou mapa oficial, as moradias e construções existentes, as plantações e suas naturezas, e o perímetro que tais benfeitorias ocupam efetivamente.

RESPOSTA. - A situação atual das casas e lavouras da comunidade e apenas algumas das áreas que anteriormente serviram aos atuais e antigos moradores da aldeia do Silveira que permanecem em descanso, segundo o costume de horticultura Guarani, é apresentada no anexo 14.

O tamanho das áreas de lavoura dos índios está relacionado a alguns fatores:

1. As atividades de caça, coleta e pesca são por vezes (ou sempre que haja condições destas existirem) mais importantes para os Guarani que a horticultura.
2. Os índios plantam para consumo, portanto abrem

10/11/84
-9/11/84

a área somente para produzir o que será de sua manutenção e de sua família (por vezes há o trabalho de mutirão)

3. A horticultura Guarani é isenta de qualquer tecnologia usada por povos rurais ocidentais.

4. Na horticultura praticada pelos índios, as áreas plantadas, após alguns anos de uso, perdem sua fertilidade, e para recuperá-las (que é mais fácil do que derrubar matas), são deixadas em descanso. Conforme o tipo de solo e clima, o vegetal plantado e a topografia, um grupo deve utilizar muitas glebas alternadamente. A área usada para a horticultura, portanto, não é aquela que está plantada, mas uma muito maior (Vide anexo 14 e resposta aos quesitos 1 e 3 da Autora).

QUESITO D. - Informar se o local de atual ocupação é o mesmo assinalado pelo Sr. Perito Judicial no laudo que se encontra no processo principal (Proc. 316/68) - Reintegração de Posse - A. Domenico R. Maricondi e Dr. José Bastos da Silva.

RESPOSTA. - A área assinalada no laudo pericial do Processo (316/68 - Reintegração de Posse), faz parte da área ocupada pela Comunidade Guarani, mas de forma alguma é a totalidade de sua ocupação (Vide resposta aos quesitos 1 e 3 da autora, I da FUNAI e B de Joaquim Feliciano da Silva Netto). Sua ocupação é de 813 ha. (Vide anexo 2).

A caracterização de "área ocupada" dada pelo perito do juiz da referida ação, não cabe no caso, pois a ocupação é indígena, e não corresponde somente a áreas de terra nua, ou ocupadas com lavouras ou animais domesticados, como foi interpretado pelo referido perito. Agrava ainda mais esta errônea interpretação o fato de os verdadeiros ocupantes da área não terem sido se -

B. M. Netto

quer ouvidos a respeito do que consideravam como seu território. Desta forma, a área assinalada não é apenas a área ocupada pela comunidade, mas parte dela.

QUESITO E. - Informar se os integrantes da COMUNIDADE são os mesmos que se encontravam no local, citados nos autos e pelos peritos no mesmo e acima referido Proc. 316/68, naturalmente com os acréscimos e os decréscimos resultantes dos eventos da vida (vida, morte, nascimento, mudanças, casamentos, etc.)

RESPOSTA. - As características quantitativas das comunidades dos índios geralmente não têm a estabilidade das nossas. As visitas, para tempos prolongados, raramente faltam. Citando, nesse respeito, as próprias experiências do perito judicial, com diferentes tribos, numa aldeia Nambiquara (Serra Azul) em 1967 encontrou um casal aí morando fazia vários meses, no entanto sem a intenção de se acomodarem permanentemente; sua cabana, sem ser fechada lateralmente como as outras, mostrou, numa linguagem simbólica, que eles partirão a data não definida. Na mesma aldeia, o mesmo presenciou a chegada de uma mulher e sua filha, e de um jovem, que voltavam de uma longa visita a Utiariti. Setz relata, o caso da aldeia Alântesu onde, à época de sua pesquisa, houve em torno de 30 indivíduos residentes e 15 a 20 indivíduos visitantes (SETZ, op, cit, p.24)

Na aldeia Mamaindê, o perito judicial procurou um de seus informantes de anos anteriores que, porém, estava, junto com sua família, de uma longa visita (de vários meses) na aldeia de um de seus primos.

Entre os Xavantes na aldeia de Sangradouro em 1969 onde o mesmo passou muito tempo, encontrou informantes de anos anteriores que em 1961 estavam na aldeia de São Marcos, separada de Sangradouro por mais de 160 km de sertão. As suas indagações, responderam

GA
JA

que não sabiam se iam ficar em Sangradouro ou voltavam a São Marcos. Os Xavantes até tem um "choro de alegria" para saudar parentes que estavam em visitas longas em outros lugares e voltaram após longo intervalo.

O mesmo fenômeno o perito judicial encontrou entre os Bororô e, mais ainda, entre os Karajá. Sobre os Grupos Guarani do Litoral Paulista vide LADEIRA (op. cit: p. 126 e 134)

Segundo Projeto da Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado do Rio Grande do Sul, a variação da população de índios Kaingang na reserva Carreteiro ou Água Santa (RS) é a seguinte:

| | |
|---------|-----------|
| 1910 | 80 almas |
| 1920 | 59 almas |
| 1922 | 60 almas |
| 1926 | 58 almas |
| 1927 | 66 almas |
| 1929 | 64 almas |
| 1930 | 62 almas |
| 1946 | 40 almas |
| 1953 | 84 almas |
| 1955 | 40 almas |
| 1957/58 | 70 almas |
| 1967 | 128 almas |
| 1968 | 120 almas |
| 1975 | 158 almas |
| 1980 | 178 almas |

(Citado em Ligia T.L. Simonian: Visualização: Estado ex propria e domina povo Guarani e Kaingang. Caderno do Museu Antropológico "Diretor Pestana", maio de 1980, FIDENE Coordenadoria de Pesquisa e Documentação, IJUÍ, Rio Grande do Sul, pag. 27)

Referente à Comunidade Guarani do Rio Silveira, a antropóloga Ana Thekla Hartmann diz:

"Os trabalhos foram prejudicados pelo despoamento da aldeia. De acordo com experiência anterior"

per
JA

(1969), esperávamos encontrar umas 40 pessoas em Silveira. Naquela ocasião, o assentamento Guarani era composto de onze casas habitadas por treze famílias. Localizavam-se, com uma exceção, à margem esquerda do Ribeirão do Silveira, dispersas entre suaves elevações do terreno, velhas fruteiras que falavam de uma fazendola abandonada e pequenas roças cuidadas de mandioca, batata doce e milho. Junto às casas, um ou outro pé de urucum, de cabacinha e de condimento, como a alfavaca. Devido a essa crise de autoridade, porém, apenas quatro famílias permaneciam no local em 1971, as outras tendo se espalhado mais para o norte (Ubatuba, Boissucanga, São Sebastião) e para o planalto paulista (Barragem). Uma dissertação de mestrado recentemente defendida na Universidade de São Paulo, embora não forneça dados demográficos específicos para Silveira após nossa visita de 1971, deixa enterver que não houve incremento posterior na aldeia, sendo provado que ela hoje nem mais existe" (Hartmann op. cit. pg. 122). No entanto, hoje (novembro de 1984) há cerca de 50 pessoas na aldeia.

QUESITO F. - Com base no resultado do quesito anterior, podem os Srs. Peritos informar se se pode considerar a COMUNIDADE atual como sendo a mesma COMUNIDADE ocupante da área (mesma área) identificada no Proc. 316/68?

RESPOSTA. - SIM

QUESITO G. - Sendo possível relacionar as pessoas ocupantes da área (desconsiderando as visitas e moradores de outras regiões agregados eventualmente à época de vistoria), por famílias, seu grau de parentesco, se são índios ou não, nome, idade, sexo, local de nascimento.

Am
VZ

RESPOSTA. - Do ponto de vista antropológico, não tem sentido a parte da pergunta "se são índios ou não". É índio todo mundo que vive na aldeia e segue o mesmo tipo de vida que os outros seguem, (possui a mesma cultura). Trata-se aqui de uma comunidade que possui uma cultura, e pertence a esta comunidade e sua cultura, não depende de descendência racial. Por exemplo: as mulheres capturadas em muitas tribos de índios, após casadas, mesmo sendo "brancas ou pretas", quase sempre são consideradas membros da comunidade, geralmente de plenos direitos e obrigações extensivas a sua prole.

Os Kaingang de Carreteiro, apesar da profunda mestiçagem 45,23% de mestiços contra 41,05% de Kaingang mais 13,69% de neo-brasileiros em 1954 - tem mantido sua identidade indígena em que pese todas as tentativas de destruição do grupo (SALZANO, Francisco Mauro, Estudos Genéticos e Demográficos entre os índios do Rio Grande do Sul, Boletim do Instituto de Ciências Naturais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, julho de 1961, p. 4, citado por Simonian 1980:26)

Apresentamos a seguir a relação das pessoas ocupantes da aldeia por ocasião da vistoria em agosto de 1984 e as genealogias:

POPULAÇÃO GUARANI DA COMUNIDADE INDÍGENA DO RIO SILVEIRA - 1984 (Agosto)

| CASAS | NOME | DATA NASC. IDADE APROX. | LOCAL NASC. | ORIGEM ANTERIOR |
|-------|---------------------------|-------------------------|--------------------------|-----------------|
| 1 | 1-Teresa Luiza da Silva | 25/04/1933 | R.Grande Sul | Itariri Bananal |
| | 2-Samuel Bento dos Santos | 46 anos | Vila Margarida/S.Vicente | Bananal |
| | 3-Maria dos Santos | 14 anos | Silveira | |
| | 4-Jurema dos Santos | 11 anos | Silveira | |

Am 07 07

| CASAS | NOME | DATA NASC. IDADE APROX. | LOCAL NASC. | ORIGEM ANTERIOR |
|-------|--|----------------------------|---|---|
| 2 | 5-Rosa da Sil- va | 22 anos | Itariri | Bananal/ Barragem |
| | 6-José Airton de Souza | 34 anos | Ceará | |
| | 7-José Milton | 6 anos | Silveira | |
| | 8-Denise | 4 anos | Silveira | |
| | 9-Antonio He- lío | 2 anos | Silveira | |
| | 10-Lídia | 9 meses | Silveira | |
| 3 | 11-Vera da Sil- va | 04/09/1964 | Itariri | |
| | 12-Valdomiro Soares de Melo | 30 anos | Paraná | |
| | 13-Lúcia | 6 anos | | |
| | 14-Odair | 4 anos | | |
| | 15-Valdenir | 2 anos | | |
| | 16-Nivaldo Mar- tins da Sil- va | 25/01/1945 | P.I.Manguei- rinha-Palmei- rinha/PR | Barragem |
| | 17-Marica Mar- tins da Sil- va Aramiri | 03/03/1955 | P.I.Rio das Cobras/PR | Barragem |
| 4 | 18-Lídia | 27/03/1975 | Barragem | Barragem |
| | 19-Marcos | 15/04/1978 | Barragem | Barragem |
| | 20-Francisca | 22/12/1980 | Barragem | Barragem |
| | 21-Teresa Mar- tins da Sil- va | 40 anos | P.I.Manguei- rinha-Palmei- rinha/PR | Barragem |
| | 23-Márcia | 7 anos | | |
| | 24-Júlio Maria no da Silva | 39 anos | P.I.Manguei- rinha-Palmei- rinha/PR | Parati/ Rio Bran- co/Bana- nal/Boi Mirim/ Barragem |
| | 25-Jurema Fun- du | 24 anos | P.I.Manguei- rinha-Pal/PR | |

Handwritten signature/initials

| CASAS | NOME | DATA NASC. IDADE APROX. | LOCAL NASC. | ORIGEM ANTERIOR |
|-----------|----------------------------------|-------------------------|----------------------------------|-------------------|
| 5 | 26-Silvana | 5 anos | | |
| | 27-Luís | 3 anos | Silveira | |
| | 28-Lília | 1 ano e 3 meses | Silveira | |
| | 29-Maria Helena Firmino da Silva | 25/01/1945 | P.I.Mangueirinha-Palmeirinha/PR | M'Boi Mirim |
| | 30-Albino Karaitaendy | 35 anos | P.I.Rio das Cobras (PR) | |
| | 31-Leonardo | 07/08/1974 | M'Boi Mirim | |
| | 32-Maria Luiza Firmino da Silva | 10/04/1950 | P.I.Mangueirinha-Palmeirinha/PR | |
| | 33-Armando Robajumirí | 20/05/1956 | P.I.Mangueirinha-Palmeirinha/PR | M'Boi Mirim |
| | 34-Renato Mirí Araí | 23/11/1981 | M'Boi Mirim | M'Boi Mirim |
| | 35-Maurício | 14/02/1968 | M'Boi Mirim | |
| | 36-Luiza Paramirí | 06/06/1964 | Passos, Osório | Rio Grande do Sul |
| 37-Adílio | 5 meses | M'Boi Mirim | M'Boi Mirim | |
| 6 | 38-Domingos Ribeiro da Silva | 32 anos | Rio das Cobras Laranjeira do Sul | Barragem |
| | 39-Lidia Castro da Silva | Set./1953 | P.I.Mangueirinha-Palmeirinha/PR | Barragem |
| | 40-Marcelino Castro da Silva | 30/01/1979 | P.I.Mangueirinha-Palmeirinha/PR | Barragem |
| | 41-Arlindo Ribeiro da Silva | 08/05/1982 | Barragem | Barragem |
| | 42-Mário Ribeiro da Silva | 01/05/1955 | Rio das Cobras/PR | M'Boi Mirim |
| | 43-Ana Maria Martins da Silva | 30/01/1952 | P.I.Mangueirinha-Palmeirinha/PR | M'Boi Mirim |

99-91

| CASAS | NOME | DATA NASC. IDADE APROX. | LOCAL NASC. | ORIGEM ANTERIOR |
|-------|------------------------------|----------------------------|---|--------------------|
| 7 | 44-Teresa da Silva Araújo | 13/09/1975 | P.I.Manguei- rinha-Palmei- rinha/PR | M'Boi Mi- rim |
| | 45-Claudio da Silva Mirã | 30/05/1981 | P.I.Manguei- rinha-Palmei- rinha/PR | M'Boi Mi- rim |
| | 46-Albina da Silva Mirã | 13/06/1983 | P.I.Manguei- rinha-Palmei- rinha/PR | M'Boi Mi- rim |
| | 47-Luis | 27 anos | | Ibirama/ PR |

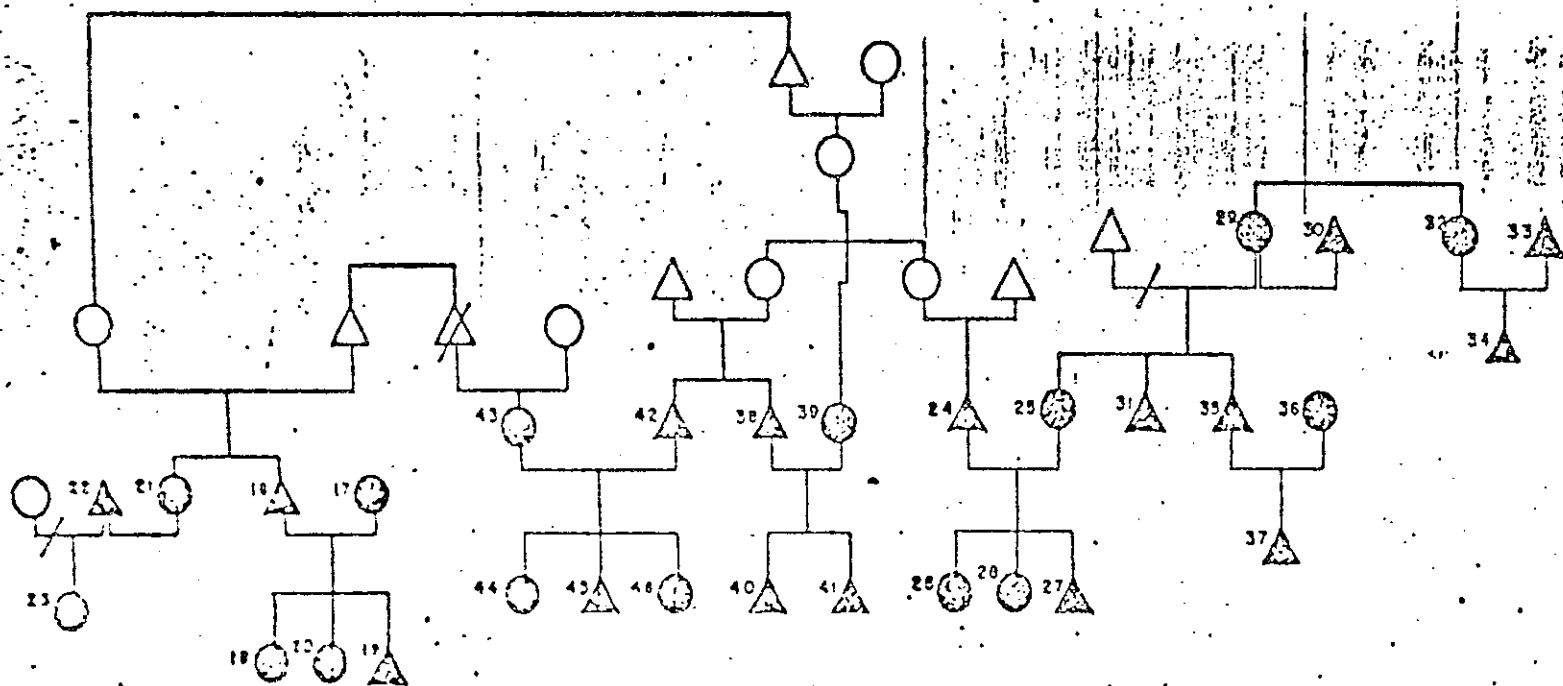
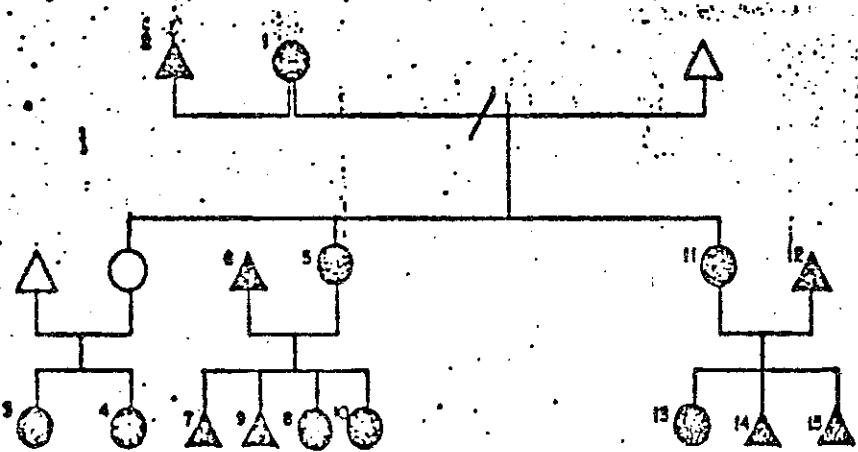
OBS.- Quadro de Genealogia na folha subsequente.

af
SA

AM
DF
R

POPULAÇÃO GUARANI DA ALDEIA SILVEIRA (1984)

Genealogias



LEGENDA

- ▲ HABITANTES DA ALDEIA
- ▲ MORTO
- MULHER
- △ HOMEM
- ┌ CASAMENTO
- └ FILIAÇÃO

Para o mesmo levantamento, abrangendo o período de maio de 1981 à outubro de 1984, assim como as respectivas genealogias, vide anexo 11.

QUESITO H.- Há ocupantes, pertencentes à COMUNIDADE, ou melhor, ocupando em caráter permanente, a área, que não sejam índios, mas vivam em comunhão com os mesmos, mantendo família mixta índios-civilizados? Indicar nome, relacionamento familiar, local de nascimento e se possível certidão de nascimento.

RESPOSTA.- Se alguém mantém família mixta, mora na aldeia, segue a cultura da comunidade; do ponto de vista antropológico deve ser considerado índio (a).

Vide resposta ao quesito G de Joaquim Feliciano da Silva Netto.

QUESITO I.- Qual o grau de integração dos membros da COMUNIDADE (incluindo os não índios), qual o seu meio de vida; como se alimentam, adquirem alimentos em armazéns próximos, pagando em moeda corrente nacional?

RESPOSTA.- Não há meios geralmente aceitos para quantificar a aculturação e integração. Duas culturas em contato prolongado sempre sofrem aculturação (passagem de traços culturais de uma na outra) e o fenômeno é bilateral, mesmo se a diferença do desenvolvimento técnico das duas culturas for grande. Quanto mais traços forem incorporados numa, na outra ou nas duas culturas, falamos em aculturação maior ou menor, mas não há meio para dizer quando é completa a aculturação. Nossa cozinha civilizada utiliza numerosos tipos de produtos vegetais que foram domesticados pelos índios - Steward e Faron (1959: 49-50); numa lista longe de ser completa, enumera 51 vegetais, não incluindo fármacos, halucinógenas e produtos para artefato, que não só foram domesticados pelos in-

in-
w-
AK

dios, mas também por eles denominados, sendo o nome, em boa porcentagem dos casos, também emprestado pelos civilizados" (STEWART, Julian H., and FARON, Lewis C., Native Peoples of South America - McGraw - Hill, Book Company, Inc., New York, 1959, 481 pags.)

Assim mesmo, poucos pesquisadores estariam dispostos a dizer que "nós civilizados estejamos em alto grau aculturados aos índios".

A cultura dos brancos, durante 400 anos de dominação, tudo fez para aculturar os índios. Os grupos que sobreviveram aceitaram grande número de traços culturais nossos, sem, porém, deixar de conservar provavelmente maior número de traços de sua própria cultura.

QUESITO J. - Obter a exibição (e copiar na sua íntegra) do documento portado pelo cacique Gumerindo, filho do capitão Pedro do "Rio Grande", (Murubichaba Issu Ariano), datado do Rio de Janeiro, em 31 de julho de 1961, que autorizou o citado capitão Pedro a residir no local, assinado por Catão Nogueira dos Santos, cuja cópia está à fls. dos autos?

RESPOSTA. - Os índios habitantes da área não conhecem tal documento, portanto, foi impossível obter sua exibição. No entanto é fato muito conhecido a prática de se conceder "autorização" escrita para analfabetos e/ou ignorantes da lei, afirmando-lhes que tal documento lhes servirá como garantia de direito, enquanto na realidade este documento pretende unicamente garantir os interesses daquele que o concedeu.

QUESITO K. - Com base no documento constante do quesito anterior, no depoimento e informações dos membros da COMUNIDADE, de moradores da região, membros da família Nogueira dos Santos, e outras fontes de informação, inclu-

Ab
Stz
7

sive de natureza histórica, informar a época do início da ocupação da gleba pela COMUNIDADE.

RESPOSTA.- Vide resposta aos quesitos 2 e 4 da Autora e 4 da FUNAI.

QUESITO L.- Com fundamento no processo de reintegração de posse, e outras fontes autorizadas, podem os srs. peritos informar se os membros originais da COMUNIDADE foram levados para o local pelo Cel. Homero dos Santos, Réu da ação de Reintegração de Posse, parente de Catão Nogueira dos Santos, e em nome de quem a COMUNIDADE passou a ocupar a gleba?

RESPOSTA;- A área do Rio Silveira é território tradicional dos Guarani. Vide resposta aos quesitos 2 e 4 da Autora e 4 da FUNAI.

RM B. J

QUESITOS DE ESPÓLIO DE DOMENICO RICCIARDI MARICONDI E

ARMANDO JORGE PERALTA E OUTROS

af- RM
af

QUESITO 1.- Pedese aos Srs. peritos que indiquem, em mapa da região, a exata localização de moradias ou habitações, benfeitorias e áreas cultivadas que compõe o aldeamento do Ribeirão Silveira.

RESPOSTA.- Vide resposta ao quesito 1 e 3 da Autora e A e B de Joaquim Feliciano da Silva Netto.

A localização e área total, além das casas e áreas cultivadas aparecem nos anexos 2, 3, 4, 13 e 14.

QUESITO 2.- Trata-se do mesmo local assinalado pelo Sr. Perito Judicial no laudo que instruiu o processo nº. 316/68 de Reintegração de posse movida por Domenico R. Maricondi e José Bastos da Silva, contra Homero Santos?

RESPOSTA.- Vide resposta ao quesito D de Joaquim Feliciano da Silva Netto.

QUESITO 3.- Tendo em vista o documento de fls. autorizando o Sr. Silvino Farias a ocupar a plantar pedaço de terra, a qual foi posteriormente "vendida" para Homero Santos, é a mesma área referida pelo Perito Judicial na resposta do quesito 2 do autor, às fls. 358 do processo nº. 316/68 (Reintegração de Posse)?

RESPOSTA.- A descrição da área no documento de cessão referido, não permite por motivos técnicos, afirmar que seja a mesma assinalada pelo perito no processo 316/68.

Relativamente a área dos índios, vide resposta ao quesito D de Joaquim Feliciano da Silva Netto.

QUESITO 4.- Quantas moradias existem no local? Quantos habitam cada uma e qual o grau de parentesco, idade, sexo, local de nascimento?

of
LH

148
74

RESPOSTA. - Nas visitas realizadas à área da comunidade, verificamos existir atualmente 8 casas em uso, além de vestígios de 1 casa abandonada e mais três vestígios de casas abandonadas (cavas) em local onde já houve aldeamento. Vide anexo 2 e 14 e resposta ao quesito G de Joaquim Feliciano da Silva Netto.

Embora o quesito acima não explique a finalidade da pergunta, para evitar eventuais interpretações não pertinentes e conclusões não apoiadas em conhecimentos especiais de antropologia, acrescentamos o seguinte:

a) Referente ao número das moradias, a literatura etnográfica das tribos Tupi do Litoral demonstra que o número das casas não era em função do número de habitantes da aldeia, como é o caso nas aldeias civilizadas. O padrão mais comum era de 4 casas às vezes sobremaneira exageradas em seu tamanho, devido ao número muito grande dos ocupantes, em casos extremos chegando a 600 almas por casa ou maloca (FERNANDES, Florestan, Organização Social dos Tupinambás. Tese de mestrado, segunda edição. Difusão Européia do Livro, São Paulo, novembro de 1963, 375 pgs.) "as quatro casas assim dispostas, com a praça ao centro formavam a aldeia" (ABBÉVILLE, Claude d', História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras circunvizinhas etc, tradução de Sérgio Milliet. Livraria Martins, São Paulo, 1945) "Poucas aldeias tem mais que sete/dessas cabanas" (STADEN, Hans, texto ordenado por Monteiro Lobato: Hans Staden, suas viagens entre os índios do Brasil Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1945 - 184 pgs.). O posicionamento das casas em forma de cruz, como mostram as ilustrações contemporâneas (STADEN, op. cit. 1945, LÉRY, Jean de, Viagem à Terra do Brasil. Tradução integral e notas de Sérgio Milliet segundo a edição de Paul Gaffarel. Livraria Martins, São Paulo, 1941) parece ter sido mais a expressão da organização social do que das necessidades do espaço.

A. P. M. J. C.

Esta característica das tribos Tupi deve ter sua influência sobre o arranjo e número das casas das aldeias atuais.

- b) Numa aldeia de índios, o vai-e-vem de visitas costuma ser permanente, o que dificulta um censo. O perito judicial, durante suas pesquisas em aldeias Xavante, Bororo, Pareci, Mamaindé, Nambiquara-Halótesu (da Serra Azul), Nambiquara-Alántasu (Galera), Nambiquara-Wassusu (Sararé), Karajá, teve, como problema permanente, decidir se um indivíduo ou uma família deve ser considerado como membro permanente da aldeia ou não. Algumas tribos (Xavante) ritualizam as visitas a distantes aldeias por "cantos (choros) de saudade na chegada de parentes à aldeia", e estas visitas podem representar longos espaços de tempo (de vários meses até anos). O resultado de um censo numa aldeia indígena, portanto, nunca pode ser aceito sem reservas. "A composição da aldeia Alántasú variou em torno de 30 indivíduos residentes e 15 a 20 indivíduos visitantes" (SETZ, op. cit. p. 24).

"Em sua composição numérica, as aldeias Guarani da atualidade variam, como vimos, entre uns 40 e algumas centenas de indivíduos. Em consequência da extraordinária mobilidade espacial, e tamanho dos núcleos está sujeito a constantes modificações. Os grupos menores são os que se encontram junto ao litoral em contato com populações rurais e urbanas, enquanto as aldeias mais numerosas estão situadas mais para o interior, em diferentes pontos da extensa bacia do Paraná" (SCHADEN op.cit.)

QUESITO 5.- Pedese a qualificação de todos os habitantes do aldeamento: nome, idade, sexo, local de nascimento.

RESPOSTA.-- Vide resposta ao quesito G de Joaquim Felício

M
J
JA

no da Silva Netto.

Devido às constantes mudanças nas aldeias, não é possível fazer um levantamento de validade geral e permanente, da população. A tentativa do censo torna-se mais difícil ainda pelo fato de ser a área aproveitada pela população de outras aldeias Guarani, na extração de matéria prima, alimentos, etc.

QUESITO 6. - As moradias existentes no local tem características de habitações indígenas? Se positiva a resposta, informar os elementos de convicção. Quantas têm essa características e quantas não. Assinalar em mapa a localização de cada uma.

RESPOSTA. - O uso de panelas de alumínio, de facas e machados, e a imitação da forma das casas são os fenômenos aculturativos que se desenvolvem primeiro na aculturação. Usando exemplos da experiência pessoal do próprio perito judicial, os Mamaindê, que nas suas matas entre Mato Grosso e Rondônia, em 1963, pouquíssimos traços culturais dos brancos imitavam, entre suas 9 casas não tiveram nenhuma sequer que fosse da forma original hemisférica, mas todas eram de "duas águas" sem paredes laterais (com a exceção de uma cabana, também do tipo de duas águas, mas com paredes de folhas de palmeiras, e esta não era moradia, mas depósito (AYTAI, Desidério, Os cantores da floresta. Nota etnográfica sobre os índios Mamaindê. Revista da Universidade Católica de Campinas, ano X, nºs. 25/26, novembro de 1964, pags. 24-34). O mesmo aconteceu como os Xavante de Sangradouro, Mato Grosso, que até 1956-57 eram (nesta região) totalmente inacessíveis para civilizados, matando qualquer um deles que se aproximasse, mas em 1974 iniciaram uma aldeia à Beira do Rio das Mortes originalmente denomina "O-WAWÊ" (= boa água), hoje Dom Bosco, onde a metade mais ou menos das casas

150
JA

Of. P. M.
L. J. R.

era de forma "civilizada", não da forma hemisférica, original Xavante, muito melhor e higiênica. O próprio serviço de Proteção aos Índios SPI, apoiou a construção de casas do tipo "civilizado" em duas maiores aldeias Xavante: em Simões Lopes (1962) e Areões (1962) (MAYBURY - LEWIS, David, Akwẽ Shavante Society Clarendon Press, Oxford 1967 p. 325 e 327). Na maioria das tribos que o perito judicial conhece pessoalmente, possuir uma casa tipo "civilizado" assegurava mais alto status por ser similar ao produto da cultura tecnologicamente mais desenvolvida. Na única aldeia guarani que o perito judicial pessoalmente conheceu, a de Itariri, também não viu nenhuma casa de forma tradicional, já em 1962.

Com relação às casas atuais suas características e ruínas de casas do aldeamento do Rio Silveira, vide anexo 14 e 15 para localização das mesmas vide anexo 2 e 14.

QUESITO 7. - Pelo aspecto atual, podem os Srs. peritos determinar a época da construção? Indicar os elementos de convicção.

RESPOSTA. - O aspecto atual das casas permite uma estimativa de sua idade que deve variar entre 5 e 10 anos (Duração máxima de uma casa de madeira) Naturalmente as ruínas são de muito mais idade cuja determinação é impossível. É de se supor que várias das casas foram construídas sobre cavas antigas.

QUESITO 8. - Existem áreas cultivadas? Em caso positivo, especificar em que consistem e qual o tamanho da área cultivada, assinalando em mapa.

RESPOSTA. - Existem áreas cultivadas. Vide anexo 14, e respostas aos quesitos 1 e 3 da Autora e B e de Joaquim Feliciano da Silva Netto).

151
48

152
JA

QUESITO 9.- Qual o real perímetro da área ocupada permanentemente por habitações, benfeitorias e áreas cultivadas?

RESPOSTA.- Para determinar uma área permanentemente ocupada por um grupo indígena, não é suficiente somar as áreas das habitações, das benfeitorias e das áreas cultivadas. Temos que incluir a área utilizada para caça, pesca, extração de produtos minerais, vegetais e animais e que o grupo considera seu próprio território. Vide resposta ao quesito 1 e 3 da Autora e quesito A de Joaquim Feliciano da Silva Netto. Vide anexo 4, 5, 6, 7, 13 e 14.

QUESITO 10.-Tendo em vista o que consta no processo nº 316/68 - e mais os elementos que puderem apurar, informam os srs. peritos, como e em que ano ocorreu a ocupação dessa área?

RESPOSTA.- Vide resposta aos quesitos 2 e 4 da Autora, 4 da FUNAI e K de Joaquim Feliciano da Silva Netto.

QUESITO 11.-Existe nesta área algum local onde foram sepultados índios? Sendo positiva a resposta, informar como chegaram a essa conclusão, indicar em mapa a sua exata localização e quais os sinais existentes que o caracterizam como. "Cemitério Indígena". É possível saber quantos indivíduos foram sepultados e em que ano?

RESPOSTA.- Sim, existe um cemitério indígena.

Nas sepulturas é plantada uma espécie arbustiva que não ocorre frequentemente nas matas e que possui também a característica de se destacar pela cor da vegetação do local. Seu nome em guarani é ywyrá-poty e em português é vulgarmente conhecida por "Dracena".

AM JF

153
46

Não se pode estipular com exatidão o número de mortos aí sepultados, mas conforme declaração dos índios, há mais de 30 sepulturas entre as quais as de 3 caciques (Miguel, Pedro e Gumerindo) (Vide anexos 2, 3 e 16).

QUESITO 12.-Existem em poder dos ocupantes, algum papel ou documento autorizando a ocupação desta área? Em caso positivo, informar quem autorizou em que data. Se possível obter cópia ou transcrever seus dizeres.

RESPOSTA.- Não existe. Vide respostas ao Quesito J de Joaquim Feliciano da Silva Netto.

QUESITO 13.-Considerando o que consta no processo de Reintegração de Posse e mais o que puderem apurar, podem os peritos informarem se os atuais ocupantes ou seus antecessores, foram levados para essa área pelo Coronel Homero Santos? Fundamentar a Resposta.

RESPOSTA.- Não é possível afirmar que os atuais ocupantes da área foram levados pelo Coronel Homero Santos (Vide resposta aos quesitos 2 e 4 da Autora e 4 da FUNAI).

QUESITO 14.-Para chegar ao aldeamento, qual o caminho percorrido pelos peritos? Indicar em mapa o trajeto. É o mesmo usado pelos ocupantes para entrar ou sair do aldeamento?

RESPOSTA.- Sim, para chegar-se ao aldeamento sai-se de Barra do Una toma-se uma estrada dentro da Fazenda Água do Bento rumo N-NW caminhando-se por aproximadamente 4 km, quando segue-se por uma trilha à esquerda, em meio a

Ass. Of. J. J.

um pasto, por cerca de 1.600 m, até atingir a divisa da área indígena.

Deve-se salientar que a estrada que passa pelo interior da Fazenda Água do Bento era trilha indígena, que foi recentemente transformada em estrada enquanto o resto segue a trilha original dos índios em parte (Vide anexo 2).

QUESITO 15.-Fora o perímetro da área referida no quesito 9º, existe qualquer outra ocupação de caráter permanente? Em caso positivo dizer em que consiste sua dimensão exata localização, assinalando em mapa.

RESPOSTA.- Devemos esclarecer em primeiro lugar que os ocupantes Guarani não são fixos a um só local (Vide quesito 1, 3 e 5 da Autora, A e B de Joaquim Feliciano da Silva Netto e 1 da FUNAI.

Em segundo lugar, em área de caça, pesca, extração de lenha, sementes, cipós, frutas, madeira, bambú (Chuscea ramosíssima), diferentes folhas de gramíneas, folhas de palmeiras, resinas, cera de abelha, pedras, areia, argila, galhos, penas, animais (inclusive insetos, moluscos, vermes) é difícil determinar a localização de cada produto, sendo todos os produtos frutos do mato. A caça, pesca coleta também são ocupações permanentes (Vide anexo 4).

MM
q JR

QUESITOS DE ARMANDO JORGE PERALTA

pm
of Jde

QUESITO 01 .- Pede-se a indicação, em mapa da região, da exata localização de moradias ou habitações, benfeitorias e áreas cultivadas que compõem o aldeamento do Rio Silveira.

RESPOSTA .- Vide resposta ao quesito C do Sr. Joaquim Feliciano da Silva Netto e outros, e 1 e 3 da Autora.

QUESITO 02 .- Trata-se da mesma área assinalada pelo Sr. Perito Judicial no laudo que instruiu o processo n. 316/68 de Reintegração de Posse movida por Domênico R. Maricondi e José Bastos da Silva contra Homero Santos ?

QUESITO 03 .- Tendo em vista o documento nº 11 juntado pelo réu desta Ação, e as respostas do Perito Judicial aos quesitos 2 e 3, do laudo apresentado no Proc. 316/68, podem os snrs. peritos afirmarem que a área objeto da Reintegração de Posse é a mesma que está ocupada pelos índios?

RESPOSTA .- (Quesitos 2 e 3) - Vide resposta ao quesito D do Sr. Joaquim Feliciano da Silva Netto e outros, 1 da Autora e 1 da FUNAI.

QUESITO 04.- Dizendo a Autora, às fls. 2 da inicial que "Conforme demonstram as inclusas peças extraídas dos autos da Ação de Reintegração de Posse que Joaquim Feliciano da Silva Netto e outros, movem contra Homero Santos, neste município e comarca, os índios Guarani habitam, entre outras vizinhas a região ali disputada ... " (grifamos) pergunta-se:

- a) Fora da área que foi objeto do litígio entre Domênico R. Maricondi/ José Bastos da Silva X Homero Santos, existe habitação indígena? A onde?
- b) Existem áreas cultivadas? A onde?
- c) Existe qualquer benfeitoria que caracterize posse de indígena? A onde?

af
af LP

RESPOSTA .- Vide resposta aos quesitos 1 e 3 da Autora, e 1 e 6 da FUNAI

QUESITO 5 .- Tendo a Autora apresentado, em defesa da sua pretensão, estudos de Alfred METRAUX e Curt NIMUENDAJÓ, demonstrando a presença de Índios Guarani, no litoral do Estado de S. Paulo, desde 1820, "conforme demonstram o quadro referente a migrações tupi-guarani (doc.4) e o mapa etno-histórico (doc.5) da inicial, pergunta-se:

- a) Em que parte do Estado de S. Paulo localizava-se a "Tribo Taniguã"?
- b) Essa localização fica no Litoral Sul ou Litoral Norte?
- c) Existe ainda hoje, um lugar denominado "Estação Taniguã", localizado no município de Peruipe?
- d) Pode-se dizer que historicamente é esta a região referida pelos historiadores?
- e) Existe alguma relação entre "Taniguã" e Sítio Boracéia, ou simplesmente "Boracéia"?

RESPOSTA .- O quesito remete necessariamente aos textos dos etnólogos citados. Diz Nimuendajú: "Conheci os Guarani em 1905 a Oeste do Estado de São Paulo (grifos nossos) e vivi com poucas interrupções entre eles até 1907, na aldeia de Batalha como mais um entre eles." (op, cit. p 27 / 28) Apesar de conhecer outros grupos Guarani, Nimuendajú realizou seu trabalho entre os Apapokúva, sub-grupo que habitava a Oeste do Estado de São Paulo.

Ao se referir às migrações Guarani que registra em seu mapa etno-histórico, Nimuendajú trata dos Tañyguã, dos Apapokúva e dos Oguauíva. Sobre os Tañyguã diz o seguinte: "Os primeiros que abandonaram seus lugares e foram para o nascente foram os vizinhos dos Apapokúva, ao sul: a horda Tañyguã, sob as ordens de seu capitão pagé, Nhanderykynĩ, que era um temido xamã. Emigraram lentamente pela margem direita do Paranã até chegar, depois de atra -

per Gf De

vessar o território dos Apapokúva , ao dos Oguauíva, onde faleceu seu chefe e guia. O sucessor, Nhanderuí, prosseguiu a migração do grupo, segundo a lenda, cruzando o Paraná sem ajuda de canoas, um pouco mais abaixo da desembocadura do Ivahý , subiu a margem esquerda do Yvahy até a zona de Villa Rica, onde cruzou o rio à altura de Morros Agudos para dirigir-se ao Tibagý.

"Prosseguindo sempre para o leste, cruzou com seu grupo o rio das Cinzas e o Itararé até ir dar à frente da cidade de Itapetininga, junto aos bairros de Paranapitanga e Pescaria, onde os primeiros colonos não souberam fazer coisa melhor do que reduzir à escravidão aos recém-chegados. Entretanto estes conseguiram fugir e continuar na persecução de seu plano original, não retornando para Oeste mas prosseguindo até sul, até o mar. Esconderam-se na serra dos Itatins com o fim de fazer os preparativos para cruzar o mar em viagem milagrosa até a terra onde ninguém morre." (op. cit. p31/32)

Assim, os Tañguá referidos por Nimuendajú se localizaram no litoral sul do Estado de São Paulo obtendo, inclusive uma lêgua em quadra, em 1837 do governo brasileiro, concedida no Rio do Peixe e no Itaryrý. (op. cit. p.33)

O movimento migratório deste sub-grupo Guarani e sua localização foram os registrados por Nimuendajú dentre vários outros.

Metraux deixa claro que os movimentos migratórios estudados por Nimuendajú foram os últimos ocorridos na "época contemporânea", isto é, o período de 1820 a 1912. (op. cit. p:16)

Assim, o movimento de outros sub-grupos e outras localizações de aldeamentos Guarani ocorreram e ainda ocorrem sem que tenham sido objeto de estudo. A área do rio Silveira constitui uma dessas localizações, "terra santa" como afirma D. Maria, viúva do antigo cacique Miguel da Aldeia do rio Silveira e líder religiosa que determinou o local para a formação da aldeia, referindo-se a área como terra sagrada, tradicional, de ocupação dos Guarani. Vide resposta ao quesito 11 da Autora.

As últimas áreas Guarani que resistiram às pressões e desapossamento pelos brancos no Estado de São Paulo são: Itariri, Rio Branco, Peruibe, Silveira, Ubatuba, Barragem, Crucutu, M.Boi-Mirim, Vanuire, Icatú e Araribá. Estas áreas estão localizadas em território tradi

AM 158-1A

159
JA

cional Guarani onde viveram os antepassados vindos pelos movimentos migratórios do século passado. Estes por sua vez se deslocaram para território conhecido, o leste, região ocupada anteriormente por outros sub-grupos Guarani, os Karijô, por exemplo. (Monteiro op. cit. p.22)

Boraceia é o nome regional dado à parte da região onde se localiza a área indígena Silveira. Os limites desta compreendem também os fundos ou sertão de Juréia e Barra do Una. Portanto o que se relaciona não é Taniguã e Boraceia mas sim, Silveira e Boracéia.

Como já se esclareceu às fls. 237 do Proc. 692/82, "A menção à Metraux e Nimuendajú pela Autora teve tão somente a intenção de informar o Juízo que os integrantes da Comunidade Indígena do Rio Silveira filiam-se ao sub-grupo tupi-guarani cujas últimas migrações registradas por tais etnólogos situam-se no fim do século passado e início do atual".

A relação entre Taniguã e a Comunidade do Rio Silveira ocorre pelo pertencimento de ambos a mesma nação Guarani cujo território tradicional de ocupação no litoral se estende do Estado de São Paulo ao Estado do Espírito Santo.

QUESTITO 6 .- É certo que os Loteamentos denominados Parque Balneário Boracéia I, e Parque Balneário Boracéia II, foram aprovados pela Prefeitura Municipal de S. Sebastião, em 07/12/54 e 23/12/57, respectivamente, através do processo nº 173/57 e que o Ribeirão Vermelho atravessa parte dos fundos desses loteamentos?

RESPOSTA .- A perícia não concluiu o referido processo uma vez que a aprovação do loteamento será nula na parte que eventualmente incida sobre a área indígena por força do § 1º do artigo 198 da Constituição.

QUESTITO 7 .- É certo que existem dentro do perímetro traçado aleatoriamente pela Autora, várias obras civis e inclusive a captação da água, que abastece os loteamentos, é feita no Morro do Cedro?

PM
JTC

QUESITO 8 .- Existe em todo perímetro traçado pela Autora na parte que invade a propriedade do Espólio de Domênico Ricciardi Maricondi, qualquer indício de posse permanente de Índios ? Sendo positiva a resposta, especificar suas características e assinalar sua exata localização em planta.

QUESITO 9 .- Para chegar ao aldeamento qual o caminho percorrido pelos peritos? Indicar em mapa o trajeto. É o mesmo usado pelos ocupantes para entrar ou sair do aldeamento?

RESPOSTA .- (Questos 7, 8 e 9) Como se demonstrou nas respostas aos quesitos 1 e 3 da Autora e 1 e 6 da FUNAI, o perímetro traçado pela Autora não é aleatório e corresponde a limites naturais e de efetiva ocupação indígena. Isto posto, conforme resposta ao quesito 5 da Autora também já se esclareceu que em parte da área existe a presença do réu (vide anexos 2 e 8).

Por outro lado a área delimitada pela Autora não invade a propriedade do Espólio de Domênico R. Maricondi porque ficou demonstrado nas respostas aos quesitos 1 e 3 da Autora e 1 e 6 da Funai que se trata de área indígena a qual não se restringe ao terreiro das casas.

O Ministro Victor Nunes Leal no voto vencedor do Recurso Extraordinário n. 44.585 assim se pronunciou:

"Não está em jogo, propriamente, um conceito de posse nem de domínio, no sentido civilista dos vocábulos; trata-se do habitat de um povo. (grifos do autor)

"Se os Índios, na data da Constituição Federal, ocupavam determinado território, porque desse território tiravam seus recursos alimentícios, embora sem terem construções ou obras permanentes que testemunhassem posse de acôrdo com o nosso conceito, essa área na qual e da qual viviam, era necessária à sua subsistência. Essa área, existente na data da Constituição Federal, é que se mandou respeitar. Se ela foi reduzida por lei posterior; se o Estado a diminui de dez mil hectares, amanhã a reduziria em outros dez, depois, mais dez, e poderia acabar confinando os Índios a um pequeno trato, até ao terreiro da al

AM of JST

deia, porque ali é que a "posse" estaria materializada nas malocas.

"Não foi isso que a Constituição quis. O que ela determinou foi que, num verdadeiro parque indígena, com tôdas as características culturais primitivas, pudessem permanecer os índios, vivendo naquele território, porque a tanto equivale dizer que continuariam na posse do mesmo." (grifos do autor)

QUESITO 10 .- Estando as propriedades do Espólio de Domênico R. Maricondi ainda indivisa fisicamente na parte dos fundos pede-se aos snrs. peritos assinalar em planta qual a linha divisória das referidas propriedades bem como até onde está feita a picada existente.

RESPOSTA .- As peças dos processos consultados não permitem a exata localização dos limites das referidas propriedades mesmo porque as referencias contidas nas Certidões Imobiliárias e nos mapas oficiais não coincidem (vide resposta ao quesito A de Joaquim Feliciano da Silva Netto.

RM
LP

RELAÇÃO DE ANEXOS

- ANEXO 1 - Carta endereçada ao Sr. Cassiano
- ANEXO 2 - Planta da área indígena periciada
- ANEXO 3 - Croquis - trilhas
- ANEXO 4 - Croquis - atividades econômicas de subsistência
- ANEXO 5 - Relação de alguns mamíferos existentes na área da comunidade indígena Guarani e fotos
- ANEXO 6 - Relação de algumas plantas de uso diverso - existentes na área da comunidade indígena Guarani e fotos
- ANEXO 7 - Gráficos - territorialidade animal
- ANEXO 8 - Área da Comunidade Indígena Guarani requerida e área periciada
- ANEXO 9 - Planta e memorial descritivo da área da Comunidade indígena Guarani reconhecida pela FUNAI
- ANEXO 10- Planta e memorial descritivo da área da Comunidade Indígena Guarani reconhecida pela SUDELPA
- ANEXO 11- População da Aldeia do Rio Silveira - Centro de Trabalho Indigenista
- ANEXO 12- Croquis - Área
- ANEXO 13- Croquis - Zonas do território
- ANEXO 14- Croquis - Casas e lavoura
- ANEXO 15- Relação de fotos - características gerais dos Guarani
- ANEXO 16- Relação de fotos - Cemitério Indígena
- ANEXO 17- Matéria do jornal - O Estado de São Paulo
- ANEXO 18- Certidão imobiliária - Joaquim Feliciano da Silva Netto

(Mapas oficiais da região (IGC-150:000 e Emplasa 1:10.000)

10/11/70

ANEXO 1 - CARTA ENDEREÇADA AO SR. CASSIANO

M

164
JA

Monte Mor, 27 de setembro de 1984

Ilustríssimo Senhor
Engenheiro Cassiano J. Salles de Aguiar
Rua Tiago Ferreira 18
11.100 Santos SP

Prezado Senhor,-

Não tendo recebido, até agora, nenhuma notícia de V.S. no assunto de perícia nos autos dos embargos de terceiro possuidor que a Comunidade dos Índios Guarani do Rio Silveira move ao Espólio de Domenico R. Maricondi e Armando Jorge Fersalta, comunico-lhe que estou à sua disposição no seguinte endereço:

Granja Sol
km 19 Estrada Campinas - Monte Mor
Caixa Postal 55
13.190 Monte Mor SP
Telefone: /0192/ 79-16-35

Mui atentamente,

Desidério Aytai
Desidério Aytai
Perito do Juiz

Registrado

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

RECIBO DE POSTAGEM

TOTAL PAGO 1.120,00

CR\$

Nº DO REGISTRO 14822

NATUREZA CP VALOR DECLARADO — PEEQ 10X

A SER PREENCHIDO PELO REMETENTE SEM RASURA

NOME DO DESTINATÁRIO ENGENHEIRO CASSIANO
J. SALLES DE AGUIAR
 ENDEREÇO RUA TIAGO FERREIRA 18
 CEP 13.190 CIDADE SANTOS UF SP

MONTE MOR
* 2555166
SP

*Y
PM*

ANEXO 2 - PLANTA DA ÁREA INDÍGENA PERICIADA

PM

166
AA

ANEXO 3 - CROQUIS - TRILHAS

AA

ANEXO 3

FOTO 1 - Trilha de acesso à área das habitações

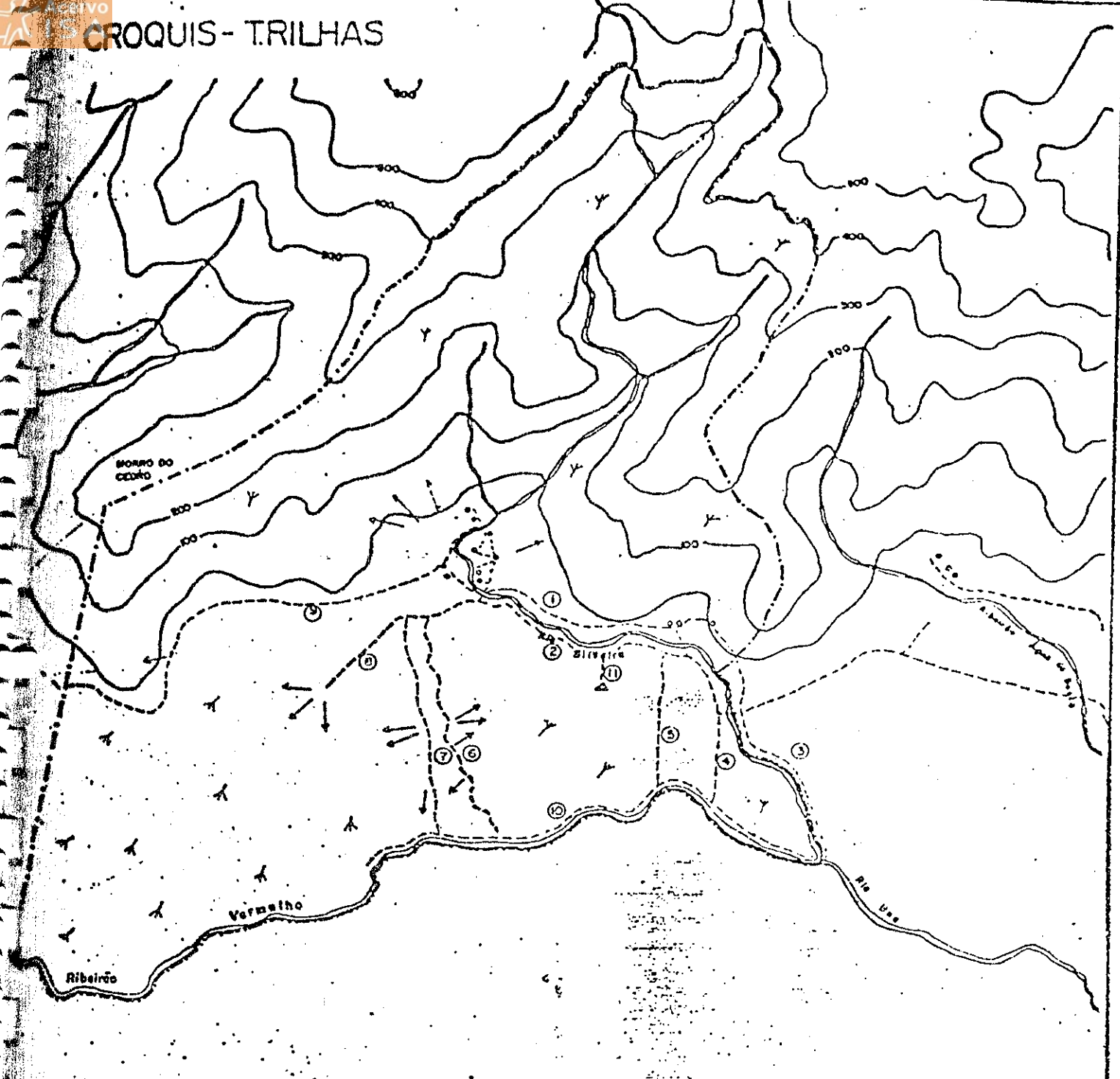
FOTO 2 - Uma das trilhas de pesca

FOTO 3 - Pinguela no acesso à área das habitações

FOTO 4 - Pinguela sobre o Rio Silveira, no ponto de divi-
sa da área com Espólio de José Gomes Rivero e ou-
tros.

FOTO 5 - Pinguela sobre o Rio Silveira, na chegada à área
das habitações.

FOTO 6 - Índio atravessando uma pinguela sobre o Rio Sil-
veira



ALDEIA GUARANI
 DO RIO SILVEIRA E ARREDORES
 MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO - SP

- LINHA DE DIVISA DA ÁREA DA COMUNIDADE
- ... EXEMPLOS DE TRILHAS DE USO DOS INDIOS (percorridas)
- EXEMPLOS DE TRILHAS DE USO DOS INDIOS (náo percorridas)
- ⊙ CASAS
- CAVAS DE CASAS
- △ CEMITÉRIO
- ⋈ TRILHA DE PERAMBULAÇÃO

ESCALA DATA LEGENDA
 APROX 1:25000 OUT/84 ELIENE

RM
ELIENE

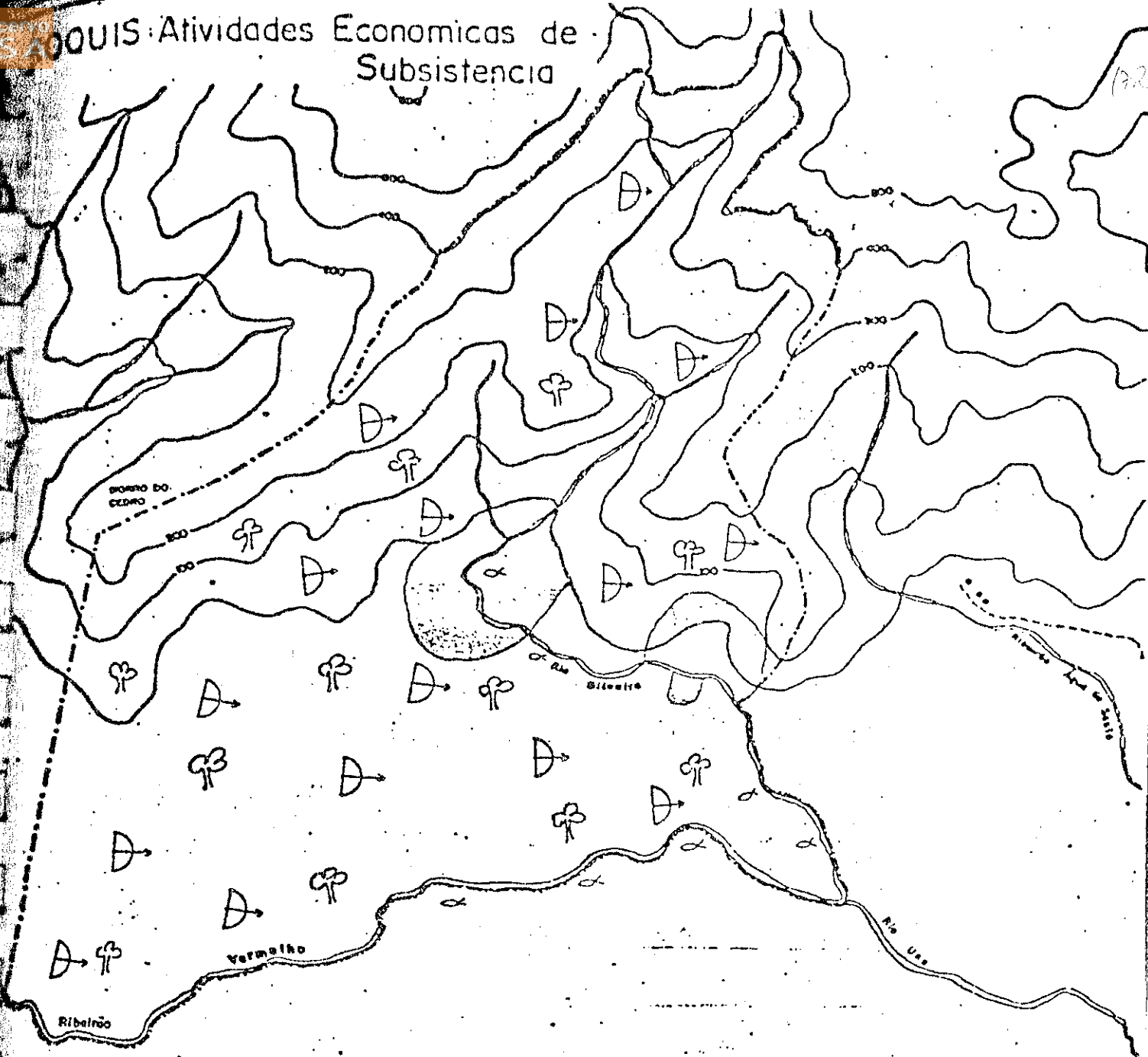
171
/t

ANEXO 4 - CROQUIS - ATIVIDADES ECONÔMICAS DE SUBSISTÊNCIA





PM

87

ATIVIDADES ECONOMICAS DE SUBSISTENCIA



ALDEIA GUARANI
DO RIO SILVEIRA E ARREDORES
MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO - SP

-  Área de Coleto
-  Área de Pesca
-  Área de Coça
-  Áreas Atuais de Agricultura

ESCALA: 1:25000 DATA: OUT/64 DESENHO: [illegible] [illegible]

Handwritten signature/initials

ANEXO 4

CAÇA

- FOTO 1 - Índios na mata a procura de caça
FOTO 2 - Pegada de um felino em uma das trilhas
FOTO 3 - Índio preparando a caça

COLETA E ARTESANATO

- FOTO 4 - Índio subindo em árvore para coletar material
FOTO 5 - Larvas usualmente consumidas pelos índios (nome
-Guarani - etyon-ti)
FOTO 6 - Índio retirando cipó-imbé para artesanato
FOTO 7 - Índio retirando embira para artesanato e outros
FOTO 8 - Taquara lixa e o seu produto final - cesto - so
bre a cobertura de uma das casas
FOTO 9 - Produtos de artesanato prontos para serem vendi
dos (Cestos, chocalhos, facas, arcos-flecha)
FOTO 10- Colar preparado com frutos de planta (nome vul-
gar - Conta)
FOTO 11- Índia preparando material para confecção do ar-
tesanato.
FOTO 12- Preparo de "corda" para o artesanato
FOTO 13- Vara sendo preparada até ficar lisa e fina para
o artesanato
FOTO 14- Índio preparando um cesto
FOTO 15- Índio terminando o cesto
FOTO 16- Índio preparando uma peneira
FOTO 17- Índio terminando a peneira

173
-1A

M
10/30

PESCA

FOTO 18 - Covo usado na pesca

FOTO 19 - Índio com o covo no ribeira

AGRICULTURA

FOTO 20 - Índios limpando a mata para o plantio

FOTO 21 - Índio roçando o bananal

Am
10/10/50

ANEXO 5 - RELAÇÃO DE ALGUNS MAMÍFEROS EXISTENTES NA ÁREA
DA COMUNIDADE INDÍGENA GUARANI E FOTOS

AM

ANEXO: 5

Durante as diligências da perícia, verificou-se ser grande o número de animais silvestres conhecidos pelos guarani da Comunidade Indígena do Rio Silveira.

A fim de relacioná-los com maior precisão e detalhe, solicitamos a Fundação Parque Zoológico do Estado de São Paulo, uma relação fotográfica das espécies que eventualmente existiriam na referida área e nos foi fornecida uma com 31 mamíferos.

As fotos tiveram o objetivo de facilitar o reconhecimento dos animais pelos índios, de forma a amenizar as possíveis confusões advindas dos nomes diferentes, empregados para os mesmos espécimes.

Os índios além de reconhecer os 31 animais como habitantes de sua área, com maior ou menor frequência de ocorrência, também citaram diversos outros que não constavam daquela relação. Os animais reconhecidos foram classificados pela veterinária Sandra Charity do Departamento de Meio Ambiente e Recursos Naturais da CESP-SP.

A lista portanto, não está completa, apresentando-se apenas como uma amostragem da diversidade de população animal que ainda habita a área, não apresentando também a relação das aves que ali existem e que são inúmeras, devido a dificuldade de se recolher material semelhante, durante o prazo da perícia.

Também consta uma relação de fotos das armadilhas usadas para captura dos animais pelos índios.

Relação de alguns mamíferos existentes na área da Comunidade Indígena Guarani do Rio Silveira e Fotos.

| FOTO | NOME VULGAR | NOME CIENTÍFICO | NOME GUARANI | OBSERVAÇÕES |
|------|---------------|---------------------|--------------|-------------|
| 1 | Paca | <u>Agouti paca</u> | Jaitchá | |
| 2 | Irara/Papamel | <u>Eyra barbara</u> | Irara Grande | |

caj 07-85

| | | | | |
|----|----------------------------------|----------------------------------|---------------|--|
| 3 | Tatú de rabo mole | <u>Cassobus sp</u> | Tatuaí | |
| 4 | Tatú peba | <u>Eupheractus sexcintos</u> | Tatupeí | |
| 5 | Veado mateiro/Cabrito do mato | <u>Mazana sp</u> | Guatchuí | |
| 6 | Gambá/Raposa Cuíca | ? | Beé-cu | |
| 7 | Ouriço/Porco espinho | <u>Coendou sp</u> | Cuii | |
| | Marmosa | <u>Marmosa sp</u> | | |
| 8 | Tapeti/Lebre | <u>Syvilagus brasiliensis</u> | | |
| 9 | Preá | ? | Pôl-pi/Apreá | |
| 10 | Cotia | <u>Dasyprocta agouti</u> | Acuri | |
| 11 | Caxinguelê/Cerelepe | <u>Sciurus</u> | Tuguai-péi | |
| 12 | Capivara | <u>Hydrochoerus hydrochoeris</u> | Capi-huá | |
| 13 | Anta | <u>Tapirus terrestris</u> | Boré/Borévich | |
| 14 | Mão pelada/Guaximim | <u>Procyon cancrivorus</u> | Bopé | |
| 15 | Quatí | <u>Nasua</u> | Tii-há | |
| 16 | Gambá/Gamba preto | <u>Didelphis</u> | Buicuí | |
| 17 | Furão | <u>Galactis vitatta</u> | Chãua-pé | |
| 18 | Cachorro do Mato/Raposo do Campo | <u>Dusycion ve-</u> | Aguará-tchaim | |

RM
 08 01-015-

| | | | | |
|----|---|------------------------------------|----------------------------|-----------------|
| 19 | Queixada | <u>Tayassu pecari</u> | Taja Tchú/Cori tajatchú | |
| 20 | Cateto | <u>Tayassu tajacu</u> | Taitetú | |
| 21 | Tamanduá- mirim | <u>Tamanduá - tetradactyla</u> | Cāraga re hi | |
| 22 | Gato Mouris co/onça pre ta | <u>Felis yagou- rondi</u> | Imbracaia | Em Extin ção |
| 23 | Gato Maracajá | <u>Felis Wiedii</u> | Maracajá | |
| 24 | Onça pintada/ Onça pintada grande | <u>Panthera onca</u> | Iparaguatchú | |
| 25 | Suçarana/ Onça parda | <u>Felis concolor</u> | Unguarãen | |
| 26 | Rato d'água/ Cuica d'água | <u>Urowctes sp</u> | Jaguarundji | |
| 27 | Mono Carvoei ro | <u>Brachtelis Aracmnoides</u> | | Em Extin ção |
| 28 | Preguiça | <u>Bradypus tridactylus</u> | Ateinjá | |
| 29 | Ariranha | <u>Prero aurá brasilensis</u> | Guaira-cá | Em Extin ção |
| 30 | Jaguaririca/ Onça pintada pequena | <u>Felis pardalis</u> | Iparati-uáé | |
| 31 | Macaco prego | <u>Cebus sp</u> | Caahi | |

NOTA.- Alguns dos animais fazem parte da lista que consta na portaria nº 3.481 de 31/maio/1973, onde estão relacionadas as espécies ameaçadas de extinção, da fauna indígena. Esta lista encontra-se de fasada quanto ao número de espécies ameaçados e quanto ao grau de extinção, isto é, algumas espécies relacionadas como "ameaçadas" já encontram

PAJ
Lil

se em extinção.

| FOTO | ARMADILHA-TIPO | ANIMAIS APRISIONADOS (MAIS FREQUENTEMENTE) |
|------|--------------------------|--|
| 32 | Mundéu Grande | Paça, Tatu (rabo mole e peba), Cotia, Mão pelada, Quati, Furão |
| 33 | Mundéu pequeno | Gambá, Tapetí, Preá, Caxinguelô, Rato D'água |
| 34 | Laço-detelhe lateral | Macuco, Jacu, Inhambú |
| 35 | Laço-vista <u>to</u> tal | Macuco, jacú, inhambú, além de tirar outras aves |
| 36 | laço-vista <u>to</u> tal | Macuco, Jacu, Inhambú |
| 37 | Laço-detelhe frontal | Macuco, Jacú, Inhambú |

RM
48
48

205
44

ANEXO 6 - RELAÇÃO DE ALGUMAS PLANTAS DE USO DIVERSO EXIS
TENTES NA ÁREA DA COMUNIDADE INDÍGENA GUARANI E
FOTOS

PM

ANEXO 6

Durante as diligências da perícia, verificou-se que os Guarani da Comunidade Indígena do Rio Silveira possuem vasto conhecimento da flora silvestre da região e fazem grande uso da mesma.

Achou-se necessário relacionar algumas plantas que são usadas pelos referidos Guarani.

Coletamos durante a perícia, com a indicação dos mesmos, algumas espécies que foram herborizadas e posteriormente classificadas pelo botânico J. Rubens Pirani do Departamento de Botânica do Instituto de Biociências da USP.

Cada uma das espécies tem seu nome Guarani e vulgar, não possuindo sempre sua classificação científica completa, devido a dificuldades impostas pelo seu estado fisiológico na época de sua colheita.

Estas espécies foram coletadas ao longo das trilhas, o que restringiu o número final de plantas analisadas e apresentadas nesta lista.

De algumas das espécies foi possível organizar material fotográfico da planta "in natura" e da mesma após a herborização; de outras, obtivemos apenas a foto de sua condição natural ou uma vez herborizada.

Relação de algumas plantas de uso diverso entre os Guarani da Comunidade Indígena do Rio Silveira e Fotos.

| FOTO | NOME VULGAR | NOME CIENTÍFICO | NOME GUARANI | EMPREGO GUARANI |
|-------|-------------|--------------------------|--------------|--|
| 1 e 2 | Cipo | FAM.: Piperaceae | Dzoapyhyh | (opynyk-pepar) É amassado com sal e aplicado sobre as fraturas |
| 3 e 4 | | Gen.: Philoden - dron | Tsipónhã-kwã | É amarrada próxima a picada de cobra |
| 5 e 6 | Sambabaia | FAM.: Polypodiaceae | Ywyrã'na | É usada no conteúdo da tosse. Faz-se xarope c/a raiz |

42

| | | | | |
|---------|---------------------------|---------------------------------------|----------------|--|
| 7 e 8 | Samambaia | <u>GEN.</u> : Polypodiaceae | Dza-rawypukuí | É usada contra o sarampo. Faz-se chá da folha |
| 9 e 10 | | <u>GEN.</u> : Costus | Takwa-re-é-tai | É remédio para os rins e fígado (Faz-se chá e come-se a folha ou caule crus) |
| 11 e 12 | | <u>ESP.</u> : Soroceae cf. bomplandii | Ywyrá-auwyh | É usada como corante para artesanato |
| 13 e 14 | Conta | <u>Gen.</u> : Canna | Peguaó/Biri | É usado para fazer colar de artesanato |
| 15 e 16 | Begonia/Perna de Saracura | <u>GEN.</u> : Begonia | Ará-curentãma | O miolo do talo é colocado sobre o berne |
| 17 e 18 | Pessegueira | <u>FAM.</u> : Rubiaceae | Wirá-rôh | É usado contra lombriga, disenteria e dor de barriga. Faz-se chá das folhas |
| 19 e 20 | Bico de papagaio | <u>GEN.</u> : Heliconia | Wirápó-tê | É usado contra a dor de cabeça. Faz-se chá da raiz |
| 21 e 22 | Palmito | <u>ESP.</u> : Euterpe edulis | Jé-ji | É usado como alimento. Come-se o meristema apical. O tronco é usado para confecção de utensílios |
| 23 e 24 | Embira | <u>FAM.</u> : Bombacaceae | Vira-pira | Árvores de onde retira-se fibras para uso diverso |
| 25 e 26 | Cipó-imbé | <u>GEN.</u> : Philodendron | Mambé-pil | Cipó usado para artesanato e outros fins |
| 27 e 28 | Guaricana | <u>GEN.</u> : Geonoma | Guari | Usa-se a folha para fazer telhados |

per q. ZIP

| | | | | |
|------------|---------------------------------|---|------------------------|---|
| 29 e 30 | Caeté | <u>FAM.</u> : Maranthaceae | Gaiguão | Usa-se a folha para beber água |
| 31 e 32 | Embira-branca | <u>FAM.</u> : Achatocarpaceae | Vira-pira | Árvores de onde retira-se fibras para uso diverso |
| 33 e 34 | Orelha de pau | <u>ESP.</u> : <u>Picnaporus cynnabarimus</u> | Guapé | Toma-se para o fígado cozinhada |
| 35 e 36 | Pacová | <u>GEN.</u> : <u>Philodendron</u> | Pacawá-Mirim | Usada para lavar louça |
| 37 | | <u>GEN.</u> : <u>Psychotria</u> | Ywyratsy | Usada contra a dor de dente (leite do caule) |
| 38 | | <u>FAM.</u> : Piperaceae | Ywyrara-dzé're | Usada contra a sarna (Chá das folhas) |
| 39 | | <u>GEN.</u> : <u>Salpinga</u> | Virá-pará | Usada para abaxar a febre (chá das folhas) |
| 40 | Erva de macuco | <u>GEN.</u> : <u>Coccocypselum</u> | Nhambú-caah | Usada para dores de cabeça (chá das folhas) |
| 41 | Aroeira vermelha | <u>ESP.</u> : <u>Schinus terebinthifolius</u> Raddi | Wyra-marontii | Usada para cicatrizar feridas da mucosa bucal (chá) |
| 42 | | <u>ESP.</u> : <u>Baccharis dracunculifolia</u> DC. | Nhorome-mirim | Usada para machucadeira (chá) |
| 43 | Urtigão | <u>GEN.</u> : <u>Urera</u> | Pã-en-nó | Usada contra a dor de barriga (chá da raiz) |
| 44 e 45 | Begonia/Perna de saracura mirim | <u>GEN.</u> : <u>Begonia</u> | Ará-curen-tãm-má-mirim | Coloca-se o talo amassado sobre o berne |
| 46 | Bombanaga/Cipó | <u>GEN.</u> : <u>Asplundia</u> | Cipó pintã/Timbopeva | Cipó usado para amarrão e artesanato em geral |
| 47 | Tangará | | Tangará | Planta comiamida por pássaros |

AM
26

212
JAS

| | | | | |
|---------|-------------------|----------------------------|-----------------|--|
| 48 | | <u>FAM.</u> : Rubiaceae | Wirá-ró-que | Usada contra a dor de dente (chá das folhas) |
| 49 | Begonia | <u>GEN.</u> : Begonia | Wirapó-tê-mirim | Usada contra a dor (chá da planta e banho) Também usada em cerimônias religiosas |
| 50 | Jabuticaba branca | <u>FAM.</u> : Mirtaceae | Jabuticaba | Usada como alimento |
| 51 | Carobão | <u>GEN.</u> : Jacarandá | Wirá-prá-ûch | Usado contra resfriado e desinteria (chá da planta e banho) |
| 52 | Palmito indaiá | <u>FAM.</u> : Cydanthaceae | Pindá-ugatchú | Usada como alimento |
| 53 | Begonia | <u>GEN.</u> : Begonia | Ará-Curétammá | Coloca-se o talo amassado sobre o berne |
| 54 | Trevo/Azedinha | <u>GEN.</u> : Oxalis | Te-chã-poã | Usada contra irritação nos olhos (Sumo do caule) |
| 55 | | <u>GEN.</u> : Wilbrandia | Cham-jao-uná | Usada contra dor de barriga (chá do tubérculo) |
| 56 e 62 | Araça/Cambuci | <u>FAM.</u> : Myrtaceae | Araça | Usada como alimento |
| 57 | | <u>GEN.</u> : Dioclea | Maná-guatchú | Coloca-se a semente amassada sobre picada de cobra |
| 58 | Cipó | <u>FAM.</u> : Araceae | Mô'a-poty | Usada contra a raiva canina. Corta-se os nós na lua chela e banha-se o animal |
| 59 | Rabo de macaco | <u>FAM.</u> : Cactáceae | Karazá-ruguai | Usada amassada arrada sobre o local de fratura |

Ru
JAS

| | | | | |
|----|------------|------------------------------|----------------------------|--|
| 60 | | <u>FAM.:</u> Melastomataceae | Tairatsi-ôlã-dzairoguépara | Usada contra dor de dente (chá da raiz e folhas) |
| 61 | Coco pindó | | Pindó — | Usado como alimento e cobertura (folhas) |

NOTAS:

1) Abreviaturas:

FAM.: Família

GEN.: Gênero

ESP.: Espécie

2) As fotos 44 e 45 foram repetidas

Rm
4. JF

245
H

ANEXO 7 - GRÁFICOS - TERRITORIALIDADE ANIMAL

pm

246
7A

ESTUDOS BIOECOLÓGICOS DO PANTANAL

Relatório Final - Parte I

A ECOLOGIA DO JAGUAR OU ONÇA PINTADA NO
PANTANAL

Peter G. Crawshaw e Howard B. Quigley
Agosto 1984

J.P.M.
af

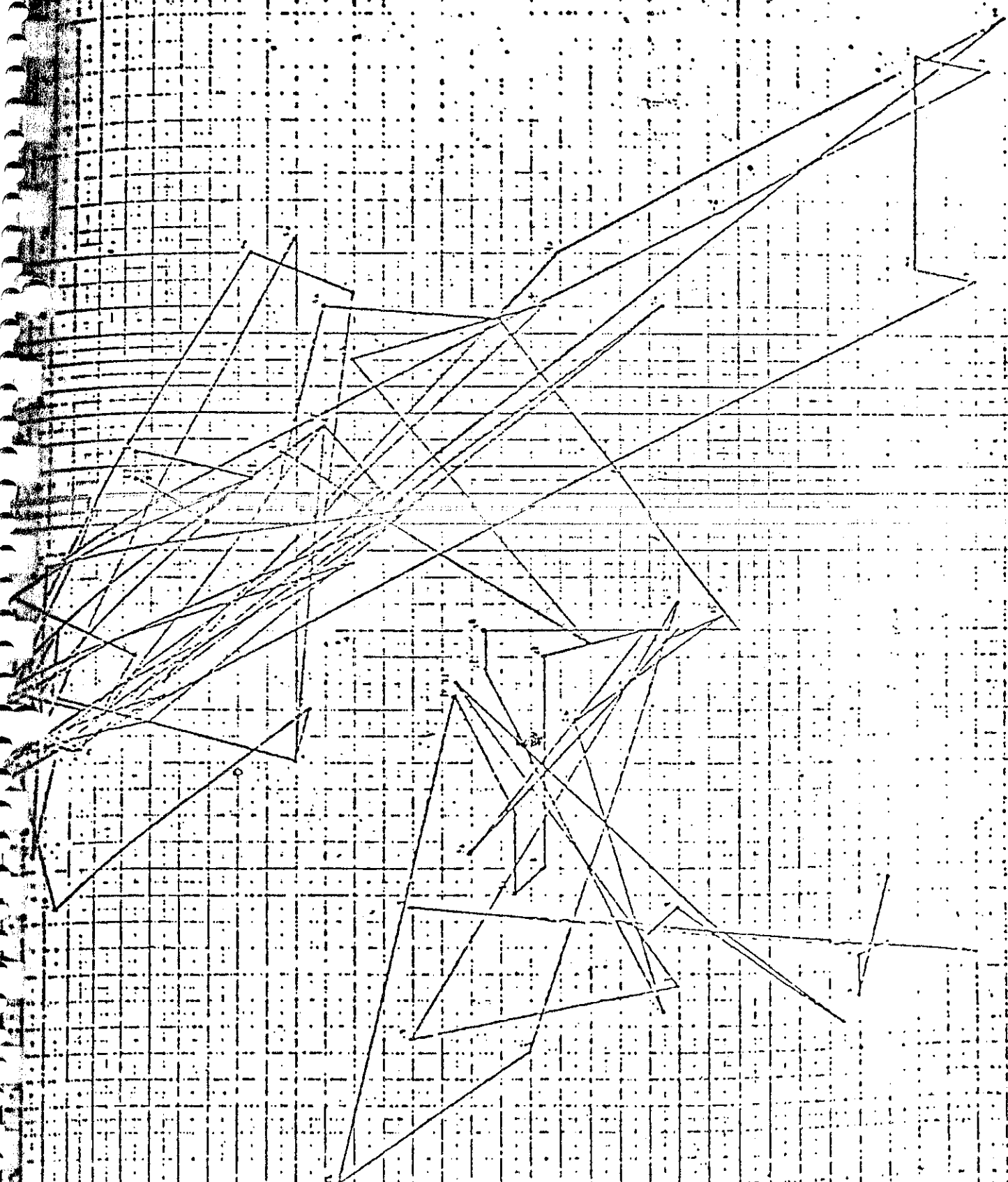
247
7A

Figura 11: Distâncias lineares entre localizações consecutivas da onça pintada nº 1 (fêmea) na Piúva.

ben
Df 1/2

Z

1 kg



9-18-88
J-K

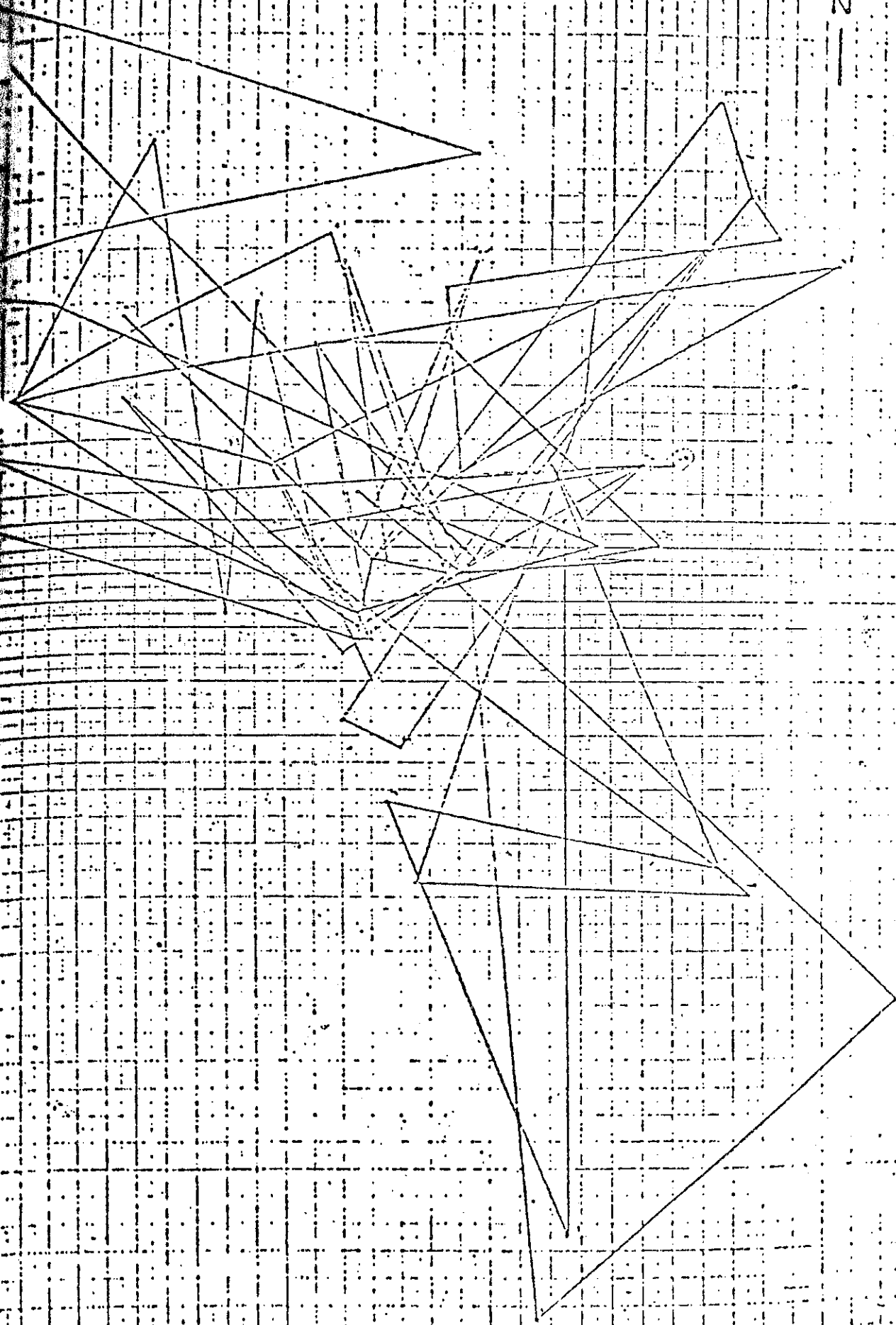
2249
4A

Figura 13: Distâncias lineares entre localizações consecutivas da onça pintada nº 4 (macho) no Corcunda.

of. AM
[Signature]

950
11/10

127



1 cm

Dr. R. S. G.

World Wildlife Fund - U.S.
Fauna & Flora Preservation Society
Under Conservation Trust.

Anthony Rylands
and Ian Newton

250
A

Anthony

THE BEHAVIOURAL ECOLOGY OF THE GOLDEN-HEADED LION TAMARIN,
LEONTOPITHECUS CHRYSOMELAS, AND THE MARMOSET, CALLITHRIX
KUHLII (CALLITRICHIDAE, PRIMATES)

Final report

Anthony Brome Rylands
Department of Physiology and the Large Animal Research Group,
Cambridge University, England, and the National Institute for
Amazon Research (CNPq-INPA), Manaus, Brazil.

Present address:
Departamento de Ecologia
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)
Caixa Postal 478
69.000 Manaus
Amazonas, Brazil.

December 1983

Handwritten signature

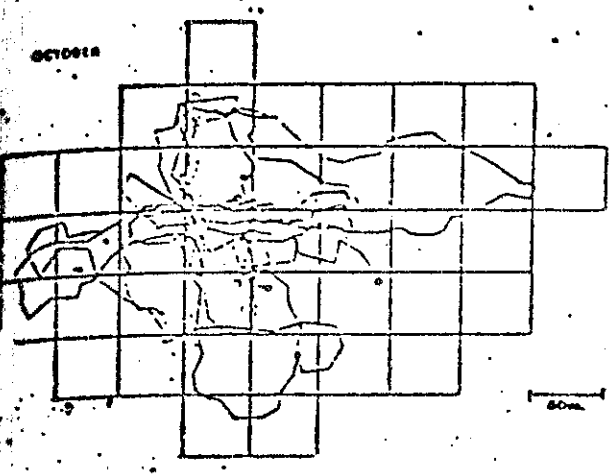
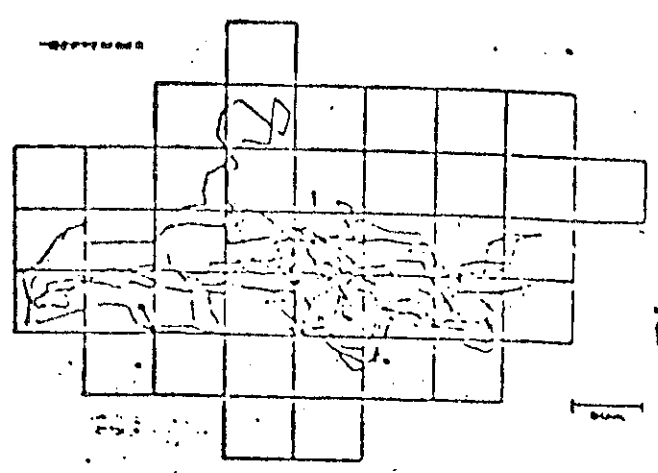
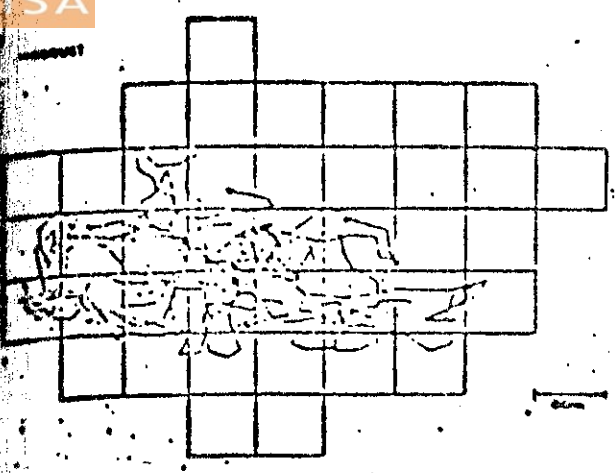


Figure 24. The daily travel routes taken by the C. kuhlii study group.

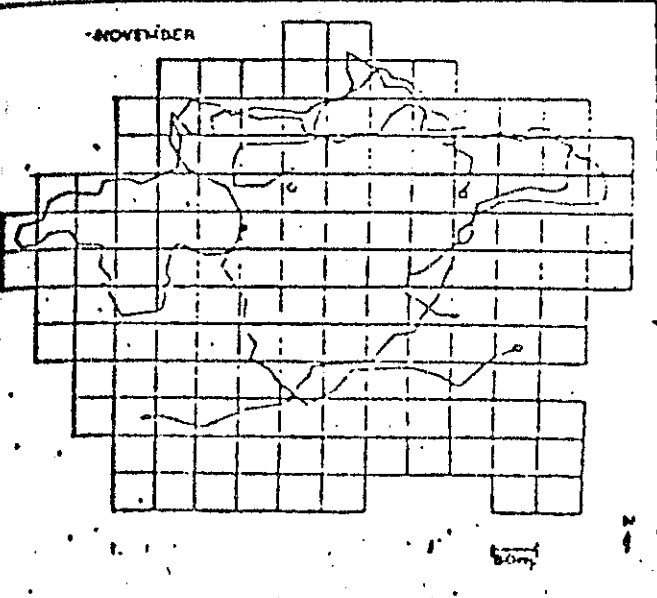
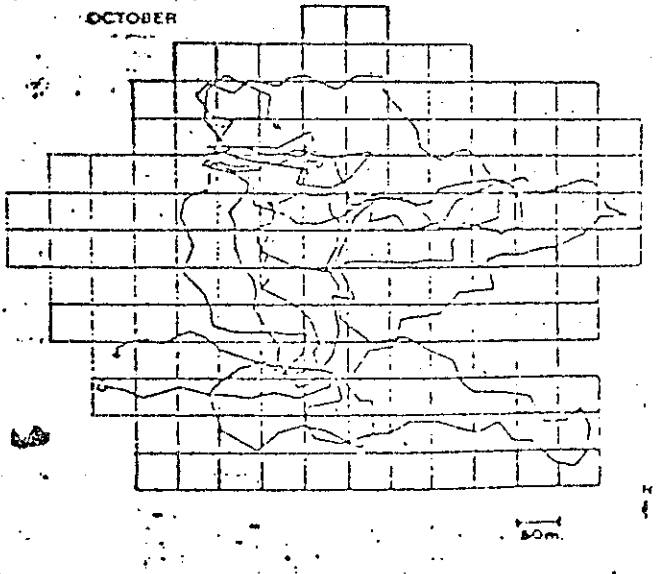
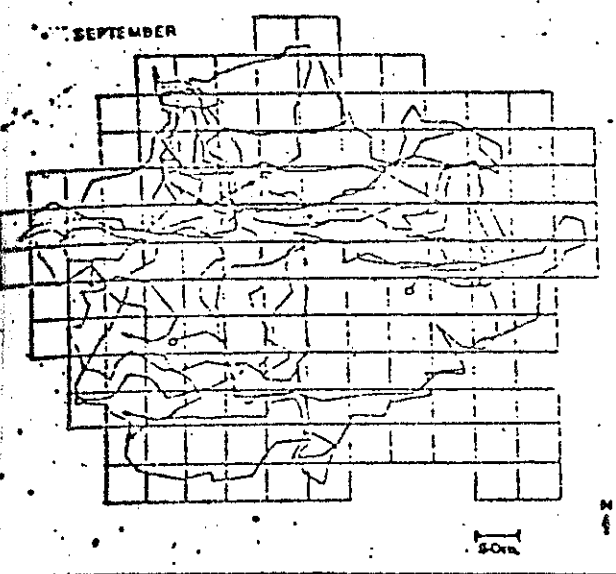


Figure 25. The daily travel routes taken by the L. chrysomelas study group.

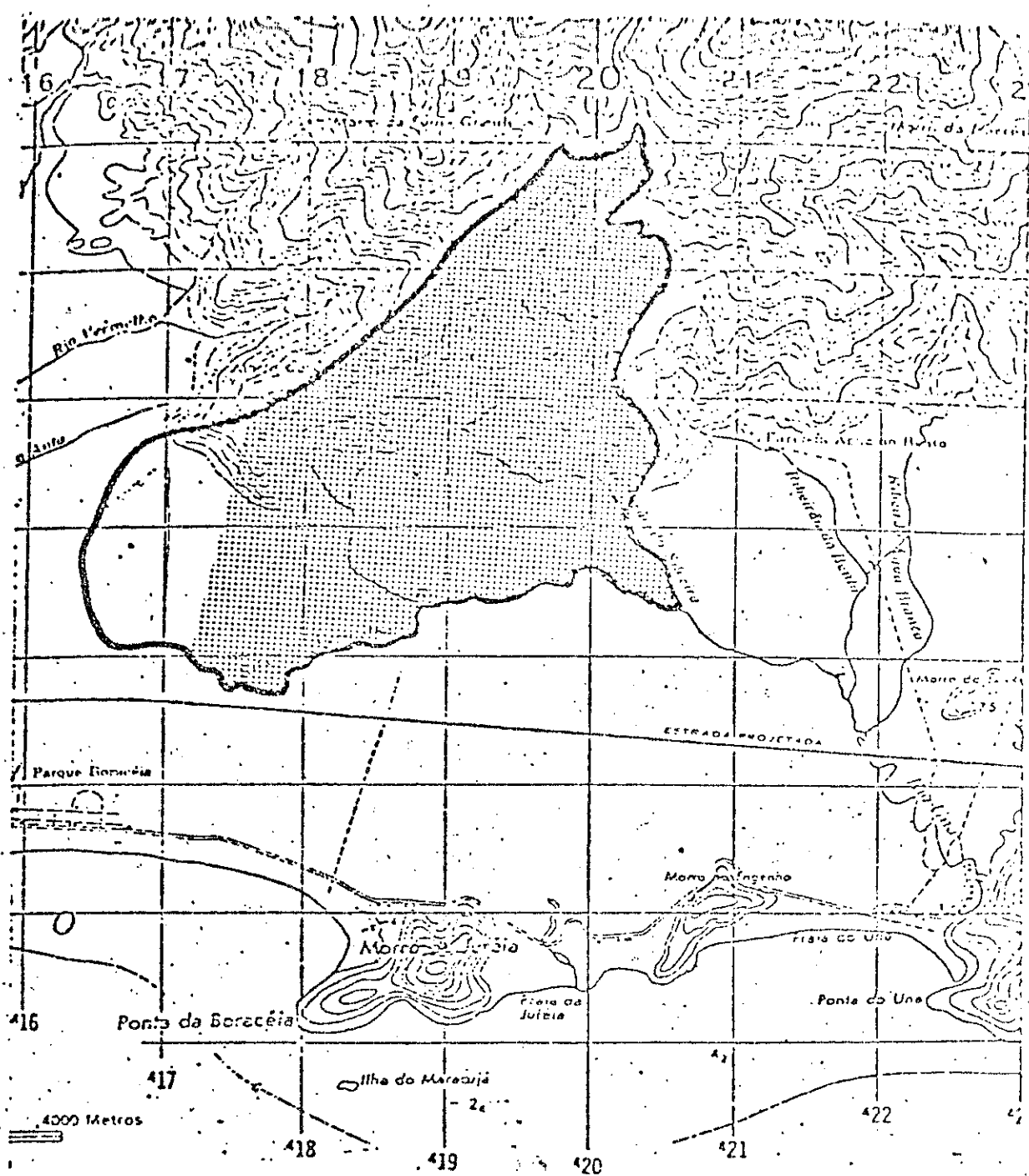
JA

253
11




ANEXO 8 - MAPA - ÁREA DA COMUNIDADE INDÍGENA GUARANI RE-
QUERIDA E PERICIADA

JX
Ru

954
41



LEGENDA

-  ÁREA REQUERIDA PELA COMUNIDADE
-  ÁREA PERICIADA
-  ÁREA COM OCUPAÇÃO GUARANI ONDE SE LOCALIZAM CANOS D'ÁGUA

ÁREA LEVANTADA SOBREPOSTA AO MAPA DO IBGE

REFERÊNCIA FOLHA SALESOPOLIS / SP ESCALA 1:50 000

ÁREA 1
Aldeia Guaroni do
Rio Silveira

DATA DO LEVANTAMENTO SETEMBRO, OUTUBRO / 04 MUNICÍPIO SÃO SEBASTIÃO

RS
09/20

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SECRETARIA DE ASSUNTOS INDÍGENAS - FUNAI
CENTRO FEDERAL DE ATENDIMENTO INDÍGENA - COM

MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO
ANEXO A PORTARIA Nº

053
JA

DENOMINAÇÃO

Proc. Nº 0531/93
Fls. 83
Rubrica: [assinatura]

ÁREA INDÍGENA GUARANI DO RIBEIRÃO SILVEIRA

ALDEIAS INTEGRANTES

PROC. Nº 0531/93
FLS. 83
RUBRICA [assinatura]

SILVEIRA

GRUPOS INDÍGENAS

GUARANI

LOCALIZAÇÃO

MUNICÍPIO: SÃO SEBASTIÃO e SANTOS ESTADO: S. PAULO

FAZENDA REGIONAL DA FUNAI 12ª DR

COORDENADAS DOS EXTREMOS

| EXTREMOS | LATITUDE | LONGITUDE |
|----------|---------------|---------------|
| NORTE | 23° 42' 21" S | 45° 46' 54" W |
| LESTE | 23° 44' 25" S | 45° 46' 44" W |
| SUL | 23° 44' 41" S | 45° 48' 23" W |
| OESTE | 23° 44' 08" S | 45° 49' 12" W |

BASE CARTOGRÁFICA

| NOMENCLATURA | ESCALA | ORIOLO | ANO |
|-------------------------------|----------|--------|------|
| SP-23-Y-D-V-1 e SR-23-Y-D-V-3 | 1:50.000 | ICGSP | 1971 |

DIMENSÕES

ÁREA: 374,6 Hectares
PERÍMETRO: 15 km
(Novecentos e quarenta e quatro hectares)

[assinatura]

MINISTÉRIO DO INTERIOR

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS - FUNAI

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DOM

MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO

ANEXO A PORTARIA Nº

DENOMINAÇÃO

Proc. Nº 0531/82
Fls. 83
Publica: 21/1

ÁREA INDÍGENA GUARANI DO RIBEIRÃO SILVEIRA

ALDEIAS INTEGRANTES

SILVEIRA

PROC. Nº 0531/82

FLS. 83

PUBLICA: 21/1

GRUPOS INDÍGENAS

GUARANI

LOCALIZAÇÃO

MUNICÍPIO: SÃO SEBASTIÃO e SANTOS

ESTADO: S. PAULO

DEPARTAMENTO REGIONAL DA FUNAI 12ª DR

COORDENADAS DOS EXTREMOS

| EXTREMOS | LATITUDE | LONGITUDE |
|-----------|---------------|---------------|
| NORTE | 23° 42' 21" S | 45° 46' 54" W |
| LESTE | 23° 44' 25" S | 45° 46' 44" W |
| SUL | 23° 44' 44" S | 45° 48' 23" W |
| OCIDENTAL | 23° 44' 08" S | 45° 49' 12" W |

BASE CARTOGRÁFICA

| NOMENCLATURA | ESCALA | ORIGEM | ANO |
|-------------------------------|----------|--------|------|
| SP-23-Y-D-V-1 e SP-23-Y-D-V-3 | 1:50.000 | ICGSP | 1971 |

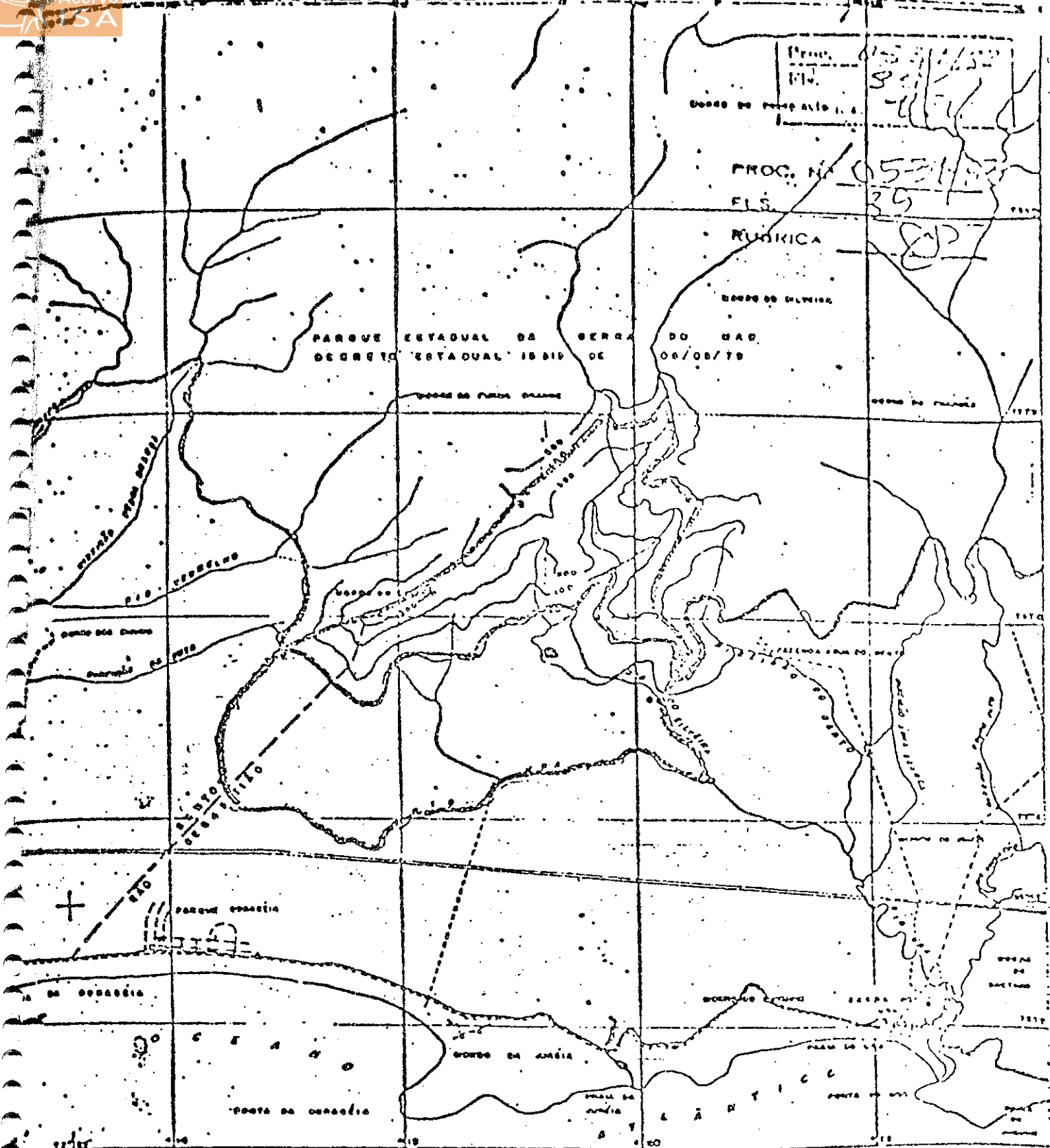
DIMENSÕES

ÁREA: 374,6 Hectares

PERÍMETRO: 15 km

(Novecentos e quarenta e quatro hectares)

Handwritten signature and initials



Proc. N.º 0531/78
 FLS. 39
 RUIKICA
 807

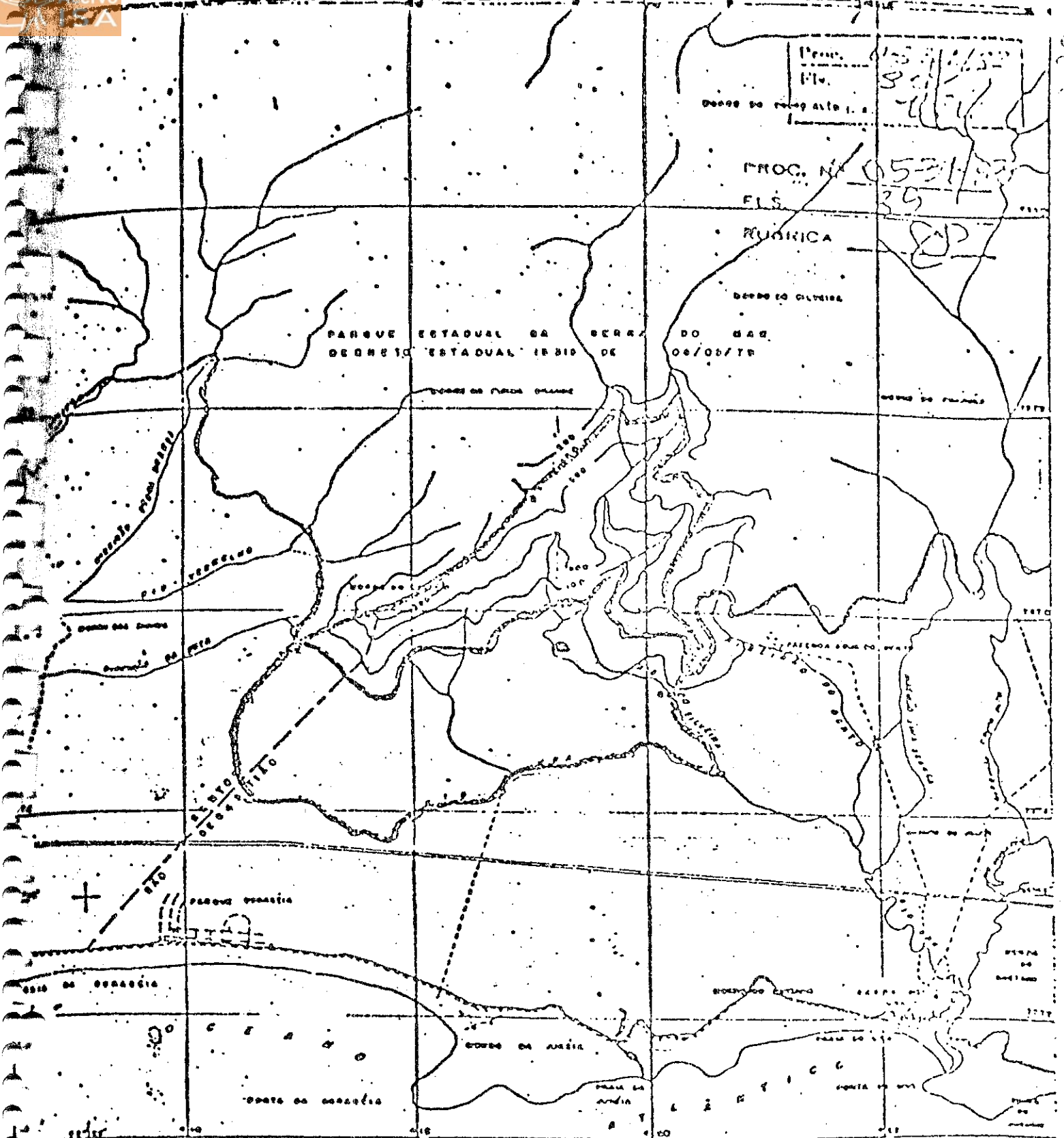
PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR
 DECRETO ESTADUAL 15.819 DE 06/08/78

- LINHAS CONVENCIONAIS
- TERRA INDÍGENA PRELIMINAR
- ÁREA INDÍGENA
- PONTOS DEFINIDORES DO LIMITE
- LINHAS DE LÍNEA PERMANENTE
- LIMITE MUNICIPAL
- REVESTIMENTO DE REVESTIMENTO SOLTO
- REVESTIMENTO DE REVESTIMENTO SÓLIDO
- LIMITE DA RESERVA FLORESTAL
- CURVA DE NIVEL
- CORDOÃO
- CORDOÃO DE CORDOÃO E PONTE
- CLASSE OU LARMA PERMANENTE
- CORDOÃO

MINISTÉRIO DO INTERIOR
 FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
 DEPARTAMENTO GERAL DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DGP

| | | | |
|---|--|---|--|
| ÁREA INDÍGENA GUARANI DO RIOPIÃO SILVEIRA MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO E SANTOS SÃO PAULO | | DELIMITAÇÃO DATA: 04/04/78 ESCALA: 1:50.000 DATA: 06/08/78 | |
| (Assinaturas e rubricas) | | (Assinaturas e rubricas) | |

Handwritten signature and initials



Proc. Nº 0531/73
FLS. 39
MUNICIPA

- LEGENDA
- LINHA CONVENCIONAL
 - LINHA CONVENCIONAL DE DEMARCAÇÃO
 - LINHA CONVENCIONAL DE DELIMITAÇÃO
 - LINHA CONVENCIONAL DE DELIMITAÇÃO PERMANENTE
 - LINHA CONVENCIONAL DE DELIMITAÇÃO MUNICIPAL
 - LINHA CONVENCIONAL DE DELIMITAÇÃO DE INVESTIMENTO SOLTO
 - LINHA CONVENCIONAL DE DELIMITAÇÃO DE INVESTIMENTO BÚLDO
 - LINHA CONVENCIONAL DE DELIMITAÇÃO DE RESERVA FLORESTAL
 - LINHA CONVENCIONAL DE NÍVEL
 - LINHA CONVENCIONAL DE DELIMITAÇÃO DE CANTÃO
 - LINHA CONVENCIONAL DE DELIMITAÇÃO DE PONTE E FERRETE
 - LINHA CONVENCIONAL DE DELIMITAÇÃO DE DELIMITAÇÃO PERMANENTE
 - LINHA CONVENCIONAL DE DELIMITAÇÃO DE DELIMITAÇÃO

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIÓ - FUNAI
DEPARTAMENTO GERAL DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DGP

ÁREA INDÍGENA GUARANI DO MIOQUILHO SILVEIRA
SÃO SEBASTIÃO E SANTOS
SÃO PAULO - SP

DELIMITAÇÃO
1:50000
1973

ELABORADO POR: [Handwritten Name]

[Handwritten signature]



260
4

MEMORIAL DESCRITIVO

ÁREA INDÍGENA GUARANI DO RIO SILVEIRA

LOCALIZAÇÃO E ACESSO

A área indígena do Rio Silveira localiza-se no município de São Sebastião, e pequena parte no município de Santos, ocupando aproximadamente 909 hectares entre lavoura, moradias e mata nativa.

A partir da Vila Barrá do Una, distante cerca de 43 km a Oeste de São Sebastião, toma-se uma estrada rumo Norte, caminhando aproximadamente 4 km, passando por duas águas de uma porteira fechada à cadeado, dificultando o acesso à Aldeia.

Saindo da estrada, já perto do início da subida da Serra do Mar, vira-se à esquerda por uma trilha no meio de um pasto, e caminhando cerca de 1.600 m atinge-se a divisa da área indígena Guarani do Rio Silveira.

A referência planialtimétrica é a carta "Salesópolis" preparada pelo Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo (IGG-SP) Edição 1971, na escala 1:50.000.

A área abrangida pela Aldeia está compreendida entre os paralelos 23º44'31" e 23º44'33" e Meridianos 45º47'03" e 45º48'42".

Re
Vf
Lp
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO



261
14

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO DA ALDEIA

A presente descrição foi elaborada usando como referências as cartas, abaixo relacionadas, do Sistema Cartográfico Metropolitano da Grande São Paulo - EMPLASA, escala 1:10.000, de 1974.

- Morro do Silveira - São Sebastião/SP
- Foz Água do Bento - São Sebastião/SP
- Morro dos Bichos - Santos/SP
- Ribeirão da Fornalha - Santos/SP

A partir do encontro da trilha indígena que dá acesso à Aldeia Guarani, com a divisa da mesma, inicia-se o caminhamento do perímetro, à direita por um divisor ascendente com rumo geral Norte, por aproximadamente 2.300 m, até encontrar a curva de nível dos 400 metros. Seguindo a referida curva por cerca de 3.500 m, passando por dois pequenos vales, chega-se ao alto do divisor do Morro do Cedro, próximo à divisa intermunicipal São Sebastião/Santos.

Daí percorre-se 2.650m pelo divisor com rumo Sudoeste, até atingir a curva de nível de 30 metros. Desse ponto, caminha-se 850 metros no azimute N 215º, até a cabeceira do Ribeirão Vermelho. Daí continua-se pelo Ribeirão Vermelho por cerca de 5.300m, rumo geral Este, até a barra deste com o Rio Una no seu lado direito, para então prosseguir à jusante do último por 800 metros até a confluência com o Rio Silveira, pela sua margem esquerda. Seguindo à montante do supra citado Rio por aproximadamente 550 metros, rumo Noroeste, quando à direita pelo rumo N 35º, por 250 metros, retorna-se ao ponto inicial, na trilha indígena que dá acesso à Aldeia.

As confrontações da Aldeia Guarani do Rio Silveira são: à Este o espólio de José Gomes Rivero e outros, ao Sul e Oeste com sucessores de Domenico Ricciardi Mari-

Handwritten signatures and initials.



262
1/15

condi e José Bastos, e ao Norte com terras do Parque Estadual da Serra do Mar.

RS

Handwritten initials or marks at the bottom right corner.

263
77

ANEXO 11 - POPULAÇÃO DA ALDEIA DO RIO SILVEIRA - CENTRO
DE TRABALHO INDIGENISTA

FL
of per

Centro de Trabalho
INDIGENISTA

rua fidalga, 548 · sala 13
05432 · são paulo · brasil

264
10

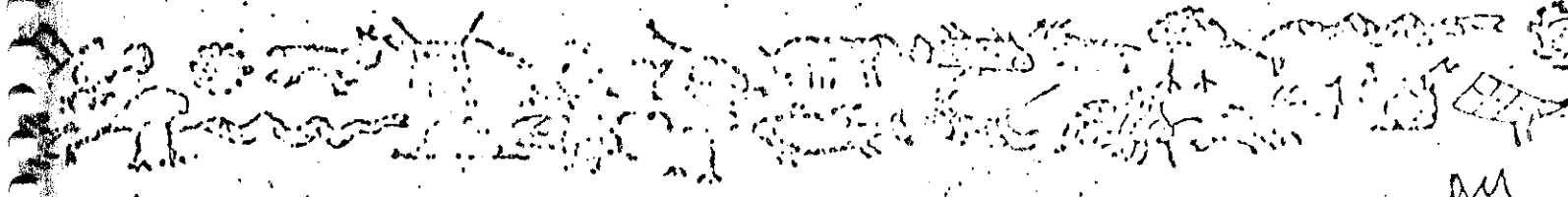
POPULAÇÃO DA ALDEIA DO RIO SILVEIRA

levantamentos realizados no período de maio de 1981 à outubro de 1984.

São Paulo, 20 de outubro de 1984

Maria Inês Martins Ladeira

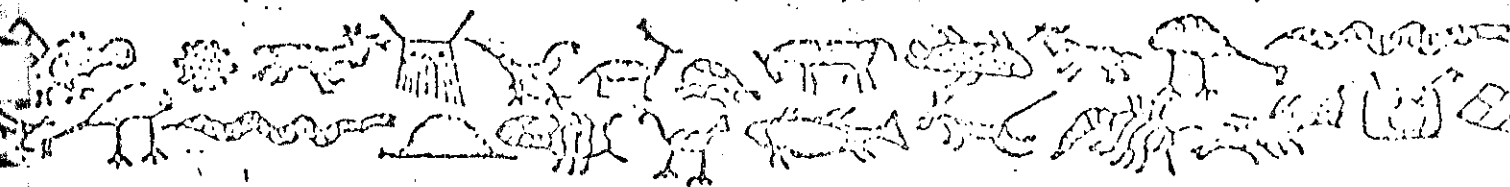
Maria Inês Martins Ladeira
Coordenadora do Projeto Guarani
- Centro de Trabalho Indigenista
CGC 51692168-0001-46



M
10

DADOS INDIVIDUAIS DA POPULAÇÃO QUE HABITA(OU) A ALDEIA DO RIO SILVEIRA DURANTE AS DIFERENTES ÉPOCAS DESTE LEVANTAMENTO.

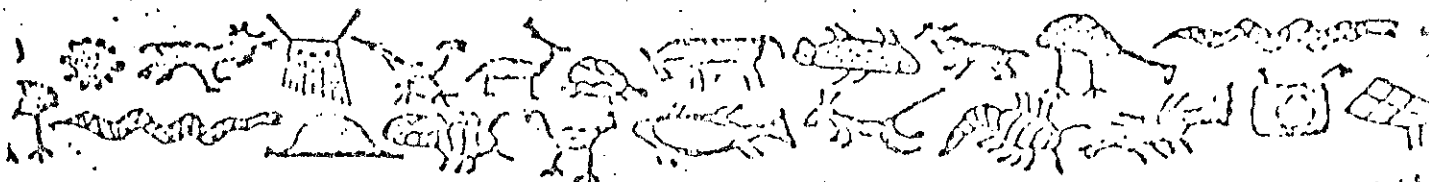
| nome | data de nasc ou idade =(em84) | procedência (2a anteriores) |
|--|----------------------------------|--------------------------------|
| 1 Samuel Bento dos Santos (cacique) | 46a = | A. Silveira |
| 2 Teresa Luisa da Silva | 25/4/33 | A. Silveira |
| Vera da Silva | 4/9/64 | A. Silveira |
| 4 Valdomiro Soares de Melo | 7/4/54 | A. Silveira |
| 5 Lucinda Soares de Melo | 20/1/79 | A. Silveira |
| 6 Odair Soares de Melo | 21/10/80 | A. Silveira |
| 7 Valdemir Soares de Melo | 25/8/82 | A. Silveira |
| 8 Rosa da Silva | 22a | A. Silveira |
| 9 Jose Airton de Sousa | 8/12/50 | A. Silveira |
| 10 Jose Nilton de Sousa | 9/78 | A. Silveira |
| 11 Denise da Silva | 4/80 | A. Silveira |
| 12 Antonio Helio de Sousa | 1/82 | A. Silveira |
| 13 Lidia da Silva | 12/83 | A. Silveira |
| 14 Margarida da Silva | 35= | A. Boa Vista |
| 15 Luciana de Paula | 26/6/83 | A. Boa Vista |
| 16 Celia de Paula | 13/4/79 | A. Boa Vista |
| 17 Celio de Paula | 6/6/67 | A. Boa Vista |
| 18 Luis de Paula | 1/5/69 | A. Boa Vista |
| 19 Maria de Paula | 7/7/71 | A.Boa Vista |
| 20 Jurema de Paula | 5/12/73 | A. Boa Vista |
| 21 Fidelis dos Santos Wera | 6/1/46 | A. Silveira |
| 5 cacique Gumerindo dos Santos, falecido na década de 70 na A.Silveira era filho do capitão Pedro, tambem enterrado no cemitério da A.Silveira | | |
| 22 Idalina dos Santos. Faleceu em 1983. Era esposa do cacique Gumerindo | | |
| 23 Nelson da Silva | 30= | A. Silveira |
| 24 Maria do Carmo | 34= | A. Rio Branco |



centro de trabalho
INDIGENISTA

rua fidalga, 548 · sala 13
05432 · são paulo · brasil

| | | | |
|----|--|----------|--|
| 25 | Ana Maria M. da Silva Yva Rete | 30/01/52 | A. Barragem |
| 26 | Mario Ribeiro da Silva | 01/05/55 | A. Palmeirinha e |
| 27 | Teresa da Silva Arai | 13/09/75 | A. Barragem |
| 28 | Claudio da Silva Mirim | 24/02/81 | " |
| 29 | Albina da Silva Mirim | 13/06/83 | " |
| 30 | Domingos Ribeiro da Silva | /52 | A. Barragem |
| 31 | Lidia Castro da Silva | /09/53 | " |
| 32 | Arlindo Ribeiro da Silva | 08/05/82 | " |
| 33 | Marcelino Ribeiro da Silva | 12/10/78 | " |
| 34 | Maria Helena Firmino da Silva (Kratsu) | 25/01/45 | A. Mboi Mirim |
| 35 | Albino Karahi Tataendy | 35a = | " |
| 36 | Leonardo Txiju Kretsu | 07/02/74 | " |
| | Maria Luisa Firmino da Silva | 10/04/50 | " |
| 38 | Armando Rokaju Mirim | 20/05/56 | " |
| 39 | Renato Mirim Ara'i | 23/11/81 | " |
| 40 | Luis dos Santos | 07/11/72 | A. Rio Branco |
| 41 | Julio Mariano da Silva Karai | 30a = | A. Silveira |
| 42 | Jurema Fundu | /60 | A. Silveira |
| 43 | Silvano da Silva Karai | /79 | " |
| 44 | Luis da Silva Bigwai | 05/81 | " |
| 45 | Lilia da Silva Taqua | 04/83 | " |
| 46 | Luisa Para Mirim | 06/06/64 | A. Osório e A. Mboi Mirim A. Mboi Mirim |
| 47 | Mauricio Txiju Kretsu | 14/02/68 | A. Mboi Mirim |
| 48 | Arlindo | 04/84 | A. Barragem |
| 49 | Nivaldo Martins da Silva | 25/01/45 | A. Barragem |
| | Marica Martins da Silva Guarani | 03/03/55 | A. Barragem |
| 51 | Julio Martins da Silva | 20a = | A. Palmeirinha e A. Barragem |
| 52 | Lidia Martins da Silva | 27/03/75 | A. Barragem |
| 53 | Marcos Martins da Silva | 15/04/78 | " |
| 54 | Francisca Martins da Silva Guarani | 22/12/80 | " |
| 55 | Ana M. da Silva (filha adotiva) | 10/07/82 | A. Barragem |
| 56 | Teresa Martins da Silva | 41a = | A. Barragem |
| 57 | Hilário | 42a = | A. Rio Branco e A. Barragem |
| 58 | Jorge Benites | 24/11/58 | A. Rio das Cobras e A. Barragem |
| 59 | Fatima Benites | 31/03/62 | A. Boa Esperança e Bar |
| | Marcia Benites | 12/02/84 | A. Barragem |

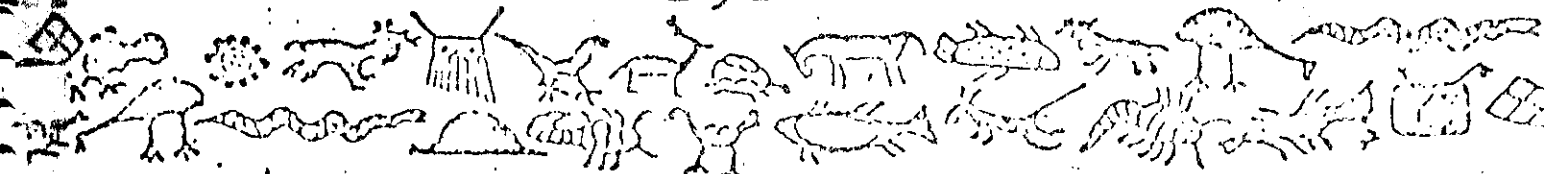


26
4

rua fidalga, 548 · sala 13
05432 · são paulo · brasil

267
7a

| | | | |
|----|--|--------------|--------------------------------|
| 61 | Teresa Benites Guarani | 24/06/52 | A. Rio das Cobras e Barragem |
| 62 | Ailton Benites Guarani | 21/01/82 | " |
| 63 | filho de Teresa | 3 meses 6/84 | " |
| 64 | Jose Fernandes Soares | 25/05/40 | A. Barragem |
| 65 | Pedro Fernandes Soares | 10/3/69 | " |
| 66 | Santa Fernandes Soares | 03/01/71 | " |
| 67 | Joana Fernandes Soares | 06/12/74 | " |
| 68 | Sandra Fernandes Soares | 01/01/79 | " (filha adotiva) |
| 69 | Vitor Fernandes Soares | /81 | A. Barragem |
| 70 | Rosalina Benita | 15/03/48 | " |
| 71 | Jose Duda Awaguatsu | 23/08/71 | A. Mboi Mirim e A. Barragem |
| 72 | Sebastião Laurindo | 07/05/61 | A. Rio Branco |
| 73 | Julio da Silva | 25a ≈ | A. Palmeirinha e A. Barragem |
| 74 | Doralice Fernandes Guarani | 07/12/44 | A. Barragem |
| 75 | Carlos Fernandes Guarani | 23/02/70 | " |
| 76 | Lucia Fernandes Guarani | 11/11/72 | " |
| 77 | Dinarte Fernandes Guarani | 03/07/75 | " |
| 78 | Pedro Ribeiro | 16/12/42 | A. Caxias do Sul e A. Barragem |
| 79 | Izaltina Gonçalves | 40a ≈ | " |
| 80 | Sebastião Ribeiro | 07/03/72 | " |
| 81 | Paulinho | 19a ≈ | Peruibe |
| 82 | Nice | 16a ≈ | Guarujá e Peruibe |
| 83 | Hirondina | 26a ≈ | A. Peruibe e A. Barragem |
| 84 | Manuel da Silva Wera | 24a ≈ | A. Crucutu e A. Rio Branco |
| 85 | Cida dos Santos (filha do cacique do Rio Branco) | 14a | " |
| 86 | Miguel Cordeiro Verissimo | 27a ≈ | Mongaguá e A. Barragem |
| 87 | Valcelino Cordeiro Verissimo | 20/02/63 | A. Barragem |
| 88 | Cristina Martins da Silva | 07/11/68 | A. Barragem |
| 89 | Honorio Martins da Silva | 25/01/43 | " |
| 90 | Valdomiro da Silva | 17/06/43 | " |
| 91 | Mario Martins da Silva | 13/05/65 | " |
| 92 | Cacá (Guarani Nhandeva, do Paraná - crente) | Paraná | 45a ≈ |
| 93 | esposa de Cacá | 38a ≈ | " |
| 94 | filho | 10 | " |
| 95 | filho | 7a | " |
| 96 | filho | 5a | " |



91
92

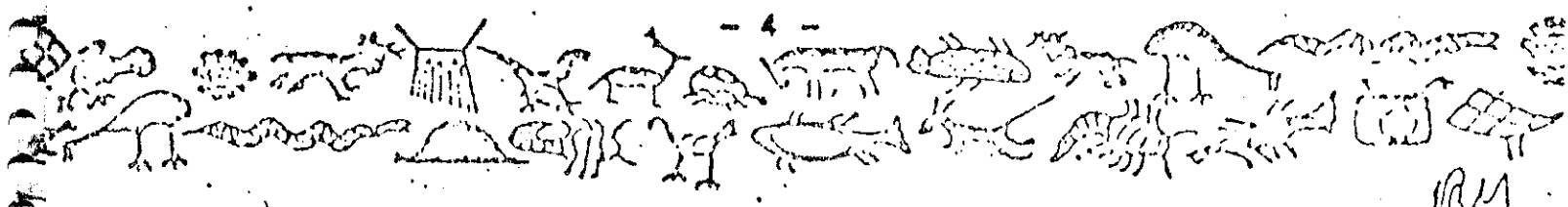
rua fidalga, 548 · sala 13
 05432 · são paulo · brasil

268
 JA

| | | |
|-------------------------------------|----------|---|
| 97 Anita | 30a | Juqueí |
| 98 Marcelino | 16a | " |
| 99 Florentina | 12a | " |
| 100 Oseias | 10a | " |
| 101 filho de Anita | 8a | " |
| 102 filho | 6a | " |
| 103 filha | 4a | " |
| 104 Camilo | 22a | A. Rio Branco |
| 105 Sebastião | 18a | A. Barragem |
| 106 Moacir | 20a | Jaraguá |
| 107 Jose Pires de Lima | 13/12/37 | A. Barragem |
| 108 Robano Jose Adão | 11/09/67 | A. Barragem |
| 9 Higino de Castro | 40a | A. Bananal e A. Boa Vista |
| 110 Ana Rosa | 43a | " |
| 111 Waldir da Silva | 17a | " |
| 112 Sandra Castro | 10a | " |
| 113 Alexandre de Castro | 7a | " |
| 114 Joana Jurema | 90a | (faleceu em 1984 na A. da Barragem); Juqueí |
| 115 Agnaldo (filho de M. Luisa, 37) | 1/09/84 | A. Silveira |
| 116 Marcia (filha de Hilario, 57) | 7a | A. Barragem |
| 117 filha de Hilario, 57 | 5a | " |
| 118 filha de Vera da Silva, 3 | /10/84 | A. Silveira |

RELAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DAS ALDEIAS MENCIONADAS

| aldeia | município | UF |
|---------------------------------------|--------------------|----|
| Silveira ou Rio Silveira | São Sebastião | SP |
| Boa Vista ou Ubatuba ou Pro Mirim | Ubatuba | SP |
| Rio Branco | Itanhaca | SP |
| Palmeirinha (Posto Indígena da FUNAI) | Mangueirinha | PR |
| Barragem ou Morro da Saudade | São Paulo | SP |
| Mboi Mirim | São Paulo | SP |
| Osório | Osorio | RS |
| Rio das Cobras (PI FUNAI) | Laranjeiras do Sul | PR |
| Caxias do Sul | Caxias do Sul | RS |
| Bananal ou Peruibe (PI FUNAI) | Peruibe | SP |



RM
 07 20

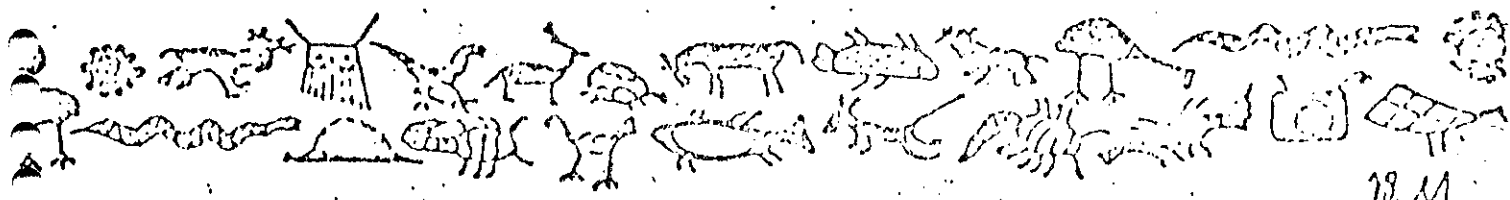
Centro de trabalho
INDIGENISTA

rua fidalga, 548 · sala 13
05432 · são paulo · brasil

269
HA

cutu
yaguá
ief (antiga aldeia de Serrinha)
yaguá
Esperança

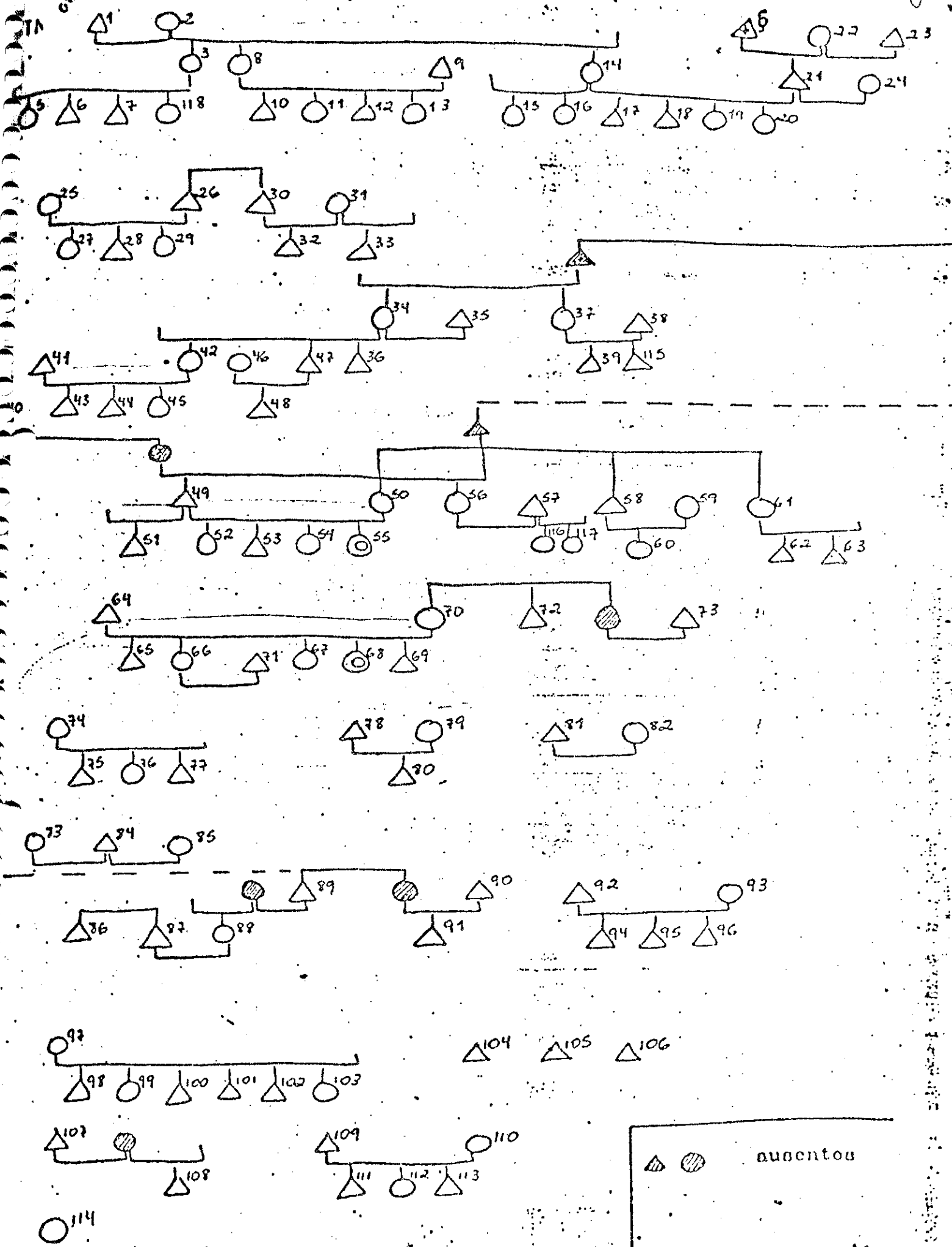
São Paulo SP
Mongaguá SP
São Sebastião SP
São Paulo SP
Santa Cruz ES



RM
2R

QUADRO GERAL E ALGUMAS RELAÇÕES DE PARENTESCO

270
44

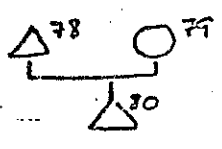
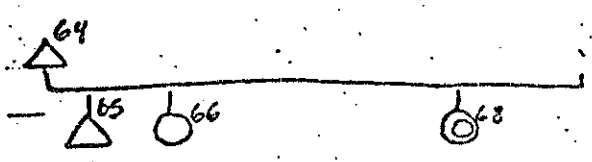
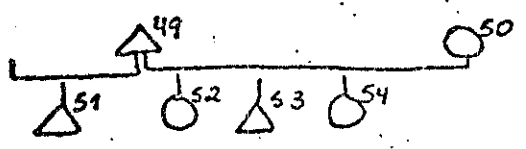
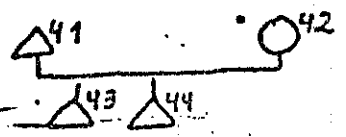
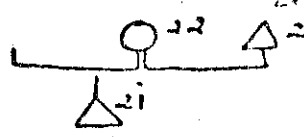
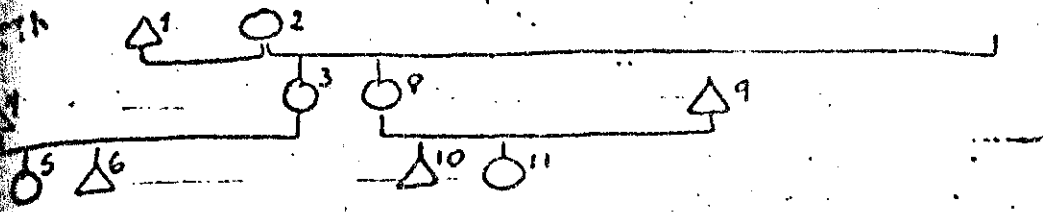


ausentes

RM
of LR

97/1

11308150



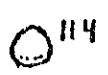
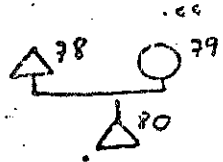
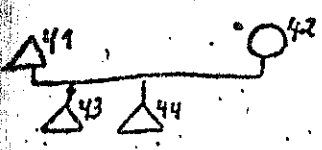
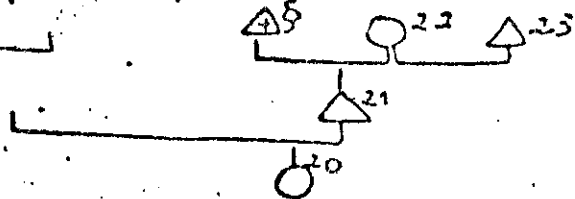
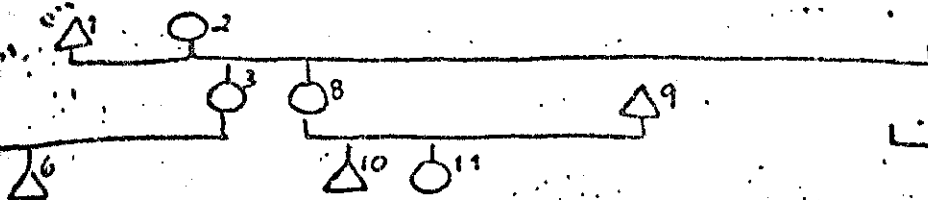
familias nucleares
crianças até 14a
população

Re
of: L

dezembro/81

272

42



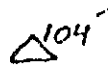
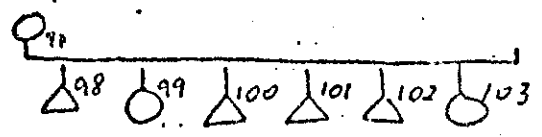
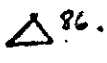
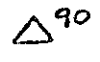
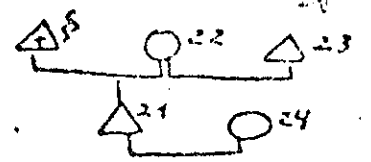
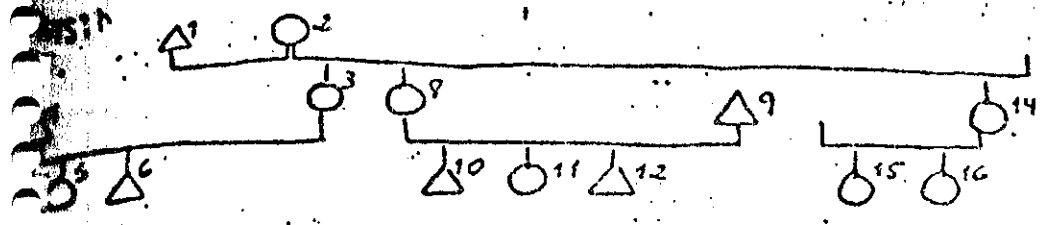
famílias nucleares 7
 crianças até 14a 8
 população 23

Ar
G. J. R.

Julho/82

293
42

Chaparral

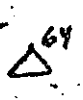
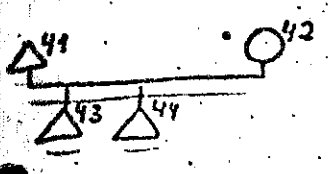
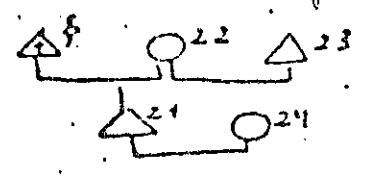
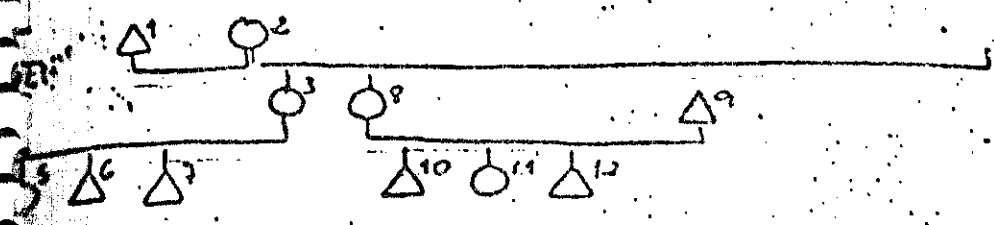


famílias nucleares 8
 crianças até 14a 13
 população 35

R4
9 25f

novembro/82

974
2A

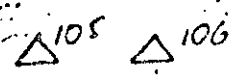
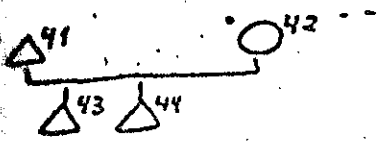
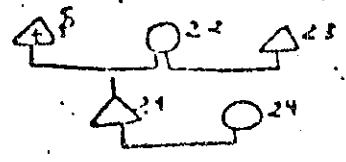
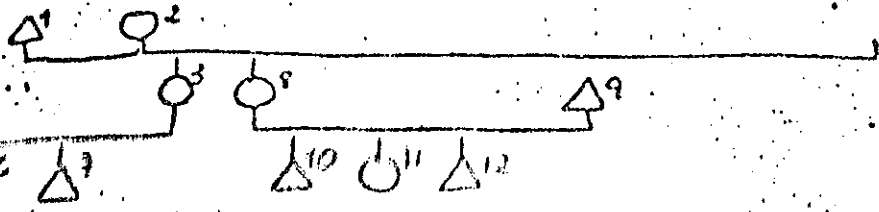


| | |
|--------------------|----|
| famílias nucleares | 6 |
| crianças até 14a | 8 |
| população | 21 |

RM
07-2-82

dezembro/82

275
7A

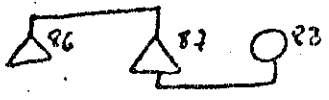
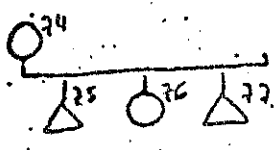
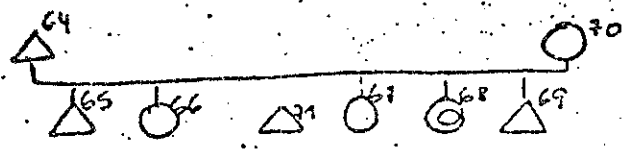
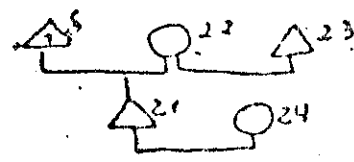
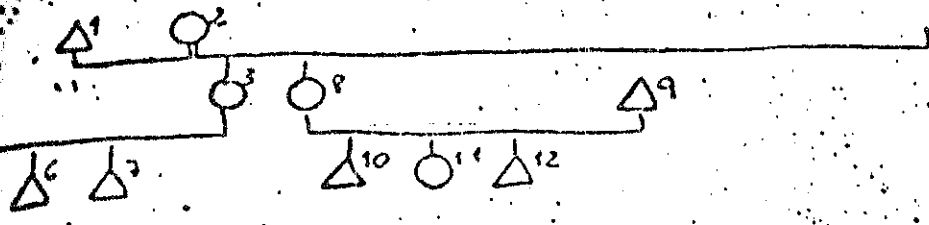


famílias nucleares 6
crianças até 14a 9
população 28

per
7A

Janairo/83

276
44



| | |
|--------------------|----|
| famílias nucleares | 8 |
| crianças até 14a | 14 |
| população | 31 |

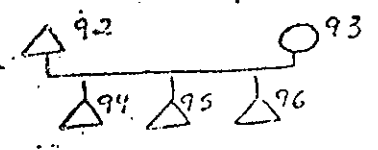
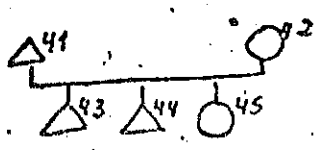
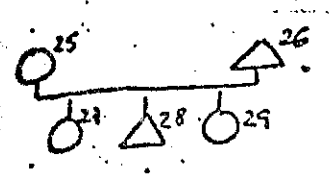
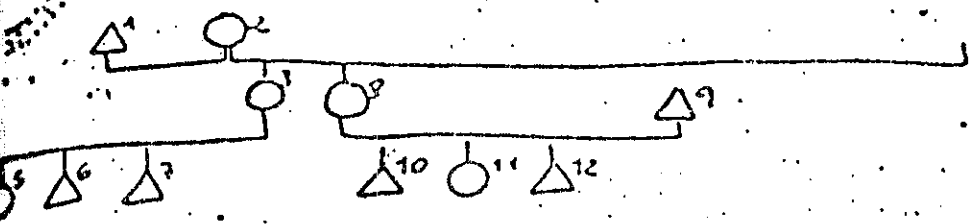
Am
09/83

outubro/83

29

10/10

10/10

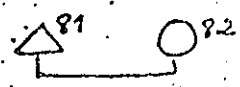
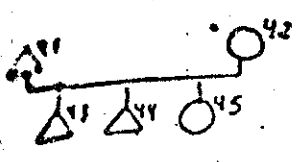
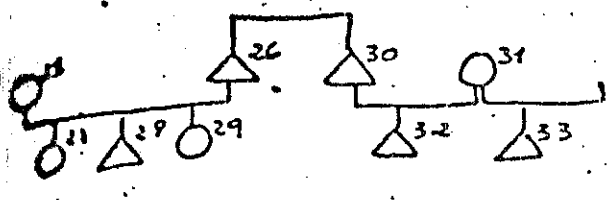
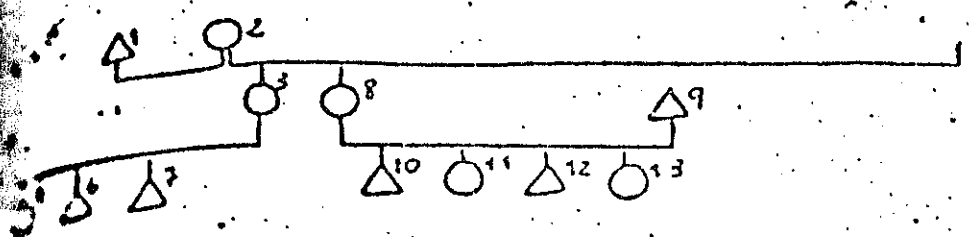


| | |
|--------------------|----|
| familias nucleares | 6 |
| crianças até 14a | 15 |
| população | 29 |

RM
of

dezembro/83

278
IA

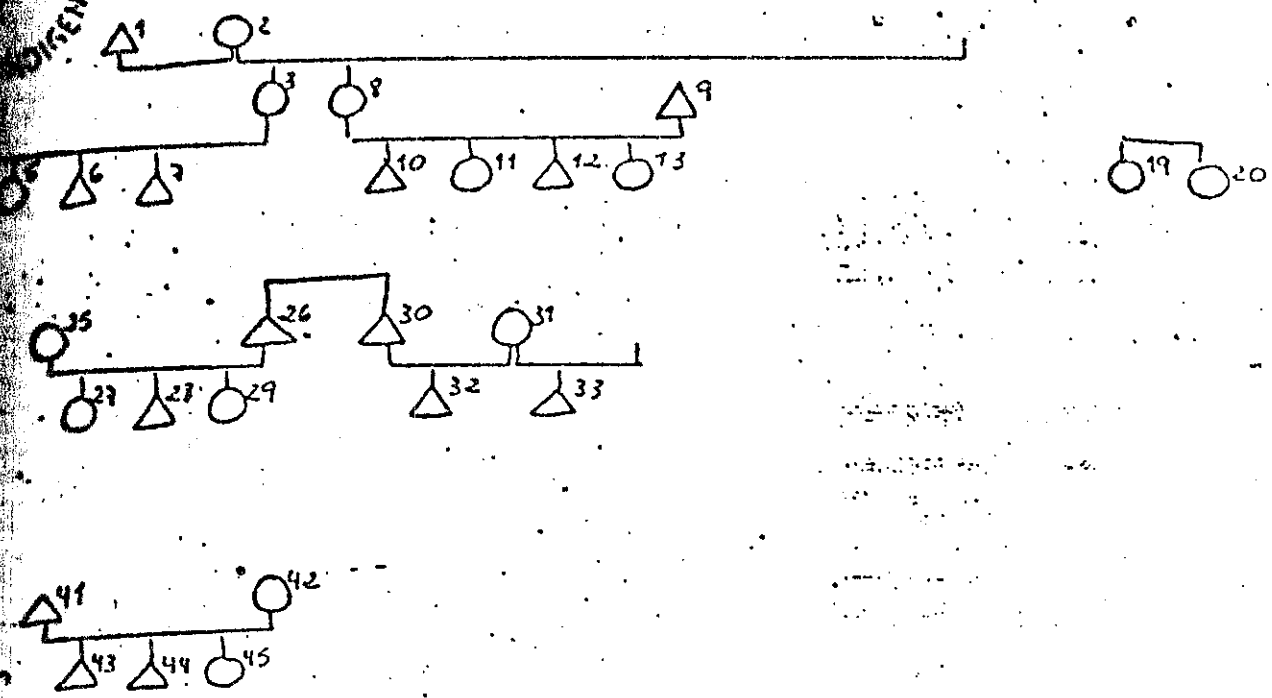


| | |
|--------------------|----|
| famílias nucleares | 7 |
| crianças até 14a | 15 |
| população | 30 |

PA
07 de 8

277
44

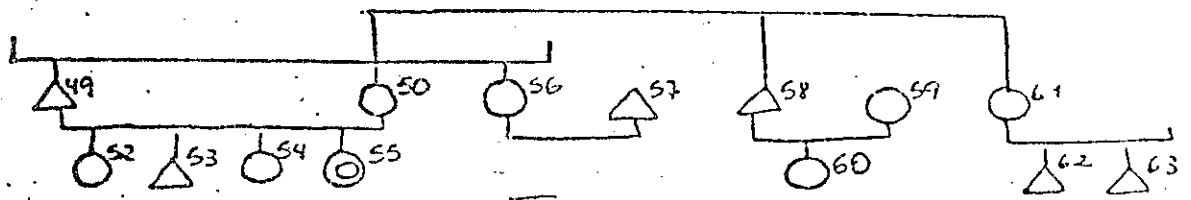
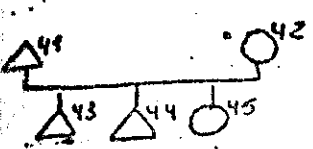
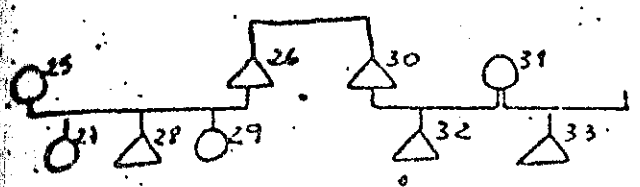
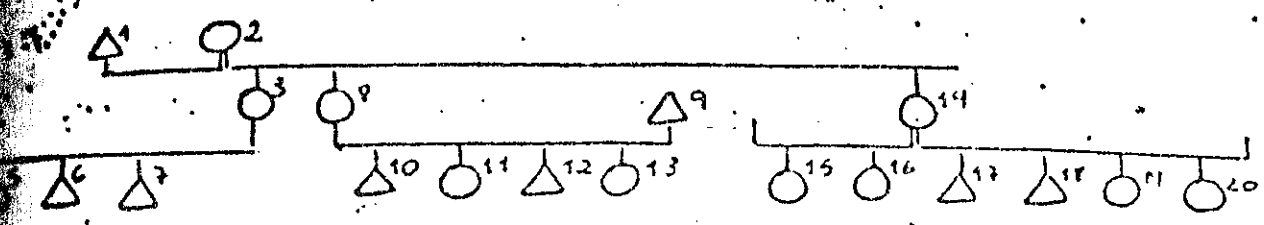
GENEMIST



| | |
|--------------------|----|
| familias nucleares | 6 |
| crianças até 14a | 18 |
| população | 31 |

Rm
OK J

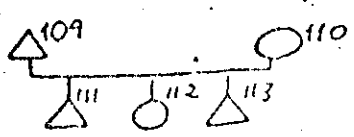
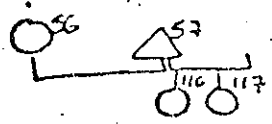
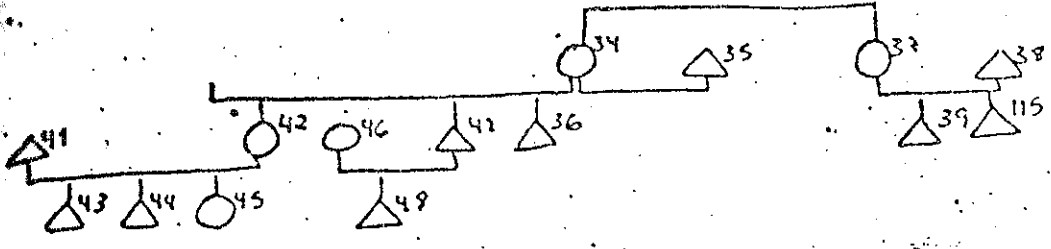
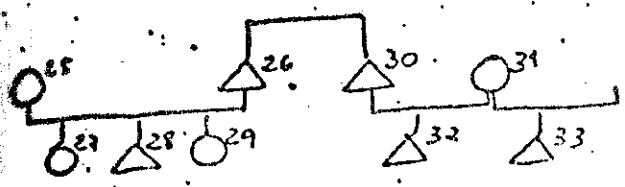
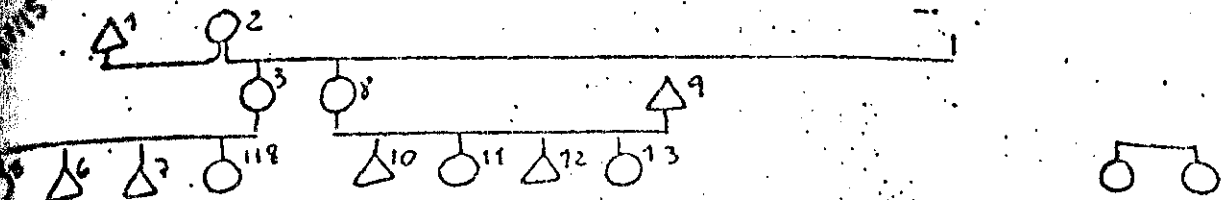
250
74



| | |
|--------------------|----|
| familias nucleares | 11 |
| crianças até 14a | 28 |
| população | 50 |

py
9.2.84

95



familias nucleares 11
 crianças até 14a 28
 população 49

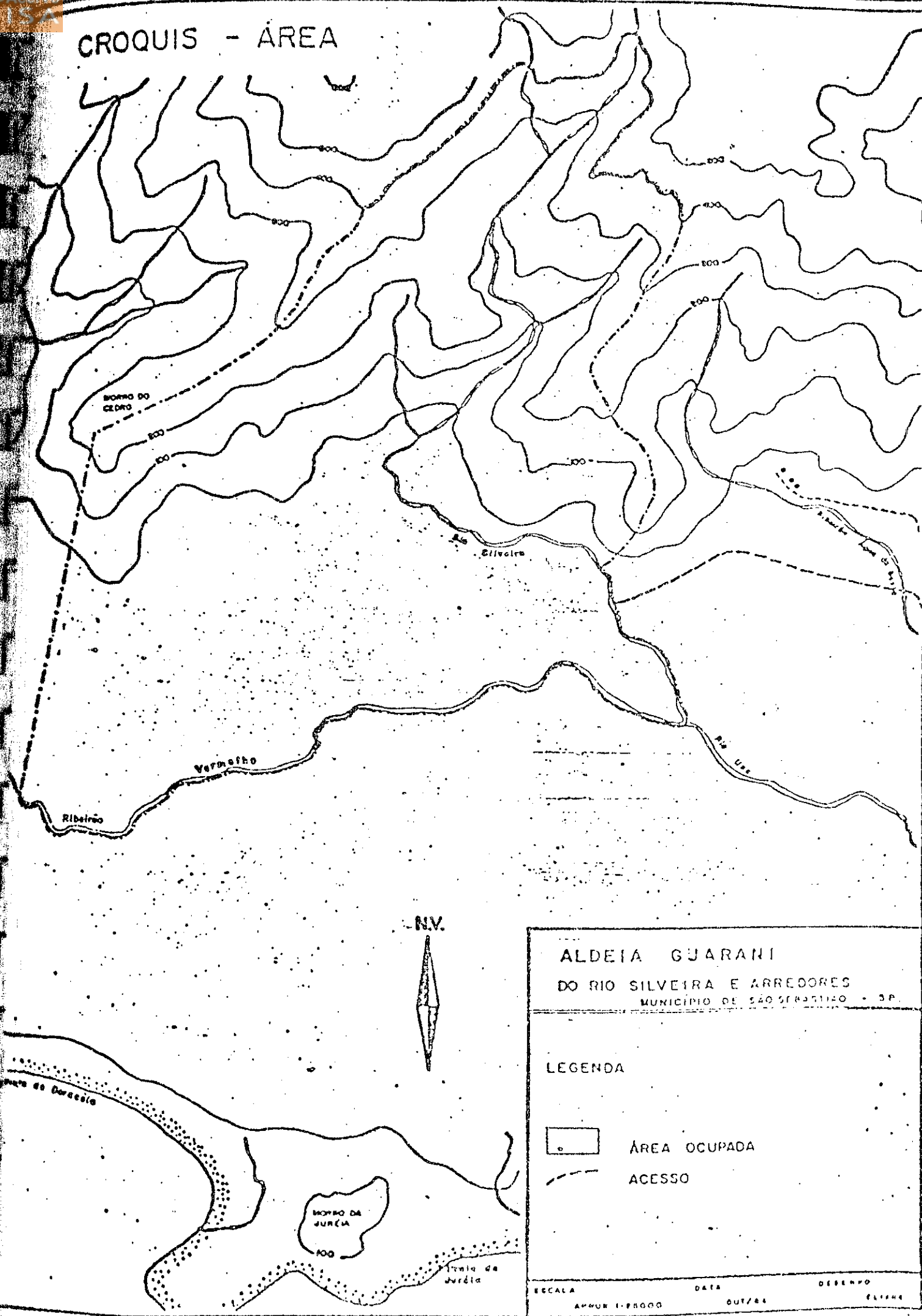
Handwritten signature or initials in the bottom right corner.

282
A

ANEXO 12 - CROQUIS - ÁREA



JL
PM

CROQUIS - ÁREA



ALDEIA GUARANI
DO RIO SILVEIRA E ARREDORES
MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO - SP.

LEGENDA

-  ÁREA OCUPADA
-  ACESSO

ESCALA: ANUÁRIO 1-PROGGO DATA: OUT/84 DESENHO: ELIENE

164 An 20

284
11

ANEXO 13 - ZONAS DO TERRITÓRIO

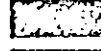
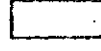


af
m. J.

TOPOQUIS - Zonas do Território



ALDEIA GUARANI
DO RIO SILVEIRA E ARREDORES
 MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO - SP

LEGENDA

-  ZONAS A e B
-  ZONA C
-  CASA
-  CAVA

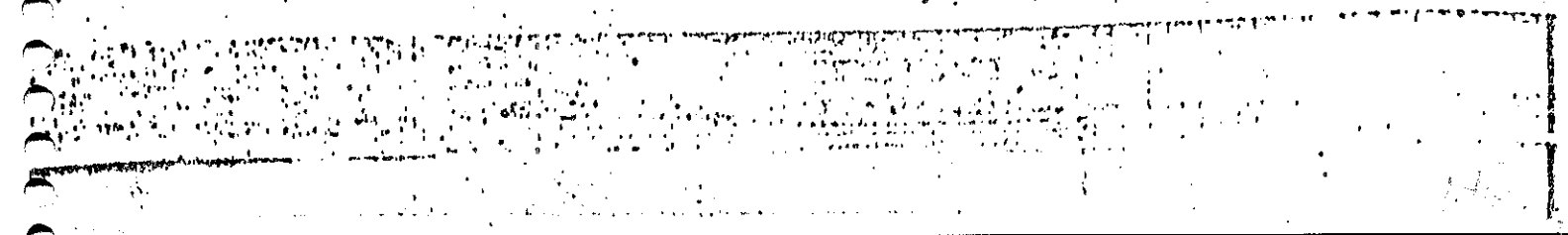
ESCALA: 1:50000 DATA: 09/78 DESENHO: ELIANE

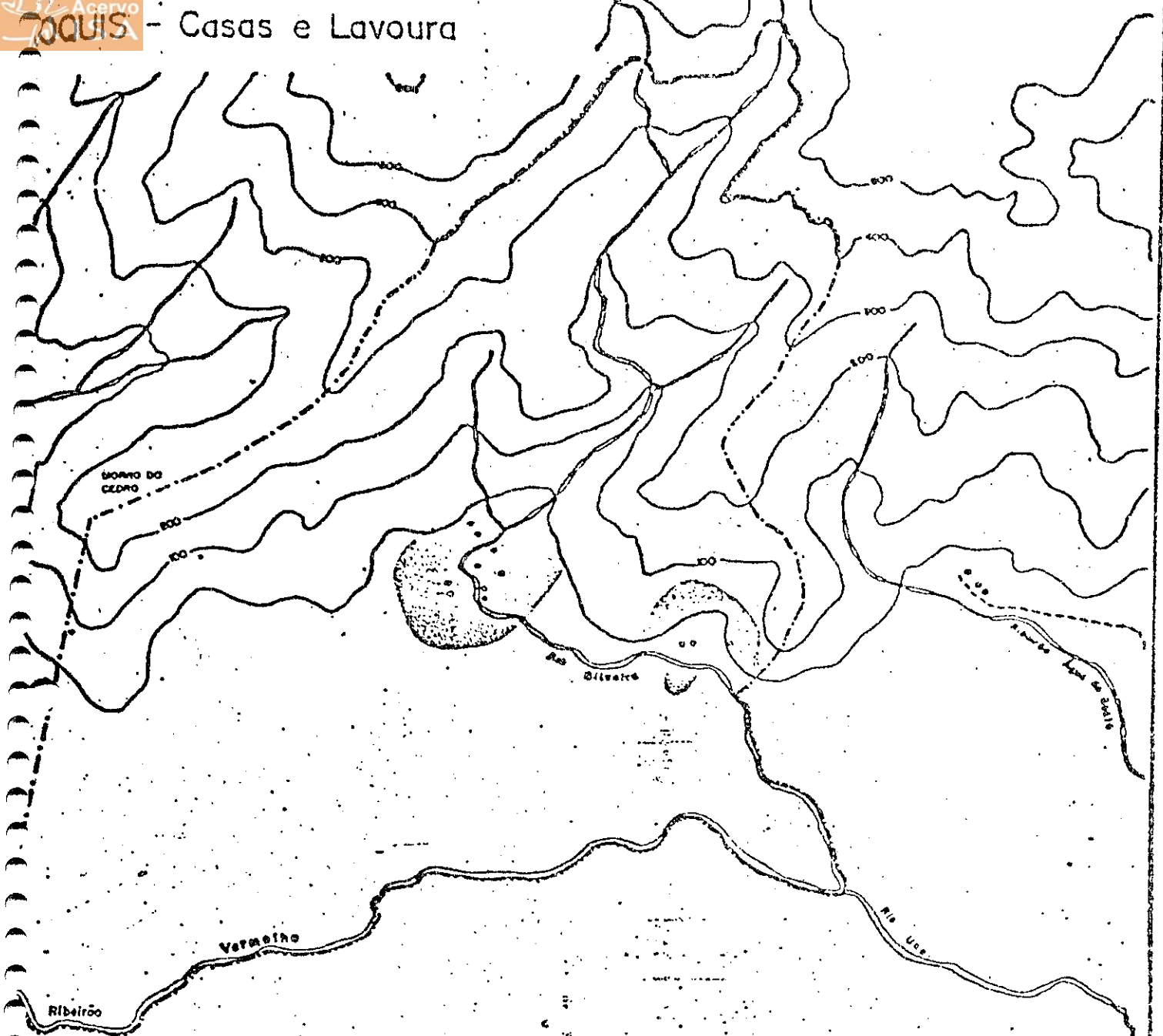
Handwritten signature or initials

95C
44

ANEXO 14 - CROQUIS - CASAS E LAVOURA

pm
95C
44





URAS
MANENTES

ANA
CAS

CULTURAS ANUAIS

ABÓBORA
MANDIOCA
MILHO
FEIJÃO
BATATA DOCE
GENGIBRE
INHAME

FRUTIFERAS

COCO
GOIABA
JABUTICABA
JACA
LARANJA
LIMÃO
LIMÃO
MAMÃO
MANGA
MEXERICÁ

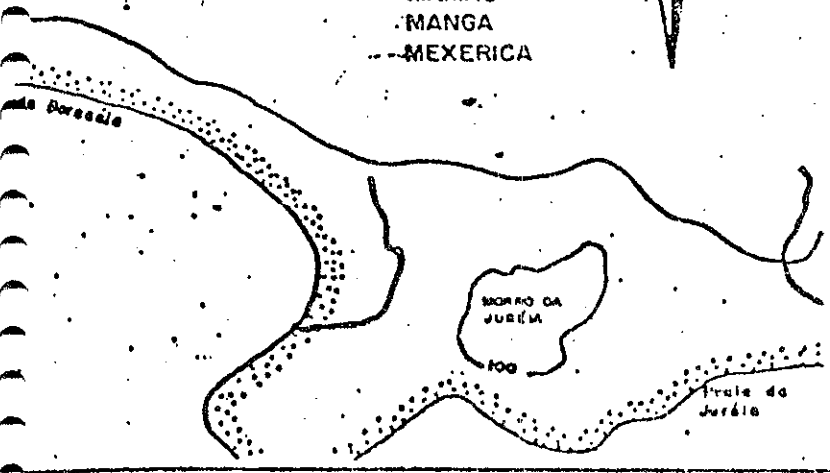


ALDEIA GUARANI
DO RIO SILVEIRA E ARREDORES
MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO - SP

LEGENDA

- ÁREA DE AGRICULTURA
- CASA
- CAVA

ESCALA: 1:5000 DATA: OUT/64 DESENHO: ELIANE



PM
04/28

RELAÇÃO DE FOTOS

- FOTO 1 - Casa 1 - Samuel Bento dos Santos
- FOTO 2 - Casa 2 - José Airton de Souza
- FOTO 3 - Casa 3 - Valdomiro Soares de Melo
- FOTO 4 - Casa 4 - Nivaldo Martins da Silva
- FOTO 5 - Casa 5 - Júlio Mariano da Silva
- FOTO 6 - Casa 6 - Domingos Ribeiro da Silva
- FOTO 7 - Casa 7 - Mario Ribeiro da Silva
- FOTO 8 - Vista dos esteios da casa de Armindo Robajumirí
- FOTO 9 - Paioi da casa 5 - Julio Mariano da Silva
- FOTO 10 - Vista parcial do núcleo habitacional
- FOTO 11 - Vista da cava antiga de Samuel Bento dos Santos, laranjeira e bananeiras ao fundo
- FOTO 12 - Vista parcial de bananal com um índio trabalhando
- FOTO 13 - Vista parcial de bananal com embaúbas ao fundo
- FOTO 14 - Vista parcial de bananal, mata nativa e embaúbas ao fundo
- FOTO 15 - Vista parcial de bananal, covas de cana e caçoeira de recuperação da área plantada

10/10/84
J.P.

298
70

ANEXO 15 - RELAÇÃO DE FOTOS - CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS
GUARANI

10/2/22

299
44

CARACTERÍSTICAS DAS CASAS

- FOTO 1 - Detalhe de amarração central de uma casa
- FOTO 2 - Vista interna da cobertura de uma casa
- FOTO 3 - Cumieira de uma casa

CERIMÔNIA RELIGIOSA

- FOTO 4 - Cacique Samuel antes da cerimônia religiosa
- FOTO 5 - Cacique Samuel, sua mulher durante cerimônia religiosa
- FOTO 6 - Índia tocando e dançando durante cerimônia religiosa
- FOTO 7 - Cacique tocando e dançando durante cerimônia religiosa
- FOTO 8 - Índios e índias participando da cerimônia religiosa
- FOTO 9 - Altar onde concentra-se a cerimônia

HABITANTES

- FOTO 10 - Cacique Samuel e sua esposa Tereza
- FOTO 11 - Índia com filho em um "berço"
- FOTO 12 - Índia lavando roupa à margem do Rio Silveira
- FOTO 13 - Cacique Samuel, sua esposa e netos
- FOTO 14 - Índia com filho ao colo
- FOTO 15 - Índia com filho ao colo.
- FOTO 16 - Índias com seus filhos

PM
44

311
2A

ANEXO 17 - MATÉRIA DO JORNAL - O ESTADO DE SÃO PAULO

20/11/90

312
JA

Devastação e risco no litoral

O processo de destruição do litoral, denunciado em dois simpósios recentes sobre o mar, merece profunda reflexão de todos nós, por autoridades. Sim, também autoridades, mesmo que prefeitos e vereadores apareçam na maioria das denúncias como agentes ativos das ações predatórias, em especial as praticadas nos municípios de Ilhabela e São Sebastião.

É verdade que muitos de tais prefeitos não tiveram o aval popular — o de São Sebastião, que é área de segurança nacional, foi nomeado pela Presidência da República depois de indicação pelo malufismo bandalho e corrupto —, mas não custa chamá-los à razão. Afinal, fazem parte aparentemente da espécie humana e, como todos, serão atingidos pelo que para esse vandalismo poraz e empedernido.

Em São Sebastião, graças a modificações na legislação do uso do solo propostas pelo prefeito Moreira Galvão, dono também da maior imobiliária da região, a Associação Paulista de Medicina — veja bem, uma entidade de médicos — conseguiu aterrorizar um fértil manique para instalar um balneario. Na Ilhabela, a Prefeitura transformou em lido o único mangue do município, levando à área não mais os coqueiros que viviam da casta do caraquejo, mas moscas, urubus e mau cheiro, uma situação insuportável que afeta duramente os moradores de um bairro próximo, o Peregrino.

Ilhabela e São Sebastião são apenas dois exemplos da maré montante de insensatez com que é tratada a natureza no Brasil. Poluímos nossos rios, destruímos nossas praias, erradicamos as matas da região Sul. Provocamos enchentes imensas, criamos secas rigorosas — o nosso equilíbrio econômico desapareceu e o que brota do seio da natureza é apenas o caos, implacável, que atinge a agricultura e a capacidade de gerar energia; enfraquece o gado e debilita a economia. Mas não percebemos, estamos por demais preocupados com coisas de efeito imediato, o futuro fica mesmo para depois.

Agora mesmo, um grupo de técnicos de diversas organizações e entidades tenta concluir o mapeamento da área da Serra do Mar a ser tombada. É um trabalho necessário, urgente, mas ninguém pode garantir que seu resultado será respeitado. A Serra do Mar está tombada "provisoriamente" desde 1979, mas esta situação de precariedade não lhe dá nenhuma garantia. Tanto que nestes últimos cinco anos foi largamente desflorestada por especuladores imobiliários ligados a administradores inescrupulosos.

De tudo, portanto, fica um quadro deprimente. Mas, se quisermos revertê-lo, conseguiremos. Temos de estar conscientes de que necessitamos desenvolver ações conjuntas, por autoridades, em defesa da natureza. Não deixar apenas o prefeito, ou ao governador, ou ao presidente da República o poder de decidir sozinho sobre alguns aspectos fundamentais da preservação da natureza. Devemos amarrá-los todos com leis específicas, amplas e solidárias, de modo que qualquer atentado ao meio ambiente só possa ser praticado com a concordância e a responsabilidade dos três. É evidente que temos de remover antes uma série de restrições legais geradas pelo autoritarismo. Mas, como se trata de nosso futuro, não custa tentar.

Per
14

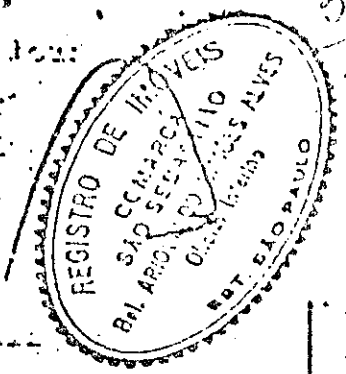
ANEXO 18 - CERTIDÃO IMOBILIÁRIA - JOAQUIM FELICIANO DA
SILVA NETTO

Handwritten signature

CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS



COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO
Estado do São Paulo
Bel. ARIIVALDO SIMÕES ALVES
OFICIAL INTERINO



C E R T I D A O

C E R T I F I C A a pedido verbal de pessoa interessada, que re-
vendo no Cartório a meu cargo, os Livros de Transcrição das Trans-
missões, deles no de Número 3-Q às fls. 114, consta a transcrição=
do teor seguinte: Nº de Ordem e de Transcrição Anterior: 13.099 an-
terior 3.572.- Data: 9 de agosto de 1.971.- Circunscrição: Municí-
pio e comarca de São Sebastião.- Denominação ou Rua e Nº do Imóvel
MORRO DA JUREIA.- Caracteristicos e Confrontações: A TERÇA PARTE =
IDEAL de um imóvel consistente de uma gleba de terras com a área =
de 319 ALQUEIRES PAULISTAS, no distrito e municipio de São Sebas-
tião, deste Estado, localizado no Morro da Jureia, Sitio Boraccia,
dentro das seguintes linhas, medidas e confrontações: a leste con-
frontando com o Sitio Una, de sucessores da familia Goes Moreira,=
parte a linha divisória de um marco de pedra collocado onde o morro
da Jureia divide com a Prainha, e segue em reta passando pela ca-
choeira do Bento até atingir as vertentes da Serra, onde a linha =
divisória deflete á esquerda e segue a oeste, pelas vertentes da =
serra, acompanhando o contorno desta até o ponto em que a linha re-
ta encontraria a distância de UM QUILOMETRO, a contar do ponto de=
deflexão, naquele ponto, agora para o sul, defletindo a linha divi-
sória, a esquerda e segue em reta paralelamente á linha divisória=
do leste, confrontando com Domenico Ricciardi Maricondi, até atin-
gir os terrenos de marinha, onde deflete á esquerda e agora ao les-
te, confrontando sempre com os terrenos de marinha e segue a linha
divisória até encontrar o ponto inicial, mantido sempre a distân-
cia de um quilometro, entre a linha divisória de leste e de oeste,
fechando o perimetro a área de 319 ALQUEIRES PAULISTAS.- Nome, do-
micilio, profissão, Estado e residência do adquirente: JOAQUIM FE-
LICIANO DA SILVA NETO, brasileiro, solteiro, maior, domiciliado e=
residente na Capital deste Estado.- Nome, domicilio, Estado, Profis-
são e Residência do Transmitente: ESPÓLIO DE JUDITH DE AZEVEDO SIL-
VA e JOSÉ BASTOS SILVA.- Título de Transmissão: Herança.- Forma do
título, data e serventuário: Formal de Partilha expedido pelo Jui-
zo de Direito da 6ª Vara da Familia e das Sucessões da Comarca da
Capital deste Estado, Cartório do 6º Ofício, em 24 de agosto de 1.
970, aditado em 14 de junho de 1.971.- Valor do Contrato: Cr\$

Handwritten signature

Cr\$ 16.683,33 (Dezesseis mil seiscentos e oitenta e três cruzeiros trinta e três centavos).- Condições do Contrato: Não há.- São Sebastião, 9 de agosto de 1.971.- O Oficial (a) João Elias de Moura.- (Avidamente Selada).- AVERBAÇÕES: 1)- Por petição do adquirente, instruída com fotocópia da decisão de fls. 219/220, e o laudo do agrimensor homologado em 1º/2/1974, nos autos de ação demarcatória entre partes: Domenico Ricciardi Maricondi e Dr. José Bastos Silva, em curso no Juízo de Direito desta Comarca, Cartório do 1º Ofício, fica averbado o tópico do dito laudo seguinte: "a) Partindo do marco de pedra colocado onde o morro da Jureia, divide com a Prainha, no rumo Oeste verdadeiro, mede-se a distância de 1.000 (mil) metros em linha reta, obtendo-se o ponto MP. b)- Do ponto MP, marco primordial da presente demarcação, obtido da forma descrito no item anterior, far-se-á a demarcação da divisa entre os promoventes, e o Escribo de Judith de Azevedo Silva. Esta divisa terá o rumo Sul verdadeiro, desde o marco primordial MP até os terrenos de marinha e o rumo Norte verdadeiro, desde o marco primordial MP até as vertentes da serra do mar. Tal linha divisória seria uma reta, desde o marco MP até o terreno de marinha até as vertentes da serra do mar, e esta essa com o rumo Norte-Sul verdadeiro e, portando, paralela à divisa do Boraceia com o Una.- São Sebastião, 23 de Outubro de 1979 do Of. (a) João Elias de Moura.- Av. 2 - Vide Matrícula nº 12.233. - São Sebastião, 19 de dezembro de 1.979.- O Oficial (a) João Elias de Moura.- NADA MAIS. Todo o referido é verdade e dou fé.- São Sebastião, 10 de Setembro de 1.984.- Eu, *[assinatura]*, Oficial Interino, que mandei datilografar, subscrevi e assino.

[assinatura]
ARIOVALDO SIMÕES ALVES.
 Oficial Interino.



| | |
|------------------|----------|
| Emolumentos C.R. | 2.496,00 |
| Scios Emol. C.R. | 499,20 |
| T. A. S. J. C.R. | 499,20 |

3.494,40